



BNDES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

31 de dezembro de 2025

SUMÁRIO**Demonstrações
Financeiras**

BALANÇOS PATRIMONIAIS	3
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	7

**Notas explicativas às
Demonstrações Financeiras**

1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	9
3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES.....	11
4. DIVULGAÇÕES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS	12
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	23
6. OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE CRÉDITO	23
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	29
8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO.....	38
9. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS	38
10. OUTROS ATIVOS	41
11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	42
12. FAT - DÍVIDA SUBORDINADA E DEPÓSITOS ESPECIAIS.....	45
13. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	48
14. FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO	48
15. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS DE CRÉDITOS	50
16. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS.....	52
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	54
18. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS	57
19. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	59
20. OUTROS PASSIVOS	66
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	67
22. RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA	69
23. PARTES RELACIONADAS	71
24. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO	76
25. GESTÃO DE RISCOS	77
26. OUTRAS INFORMAÇÕES	87
27. RECONCILIAÇÃO ENTRE OS PADRÕES CONTÁBEIS.....	90
28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	91
29. EVENTOS SUBSEQUENTES	92
30. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO	92
31. PRÁTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS GERAIS SIGNIFICATIVAS	93
MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO	112
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	113

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota Explicativa	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	34.805.426	40.103.192
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)			
Títulos e valores mobiliários	7	140.386.401	94.473.618
Derivativos	7.5	1.806.375	1.452.852
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)			
Títulos e valores mobiliários	7	99.021.782	116.124.171
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	6	608.929.253	553.454.931
Títulos e valores mobiliários	7	56.571.320	16.833.840
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	8	4.188.671	4.632.122
Ativos fiscais		13.784.174	14.260.989
Correntes	17.4	2.808.161	997.435
Diferidos	17.3	10.976.013	13.263.554
Ativos mantidos para venda		501	501
Investimentos em coligadas	9	1.956.220	2.204.912
Imobilizado		152.349	138.580
Intangível		4.068	5.807
Outros ativos	10	891.133	1.106.126
Total do ativo		962.497.673	844.791.641
Obrigações por depósitos	12.2	4.402.338	4.885.747
Obrigações por operações compromissadas	13	34.061.980	34.453.720
Obrigações por emissão de debêntures e letras de créditos	15	26.922.811	12.775.699
Derivativos	7.5	643.723	74.005
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	21.2	338.096	348.016
Obrigações por empréstimos e repasses	11	68.421.864	66.730.516
Fundos financeiros e de desenvolvimento	14	135.772.929	71.444.146
Dívidas subordinadas	12.1	481.461.322	443.893.437
Outros passivos financeiros	16	886.656	9.301.329
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21.5	192.864	6.267.069
Diversos		693.792	3.034.260
Obrigações fiscais		21.007.340	22.282.769
Correntes	17.2	2.282.895	2.683.993
Diferidas	17.3	18.724.445	19.598.776
Obrigações de benefícios a empregados	19.1	4.727.231	4.484.653
Provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	18	575.772	1.786.392
Outros passivos	20	2.507.589	1.600.008
Total do passivo		781.729.651	674.060.437
Patrimônio líquido			
Capital social	21.1	109.001.243	98.973.934
Instrumentos elegíveis ao capital principal	21.2	8.731.760	8.731.760
Reservas de lucros	21.3	39.944.646	38.263.718
Outros resultados abrangentes	21.4	32.810.495	30.724.459
Resultados acumulados não apropriados	27	(9.720.122)	(5.962.667)
Total do patrimônio líquido		180.768.022	170.731.204
Total do passivo e patrimônio líquido		962.497.673	844.791.641

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota Explicativa	2025	2024
Receitas de intermediação financeira	22.1	73.868.545	74.088.838
Operações de crédito e repasses interfinanceiros		49.079.681	59.549.235
Moeda nacional		52.859.099	45.206.100
Moeda estrangeira		(3.779.418)	14.343.135
Resultado com títulos e valores mobiliários		23.688.529	13.591.438
Rendas com administração de fundos e programas		1.100.335	948.165
Despesas de intermediação financeira	22.1	(51.843.311)	(50.368.097)
Captação no mercado - financiamentos e repasses		(45.338.966)	(56.832.972)
Moeda nacional		(50.431.128)	(38.542.912)
Moeda estrangeira		5.092.162	(18.290.060)
Resultado com derivativos - câmbio e taxa de juros	7.5.3	(4.462.761)	8.343.906
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	6.4	(1.901.428)	(2.194.002)
Resultado da carteira de câmbio		(140.156)	314.971
Resultado bruto da intermediação financeira	22.1	22.025.234	23.720.741
Resultado com equivalência patrimonial	9.1	(111.212)	89.012
Atualização monetária líquida de ativos e passivos		(978.390)	(3.096.444)
Reversão (constituição) de provisão de perdas em investimentos	9.1	(32.026)	-
Receita de dividendos	7.2.2	4.589.394	8.349.029
Receita de juros sobre capital próprio	7.2.2	2.198.516	2.057.475
Resultado com alienações de títulos de renda variável	9.6	178.376	121.691
Resultado com derivativos - renda variável	7.5.3	195.868	(199)
Resultado com fundos de investimento		522.283	355.649
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias		2.611.815	123.012
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	18	(5.214)	157.563
Despesas tributárias		(1.319.152)	(1.631.286)
Despesas com pessoal		(3.683.537)	(3.038.638)
Despesas administrativas		(612.692)	(465.309)
Outras receitas operacionais		2.102.240	476.294
Outras despesas operacionais		(996.735)	(1.493.561)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		26.684.768	25.725.029
Imposto de renda e contribuição social - corrente	17.1	(4.523.682)	(4.916.973)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	17.1	312.919	2.661.729
Lucro líquido do exercício		22.474.005	23.469.785

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	22.474.005	23.469.785
Outros Resultados Abrangentes		
Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado	(79.617)	114.645
Participação no resultado abrangente de coligadas		
Ajustes reflexos de outros resultados abrangentes	27.296	(14.780)
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	(106.913)	129.425
Itens que não serão reclassificados subsequentemente ao resultado	3.150.606	3.993.000
Ajuste a valor justo de instrumentos patrimoniais designados VJORA	6.286.029	2.949.252
Efeito fiscal	(1.677.788)	(884.622)
Remensurações em obrigações de benefícios a empregados	(1.494.045)	2.513.458
Efeito fiscal	36.410	(585.088)
Total de Outros Resultados Abrangentes	3.070.989	4.107.645
Resultado Abrangente do exercício	25.544.994	27.577.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Instrumentos elegíveis ao capital principal	Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes		Resultados acumulados não apropriados	Total
			Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva de equalização de dividendos	Ativos próprios	Ativos de coligadas		
Saldo em 1º de janeiro de 2024	90.650.760	8.731.760	10.619.995	201.355	8.323.174	23.713.901	26.403.327	319.277	(2.790.039)	166.173.510
Aumento de Capital	8.323.174	-	-	-	(8.323.174)	-	-	-	-	-
Dividendos complementares	-	-	-	-	-	(9.875.128)	-	-	-	(9.875.128)
Juros sobre o capital próprio complementares	-	-	-	-	-	(6.516.992)	-	-	-	(6.516.992)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	3.993.000	114.645	-	4.107.645
Realização de instrumentos patrimoniais designados a VJORA	-	-	-	-	-	-	(105.790)	-	105.790	-
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	-	-	-	-	-	-	-	-	(360.547)	(360.547)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	23.469.785	23.469.785
Destinação do resultado										
. Reserva legal	-	-	1.319.383	-	-	-	-	-	(1.319.383)	-
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	10.027.309	-	-	-	(10.027.309)	-
. Reserva de equalização de dividendos	-	-	-	-	-	8.773.895	-	-	(8.773.895)	-
. Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.485.517)	(5.485.517)
. Juros sobre capital próprio propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(781.552)	(781.552)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	98.973.934	8.731.760	11.939.378	201.355	10.027.309	16.095.676	30.290.537	433.922	(5.962.667)	170.731.204
Mutações no exercício	8.323.174	-	1.319.383	-	1.704.135	(7.618.225)	3.887.210	114.645	(3.172.628)	4.557.694
Saldo em 1º de janeiro de 2025	98.973.934	8.731.760	11.939.378	201.355	10.027.309	16.095.676	30.290.537	433.922	(5.962.667)	170.731.204
Aumento de Capital	10.027.309	-	-	-	(10.027.309)	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio complementares	-	-	-	-	-	(8.773.895)	-	-	-	(8.773.895)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	3.150.606	(79.617)	-	3.070.989
Realização de instrumentos patrimoniais designados a VJORA	-	-	-	-	-	-	(984.953)	-	984.953	-
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	-	-	-	-	-	-	-	-	(354.601)	(354.601)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	22.474.005	22.474.005
Destinação do resultado										
. Reserva legal	-	-	1.343.091	-	-	-	-	-	(1.343.091)	-
. Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	-	10.207.489	-	-	-	(10.207.489)	-
. Reserva de equalização de dividendos	-	-	-	-	-	8.931.552	-	-	(8.931.552)	-
. Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.617.180)	(3.617.180)
. Juros sobre capital próprio intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.569.636)	(2.569.636)
. Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(83.911)	(83.911)
. Juros sobre capital próprio propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(108.953)	(108.953)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	109.001.243	8.731.760	13.282.469	201.355	10.207.489	16.253.333	32.456.190	354.305	(9.720.122)	180.768.022
Mutações no exercício	10.027.309	-	1.343.091	-	180.180	157.657	2.165.653	(79.617)	(3.757.455)	10.036.818

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2025	2024
Atividades operacionais		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	26.684.768	25.725.029
Ajustes que não afetam o caixa das atividades operacionais	2.883.688	2.103.834
Constituição (reversão) de provisão para perdas de crédito	1.901.428	2.194.002
Constituição (reversão) de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	5.214	(157.563)
Constituição (reversão) de provisões para perdas em investimentos	32.026	-
Resultado com equivalência patrimonial	111.212	(89.012)
Resultado com derivativos - renda variável	(195.868)	199
Depreciação	19.466	18.149
Juros e atualização monetária de obrigações por emissão de debêntures e letras de créditos	25.257	32.269
Resultado com a realização de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	984.953	105.790
Varição de ativos e obrigações	(33.667.353)	(34.801.620)
. (Aumento) / redução líquido em créditos por financiamento	(72.605.791)	(55.057.996)
. (Aumento) / redução líquido em títulos e valores mobiliários	(48.429.825)	(44.824.908)
. (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo	(1.184.384)	(116.953)
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por emissão de letras de créditos	15.203.214	12.374.116
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	5.622.068	34.426.304
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações com fundos financeiros e de desenvolvimento	68.393.902	13.464.655
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por instrumentos elegíveis ao capital principal	354.601	360.549
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por operações compromissadas	(391.740)	(136.740)
. Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo	(629.398)	4.709.353
Caixa gerado (consumido) nas operações	(4.098.897)	(6.972.757)
. Juros pagos de obrigações por emissão de letras de créditos	(910.622)	-
. Juros pagos de empréstimos e repasses	(3.926.755)	(3.126.863)
. Juros pagos de obrigações com fundos financeiros e de desenvolvimento	(4.066.809)	(318.017)
. Juros pagos de Instrumentos elegíveis ao capital principal	(364.521)	(340.113)
. IR e CSLL pagos	(6.980.336)	(3.466.659)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(20.347.940)	(14.224.409)
Atividades de investimentos		
. Adição em investimentos em coligadas	(4.469)	(228.199)
. Recebimento pela venda de investimentos em coligadas	-	44.536
. Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio de coligadas e controladas	58.640	81.514
. Adições ao imobilizado	(75.652)	(1.687)
. Baixas do imobilizado	512	-
. Adições ao intangível	(6)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(20.975)	(103.836)
Atividades de financiamentos		
. Aumento em obrigações por dívidas subordinadas	37.567.885	46.489.648
. Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(22.325.999)	(29.500.049)
. Amortização das obrigações por emissão de debêntures	(170.737)	(197.912)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	15.071.149	16.791.687
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(5.297.766)	2.463.442
Modificação na posição financeira		
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	40.103.192	37.639.750
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota Explicativa nº 5)	34.805.426	40.103.192
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(5.297.766)	2.463.442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BNDES é uma empresa pública federal controlada integralmente pela União e vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Devido à sua condição de empresa pública federal controlada pela União, integra a administração indireta do governo brasileiro, e, portanto, segue as principais normas aplicáveis à administração pública brasileira. No entanto, por ser dotada de personalidade jurídica de direito privado, sujeita-se às regras aplicáveis às empresas privadas no que se refere a obrigações cíveis, comerciais, tributárias e trabalhistas definidas pela Constituição Federal. Como instituição financeira, sujeita-se às regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

O BNDES tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e escritório central na Avenida República do Chile, n.º 100, Centro, Rio de Janeiro - RJ, com atuação em todo o território nacional.

Objetivos e atuação

O BNDES é o principal instrumento do Governo Federal, seu único acionista, para financiamento de longo prazo e investimento nos diversos segmentos da economia brasileira. Opera desde 1952 e é um dos maiores Bancos de Desenvolvimento do mundo.

O Sistema BNDES é formado por três empresas: o BNDES e suas subsidiárias – a BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), que atua no mercado de capitais, e a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. (Finame), dedicada ao fomento da produção e da comercialização de máquinas e equipamentos.

Sua atuação ocorre por meio de financiamento e crédito; concessão de recursos não reembolsáveis; prestação de garantias; serviços; e participações e títulos; além de produção de conhecimento. Disponibiliza produtos, programas e fundos, conforme a modalidade e a característica das operações.

O apoio a cada projeto é avaliado com foco em seu potencial de geração de impacto social, ambiental e econômico para o país, direto ou indireto.

Informações sobre as formas de atuação do BNDES podem ser verificadas por meio do seu site na internet (www.bndes.gov.br).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

2.1. Aprovação para emissão, moeda funcional e de apresentação

Estas Demonstrações Financeiras Consolidadas ("Demonstrações Financeiras") foram aprovadas para emissão por sua Diretoria em 05 de março de 2026. O Conselho de Administração do BNDES, que possui o poder de alterá-las, manifestou-se posteriormente favoravelmente à sua emissão em 11 de março de 2026.

A moeda funcional e de apresentação do BNDES e de suas controladas é o Real (R\$) e as informações são apresentadas em milhares de reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma. Moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera.

2.2. Declaração de conformidade e de continuidade

2.2.1. Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board* - IASB) e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Interpretations Committee* - IFRIC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025.

Conforme a Resolução CMN nº 4.818/2020, a partir de 1º de janeiro de 2022, todas as demonstrações financeiras consolidadas divulgadas pelas instituições financeiras, inclusive aquelas elaboradas em períodos inferiores a 1 ano, deverão seguir o padrão internacional emitido pelo IASB.

A Administração entende que todas as informações prestadas nessas Demonstrações Financeiras são relevantes e representam fidedignamente as informações financeiras utilizadas na gestão do BNDES.

2.2.2. Continuidade operacional

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional do BNDES, uma vez que a Administração está convencida de que este possui recursos e condições para prosseguir no negócio num futuro previsível. Para isso, a Administração considerou uma vasta gama de informações relativas às condições presentes e futuras, incluindo projeções futuras de rentabilidade, fluxos de caixa e recursos de capital.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando num futuro previsível.

2.3. Critérios de relevância da Administração

As Notas Explicativas incluem informações necessárias para o entendimento destas Demonstrações Financeiras, além de relevantes e materiais para as suas operações, sua posição financeira e seu desempenho.

As informações são consideradas materiais e relevantes se, por exemplo:

- O montante é significativo devido à sua dimensão ou natureza em relação ao conjunto das Demonstrações Financeiras;
- É importante para a compreensão dos resultados do BNDES; ou
- Contribui para explicar o impacto de alterações significativas nos negócios do BNDES.

2.4. Critérios para apresentação das Notas Explicativas

As Notas Explicativas destas Demonstrações Financeiras, seguindo as recomendações internacionais do *Framework* do Relato Integrado, bem como orientações do IASB e do Comitê de Orientação para Divulgação de Informações ao Mercado – CODIM, estão apresentadas de forma concisa, observando parâmetros de materialidade e a relevância dos assuntos tratados.

A descrição das principais práticas contábeis aplicadas e estimativas gerais significativas pode ser encontrada na Nota Explicativa n.º 31.

2.5. Consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem o BNDES, suas subsidiárias integrais e seus fundos de investimento financeiro de participação exclusiva:

- (i) BNDES Participações S.A. - BNDESPAR;
- (ii) Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - Finame;
- (iii) Fundo BB Gaia - Fundo de Investimento Financeiro de Renda Fixa com Responsabilidade Limitada;
- (iv) Fundo BB Gaia II - Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Financeiro de Renda Fixa com Responsabilidade Limitada (as aplicações desse fundo são exclusivamente em cotas do Fundo BB Gaia); e
- (v) Fundo BB Gaia III – Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Financeiro de Renda Fixa com Responsabilidade Limitada (as aplicações desse fundo são exclusivamente em cotas do Fundo BB Gaia, como o Fundo BB Gaia II).

2.6. Reforma Tributária

A Reforma Tributária sobre o Consumo, instituída pela Emenda Constitucional nº 132/2023 e regulamentada pelas Leis Complementares nº 214/2025 e 227/2026, prevê a extinção do PIS/Pasep e da Cofins ao final de 2026, com a implantação integral da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) a partir do início de 2027. Para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a implantação ocorre em 2027 com alíquota reduzida, com transição no período de 2029 a 2032, quando serão extintos o ISS (Imposto Sobre Serviços) e o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

As instituições financeiras estarão sujeitas ao Regime Geral, cuja alíquota deverá ser divulgada até dezembro de 2026, e ao Regime Específico de Serviços Financeiros, com alíquota em 2027 e 2028 de 10,85%, aumentando progressivamente até 12,50% em 2033.

O BNDES vem acompanhando as alterações legislativas já divulgadas, bem como a publicação de regulamentações infralegais que gerarão impactos em sistemas e processos a partir de 2026.

3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

3.1. Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

A implementação citada a seguir não apresentou impacto significativo nestas Demonstrações Financeiras.

Alterações na IAS 21 – Ausência de Permutabilidade

Orientações para a definição de taxa de câmbio a ser utilizada quando o preço à vista de uma transação não é observável, inexistindo capacidade de conversão de uma moeda por outra, assim como novos requisitos de divulgação para evidenciar o impacto do uso de uma taxa de câmbio estimada. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2025.

3.2 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Alterações no IFRS 7 e IFRS 9 – Emendas a classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros

Alterações que esclarecem os requisitos em áreas específicas debatidas no mercado introduziu requisitos adicionais para aumentar a transparência para os investidores. A Administração avalia que não haverá impactos da entrada em vigor dessa norma, estabelecida para 1º de janeiro de 2026.

Emissão do IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras

Nova norma que substitui a norma IAS 1 e introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas. A Administração está avaliando os impactos da entrada em vigor dessa norma, estabelecida para 1º de janeiro de 2027.

Emissão do IFRS 19 – Subsidiárias em Responsabilidade Pública: Divulgações

Norma específica para subsidiárias que simplifica e reduz o nível exigido de divulgação. A Administração está avaliando os impactos da entrada em vigor dessa norma, estabelecida para 1º de janeiro de 2027.

Alterações no IAS 21 – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio

Esclarecem Alterações a forma como uma entidade com moeda funcional não hiperinflacionária efetua a conversão de sua estrutura econômico-financeira e seus resultados para moeda de apresentação de uma economia hiperinflacionária. A Administração está avaliando os possíveis impactos da entrada em vigor dessa norma, estabelecida para 1º de janeiro de 2027.

4. DIVULGAÇÕES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A seguir apresentamos, de forma centralizada, as divulgações para os instrumentos financeiros do Sistema BNDES, exigidas pelas normas IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Evidenciação e IFRS 13 – Mensuração do valor justo.

Informações adicionais podem ser encontradas nas notas explicativas específicas de cada instrumento financeiro, assim como na Nota Explicativa nº 25 sobre gestão de riscos.

4.1. Categoria de instrumentos financeiros

4.1.1. Ativos e passivos financeiros

	2025				
	Valor Justo por meio do resultado (VJR)	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Instrumentos patrimoniais designados a VJORA	Custo Amortizado	Total
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	34.805.426	34.805.426
Títulos Públicos	138.439.255	9.917.201	-	45.259	148.401.715
Ações	-	-	79.598.135	-	79.598.135
Debêntures	1.258	1.377.767	-	51.856.386	53.235.411
Fundos mútuos de investimentos	1.945.883	-	2.910.350	-	4.856.233
Títulos de renda fixa no exterior	5	5.218.329	-	4.669.675	9.888.009
Derivativos	1.806.375	-	-	-	1.806.375
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	-	608.929.253	608.929.253
Outros ativos financeiros	-	-	-	4.188.671	4.188.671
Total	142.192.776	16.513.297	82.508.485	704.494.670	945.709.228

	2025		
	Valor Justo por meio do resultado (VJR)	Custo amortizado	Total
Passivos financeiros			
Obrigações por depósitos	-	4.402.338	4.402.338
Obrigações por operações compromissadas	-	34.061.980	34.061.980
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de créditos	-	26.922.811	26.922.811
Obrigações por empréstimos e repasses	-	68.421.864	68.421.864
Fundos financeiros e de desenvolvimento	-	135.772.929	135.772.929
Derivativos	643.723	-	643.723
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	-	338.096	338.096
Dívida subordinada	-	481.461.322	481.461.322
Outros passivos financeiros	-	886.656	886.656
Total	643.723	752.267.996	752.911.719

Devido à atualização do Modelo de negócios do Sistema BNDES, em 1º de janeiro de 2025 houve a reclassificação de debêntures com características de concessão de crédito, antes mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, para a categoria custo amortizado, no montante de R\$ 21.363.248. O efeito em decorrência desta reclassificação foi um aumento de R\$ 2.519.351 no ativo em contrapartida de outros resultados abrangentes.

	2024				
	Valor justo por meio do resultado (VJR)	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Total Valor justo	Custo Amortizado	Total
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	40.103.192	40.103.192
Títulos públicos	92.346.006	10.901.998	103.248.004	48.742	103.296.746
Ações	-	75.192.206	75.192.206	-	75.192.206
Debêntures	-	22.076.352	22.076.352	13.161.029	35.237.381
Fundos mútuos de investimentos	2.127.604	2.525.224	4.652.828	-	4.652.828
Títulos de renda fixa no exterior	8	5.428.391	5.428.399	3.624.069	9.052.468
Derivativos	1.452.852	-	1.452.852	-	1.452.852
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	-	553.454.931	553.454.931
Outros ativos financeiros	-	-	-	4.632.122	4.632.122
Total	95.926.470	116.124.171	212.050.641	615.024.085	827.074.726

	2024			
	Valor Justo por meio do resultado (VJR)	Total Valor justo	Custo amortizado	Total
Passivos financeiros				
Obrigações por depósitos	-	-	4.885.747	4.885.747
Obrigações por operações compromissadas	-	-	34.453.720	34.453.720
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de créditos	-	-	12.775.699	12.775.699
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	112.572.884	112.572.884
Fundos financeiros e de desenvolvimento	-	-	25.601.778	25.601.778
Derivativos	74.005	74.005	-	74.005
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	-	-	348.016	348.016
Dívida subordinada	-	-	443.893.437	443.893.437
Outros passivos financeiros	-	-	9.301.329	9.301.329
Total	74.005	74.005	643.832.610	643.906.615

4.1.2. Receitas e despesas dos instrumentos financeiros

	2025			
	Valor Justo por meio do resultado (VJR)	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Custo amortizado	Total
Receitas de intermediação financeira	16.948.480	542.020	56.378.045	73.868.545
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	49.079.681	49.079.681
Resultado com títulos e valores mobiliários	16.948.480	542.020	6.198.029	23.688.529
Rendas com administração de fundos e programas	-	-	1.100.335	1.100.335
Despesas de intermediação financeira	(4.462.761)	108.093	(47.488.643)	(51.843.311)
Captação no mercado - financiamentos e repasses	-	-	(45.338.966)	(45.338.966)
Resultados com derivativos - câmbio e taxa de juros	(4.462.761)	-	-	(4.462.761)
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	-	108.093	(2.009.521)	(1.901.428)
Resultado da carteira de câmbio	-	-	(140.156)	(140.156)
Resultado bruto da intermediação financeira	12.485.719	650.113	8.889.402	22.025.234
Outras receitas (despesas) operacionais	710.437	9.407.481	(978.390)	9.139.528
Atualização monetária líquida de ativos e passivos	-	-	(978.390)	(978.390)
Receita de dividendos e juros sobre capital próprio	-	6.787.910	-	6.787.910
Resultado com alienações de títulos de renda variável	-	42	-	42
Resultado de derivativos - renda variável	195.868	-	-	195.868
Resultado com fundos de investimento	514.569	7.714	-	522.283
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias	-	2.611.815	-	2.611.815

	2024					
	Ativos financeiros			Passivos financeiros		Total
	Valor Justo por meio do resultado (VJR)	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Custo amortizado	Valor Justo por meio do resultado (VJR)	Custo amortizado	
Receitas de intermediação financeira	5.063.272	5.696.135	63.329.431	-	-	74.088.838
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	-	59.549.235	-	-	59.549.235
Resultado com títulos e valores mobiliários	5.063.272	5.696.135	2.832.031	-	-	13.591.438
Rendas com administração de fundos e programas	-	-	948.165	-	-	948.165
Despesas de intermediação financeira	9.622.264	(1.175.254)	(703.777)	(1.278.358)	(56.832.972)	(50.368.097)
Captação no mercado - financiamentos e repasses	-	-	-	-	(56.832.972)	(56.832.972)
Resultado com derivativos - câmbio e taxa de juros	9.622.264	-	-	(1.278.358)	-	8.343.906
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	-	(1.175.254)	(1.018.748)	-	-	(2.194.002)
Resultado da carteira de câmbio	-	-	314.971	-	-	314.971
Resultado bruto da intermediação financeira	14.685.536	4.520.881	62.625.654	(1.278.358)	(56.832.972)	23.720.741
Outras receitas (despesas) operacionais	331.871	10.555.257	287.605	(2.072)	(3.384.049)	7.788.612
Atualização monetária líquida de ativos e passivos	-	-	287.605	-	(3.384.049)	(3.096.444)
Receita de dividendos e juros sobre capital próprio	-	10.406.504	-	-	-	10.406.504
Resultado com alienações de título de renda variável	90	-	-	-	-	90
Resultado com derivativos - renda variável	1.873	-	-	(2.072)	-	(199)
Resultado com fundos de investimento	329.908	25.741	-	-	-	355.649
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias	-	123.012	-	-	-	123.012

4.2. Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo estimado	Valor contábil	Valor justo estimado
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa ⁽³⁾	34.805.426	34.805.426	40.103.192	40.103.192
Títulos públicos ⁽³⁾	45.259	45.259	48.742	48.742
Debêntures ⁽¹⁾	51.856.386	48.382.614	13.161.029	12.167.206
Títulos de renda fixa no exterior ⁽²⁾	4.669.675	4.630.902	3.624.069	3.606.486
Operações de crédito e repasses interfinanceiros ⁽¹⁾	608.929.253	518.329.525	553.454.931	443.518.572
Outros ativos financeiros ⁽³⁾	4.188.671	4.188.671	4.632.122	4.632.122
Total	704.494.670	610.329.041	615.024.085	504.076.320
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado ⁽⁴⁾				
Obrigações por depósitos	4.402.338	4.402.338	4.885.747	4.885.747
Obrigações por operações compromissadas	34.061.980	34.061.980	34.453.720	34.453.720
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de créditos	26.922.811	26.922.811	12.775.699	12.775.699
Obrigações por empréstimos e repasses	68.421.864	68.421.864	112.572.884	112.572.884
Fundos financeiros e de desenvolvimento	135.772.929	135.772.929	25.601.778	25.601.778
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	338.096	338.096	348.016	348.016
Dívidas subordinadas	481.461.322	481.461.322	443.893.437	443.893.437
Outros passivos financeiros	886.656	886.656	9.301.329	9.301.329
Total	752.267.996	752.267.996	643.832.610	643.832.610

⁽¹⁾ Valor justo estimado no nível 3 da hierarquia de valor justo.

⁽²⁾ Valor justo estimado no nível 2 da hierarquia de valor justo.

⁽³⁾ O custo amortizado é uma aproximação razoável do valor justo destes ativos.

⁽⁴⁾ Os saldos contábeis dos passivos financeiros mensurados ao custo amortizado se aproximam dos seus valores justos correspondentes, conforme justificativa descrita na Nota Explicativa nº 31.1.6.

4.3. Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros mensurados a valor justo de forma recorrente, classificados pelos níveis hierárquicos de mensuração do valor justo.

	2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Títulos públicos	138.439.255	-	-	138.439.255
Debêntures	-	-	1.258	1.258
Títulos de renda fixa no exterior	5	-	-	5
Fundos mútuos de investimentos	-	-	1.945.883	1.945.883
Derivativos	-	1.609.788	196.587	1.806.375
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos públicos	9.917.201	-	-	9.917.201
Ações	75.968.125	418.857	3.211.153	79.598.135
Debêntures	377.111	79.777	920.879	1.377.767
Fundos mútuos de investimentos	45.713	-	2.864.637	2.910.350
Títulos de renda fixa no exterior	5.218.329	-	-	5.218.329
Total	229.965.739	2.108.422	9.140.397	241.214.558
Passivos financeiros				
Derivativos	-	643.723	-	643.723
Total	-	643.723	-	643.723

	2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Títulos públicos	92.346.006	-	-	92.346.006
Títulos de renda fixa no exterior	8	-	-	8
Fundos mútuos de investimentos	411.698	-	1.715.906	2.127.604
Derivativos	-	1.452.067	785	1.452.852
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Títulos públicos	10.901.998	-	-	10.901.998
Ações	72.023.640	33.241	3.135.325	75.192.206
Debêntures	6.297.584	727.752	15.051.016	22.076.352
Fundos mútuos de investimentos	35.888	-	2.489.336	2.525.224
Títulos de renda fixa no exterior	5.428.391	-	-	5.428.391
Total	187.445.213	2.213.060	22.392.368	212.050.641
Passivos financeiros				
Derivativos	-	74.005	-	74.005
Total	-	74.005	-	74.005

4.3.1. Transferências entre o Nível 1 e o Nível 2

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros que tiveram ativos reclassificados entre os níveis 1 e 2, comparando a posição no início e no final do exercício. Os valores apresentados correspondem aos saldos dos ativos reclassificados na data-base indicada.

	2025		2024	
	do Nível 1 para Nível 2	do Nível 2 para Nível 1	do Nível 1 para Nível 2	do Nível 2 para Nível 1
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Ações	16.651	-	31.057	84.909
Debêntures Simples	-	314.421	95.085	-

As razões para essas transferências, bem como a política da entidade para determinar o momento em que ocorrem as transferências entre níveis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 31.1.6.

4.3.2. Conciliação dos saldos do Nível 3

	2025					
	Valor justo por meio do resultado (VJR)			Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		
	Debêntures	Fundos de investimentos	Derivativos	Debêntures	Ações	Fundos de investimentos
Saldo no início do exercício	-	1.715.906	785	15.051.016	3.135.325	2.489.336
Transferências de VJORA para VJR	838	-	-	(838)	-	-
Transferências para Custo Amortizado	-	-	-	(14.867.958)	-	-
Transferências do Nível 3	-	-	-	-	(68.918)	-
Transferências para Nível 3	-	-	-	25.242	9.452	-
Ganhos (perdas) incluídos no/em:						
Resultado do exercício	420	323.372	34.775	14.060	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	(16.894)	(34.432)	140.719
Aquisições	-	324.438	161.109	753.140	169.726	453.709
Alienações/resgates/amortizações	-	(417.833)	(82)	(36.889)	-	(219.127)
Saldo no final do exercício	1.258	1.945.883	196.587	920.879	3.211.153	2.864.637

	2024					
	Valor justo por meio do resultado (VJR)			Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		
	Fundos de investimentos	Derivativos	Debêntures	Ações	Fundos de investimentos	Total
Saldo no início do exercício	1.592.142	983	12.684.263	3.434.839	2.069.633	19.781.860
Transferências do Nível 3	-	-	(81.407)	-	-	(81.407)
Transferências para Nível 3	-	-	28.848	-	-	28.848
Ganhos (perdas) incluídos no/em:						
Resultado do exercício	166.737	(198)	-	-	-	166.539
Outros resultados abrangentes	-	-	2.362.802	(299.514)	47.855	2.111.143
Aquisições	237.052	-	160.361	-	471.331	868.744
Alienações/resgates/amortizações	(280.025)	-	(103.851)	-	(99.483)	(483.359)
Saldo no final do exercício	1.715.906	785	15.051.016	3.135.325	2.489.336	22.392.368

4.3.3. Informações sobre dados não observáveis significativos utilizados na mensuração do Nível 3

Ativos	Variáveis não observáveis	2025	2024
Debêntures	Spread de risco de crédito	de 1,3% a 6,2%	de 1,3% a 36,3%
	Crescimento do Ebitda (média ponderada)	de 4,2% a 6,6%	de 6% a 9,2%
Ações	Taxas de desconto (média)	de 13,2% a 15%	de 14% a 15,4%
	Múltiplos	de 1x a 7,8x	de 1x a 10x
Bônus de subscrição	Volatilidades	de 0,25 a 0,67	de 0,63 a 0,8

Sensibilidade a mudanças em dados não observáveis significativos

Os dados não observáveis foram agregados em três categorias apresentadas na tabela a seguir, a qual evidencia a sensibilidade a alterações para cenários selecionados.

Variáveis não observáveis	Cenários	2025		2024	
		Impacto no resultado	Impacto no patrimônio	Impacto no resultado	Impacto no patrimônio
Taxas de juros/spreads de risco de crédito	Cenário I	-	(50.280)	-	(1.049.091)
	Cenário II	-	(223.947)	-	(4.525.796)
Valores de ativos de renda variável sem liquidez	Cenário I	(131.075)	(608.320)	(129.470)	(559.191)
	Cenário II	(327.689)	(1.520.800)	(323.676)	(1.397.978)
Volatilidade de ações	Cenário I	-	(11.611)	-	(176)
	Cenário II	-	(23.134)	-	(198)

Na mensuração da sensibilidade, são utilizados os seguintes cenários:

Variáveis não observáveis	Cenário I	Cenário II
Taxas de juros/spreads de risco de crédito	aumento de 1 p.p. nas taxas	aumento de 5 p.p. nas taxas
Valores de ativos de renda variável sem liquidez	redução de 10% nos valores dos ativos	redução de 25% nos valores dos ativos
Volatilidade de ações	aplicação de volatilidade muito baixa (0,20)	aplicação de volatilidade extremamente baixa (0,15)

4.4. Exposição bruta cambial dos instrumentos financeiros

	2025						Total
	R\$	US\$	EUR	YUAN	MEX\$	CESTA ⁽¹⁾	
Ativos financeiros							
Caixa e equivalentes de caixa	32.164.182	2.634.450	6.763	-	31	-	34.805.426
Títulos e valores mobiliários	273.011.470	22.968.033	-	-	-	-	295.979.503
Derivativos	196.587	1.609.788	-	-	-	-	1.806.375
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	535.951.669	72.595.073	26.734	-	53.356	302.421	608.929.253
Outros ativos financeiros	4.119.987	68.684	-	-	-	-	4.188.671
Total	845.443.895	99.876.028	33.497	-	53.387	302.421	945.709.228
Passivos financeiros							
Obrigações por depósitos	4.402.338	-	-	-	-	-	4.402.338
Obrigações por operações compromissadas	34.061.980	-	-	-	-	-	34.061.980
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de créditos	26.922.811	-	-	-	-	-	26.922.811
Derivativos	188.132	455.591	-	-	-	-	643.723
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	338.096	-	-	-	-	-	338.096
Obrigações por empréstimos e repasses	11.583.428	52.892.380	-	3.946.056	-	-	68.421.864
Fundos financeiros e de desenvolvimento	135.772.929	-	-	-	-	-	135.772.929
Dívidas subordinadas	445.870.935	34.271.861	1.318.526	-	-	-	481.461.322
Outros passivos financeiros	886.656	-	-	-	-	-	886.656
Total	660.027.305	87.619.832	1.318.526	3.946.056	-	-	752.911.719
Exposição líquida	185.416.590	12.256.196	(1.285.029)	(3.946.056)	53.387	302.421	192.797.509

⁽¹⁾ Cesta de moedas – UMBNDES.

	2024					
	R\$	US\$	EUR	YUAN	CESTA ⁽¹⁾	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	39.057.059	1.046.133	-	-	-	40.103.192
Títulos e valores mobiliários	222.273.160	5.158.469	-	-	-	227.431.629
Derivativos	89.197	1.363.655	-	-	-	1.452.852
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	488.635.652	64.365.033	35.550	-	418.696	553.454.931
Outros ativos financeiros	3.496.123	1.135.999	-	-	-	4.632.122
Total	753.551.191	73.069.289	35.550	-	418.696	827.074.726
Passivos financeiros						
Obrigações por depósitos	4.885.747	-	-	-	-	4.885.747
Obrigações por operações compromissadas	34.453.720	-	-	-	-	34.453.720
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de créditos	12.775.699	-	-	-	-	12.775.699
Derivativos	68.553	5.452	-	-	-	74.005
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	348.016	-	-	-	-	348.016
Obrigações por empréstimos e repasses	59.337.036	51.969.467	-	1.266.381	-	112.572.884
Fundos financeiros e de desenvolvimento	25.601.778	-	-	-	-	25.601.778
Dívidas subordinadas	405.142.060	38.071.061	680.316	-	-	443.893.437
Outros passivos financeiros	9.301.329	-	-	-	-	9.301.329
Total	551.913.938	90.045.980	680.316	1.266.381	-	643.906.615
Exposição líquida	201.637.253	(16.976.691)	(644.766)	(1.266.381)	418.696	183.168.111

⁽¹⁾ Cesta de moedas – UMBNDES.

4.5. Risco de liquidez

Ativos financeiros por vencimento

	2025							
	Sem vencimento	A vencer						Total
		Em 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos	
Caixa e equivalentes de caixa	-	34.805.426	-	-	-	-	-	34.805.426
Títulos e valores mobiliários								
Títulos públicos	-	140.378.879	806.256	1.522.809	3.472.147	-	2.221.624	148.401.715
Ações	79.598.135	-	-	-	-	-	-	79.598.135
Debêntures	-	163.421	404.344	207.287	1.779.956	3.891.765	46.788.638	53.235.411
Fundos mútuos de investimentos	4.856.233	-	-	-	-	-	-	4.856.233
Títulos de renda fixa no exterior	-	1.959.476	2.723.951	-	584.253	1.081.920	3.538.409	9.888.009
Derivativos	-	391.684	122	-	-	-	1.414.569	1.806.375
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	103.904.633	58.806.405	40.140.437	56.624.549	100.709.951	248.743.278	608.929.253
Outros ativos financeiros	555.343	2.770.685	862.643	-	-	-	-	4.188.671
Total	85.009.711	284.374.204	63.603.721	41.870.533	62.460.905	105.683.636	302.706.518	945.709.228

	2024								
	Sem vencimento	Vencidos	A vencer						Total
			Em 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Acima de 10 anos	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	40.103.192	-	-	-	-	-	40.103.192
Títulos e valores mobiliários									
Títulos públicos	-	-	96.615.556	1.806.531	763.478	2.314.698	-	1.796.483	103.296.746
Ações	75.192.206	-	-	-	-	-	-	-	75.192.206
Debêntures	-	-	282.988	121.441	604.604	1.683.171	3.275.190	29.269.987	35.237.381
Fundos mútuos de investimentos	2.525.224	-	2.127.604	-	-	-	-	-	4.652.828
Títulos de renda fixa no exterior	-	-	1.878.224	1.745.853	15.619	34.790	1.708.737	3.669.245	9.052.468
Derivativos	-	-	183.978	123	374	-	-	1.268.377	1.452.852
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	-	3.619.902	83.556.207	68.341.422	70.493.009	87.500.228	116.846.710	123.097.453	553.454.931
Outros ativos financeiros	1.463.335	-	3.088.940	39.257	-	-	-	40.590	4.632.122
Total	79.180.765	3.619.902	227.836.689	72.054.627	71.877.084	91.532.887	121.830.637	159.142.135	827.074.726

Passivos financeiros por vencimento

As tabelas a seguir demonstram os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros.

	2025						
	Sem vencimento determinado	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos
Obrigações por depósitos	-	765.553	705.637	640.816	1.033.151	1.380.180	489.327
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de créditos							
Debêntures							
Emissões privadas	-	144.401	65.603	36.259	28.714	-	-
Letras de crédito do agronegócio	-	4.862.912	-	7.909.741	-	-	-
Letras de crédito de desenvolvimento	-	96.859	295.821	356.386	22.509.516	8.399.293	-
Derivativos	-	804.615	1.234.465	489.807	926.416	1.754.906	990.883
Juros sobre instrumento elegível ao capital principal	-	338.096	-	-	-	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses							
Empréstimos							
País	-	483.925	79.837	78.341	147.523	329.527	92.933
Repasses							
País	-	3.346.082	3.280.839	3.224.128	6.270.900	14.634.377	23.002.211
Exterior	-	7.218.129	9.604.145	3.999.896	7.211.507	12.535.502	6.888.978
Fundos financeiros e de desenvolvimento	-	8.152.557	9.621.970	8.850.770	13.990.169	21.824.333	19.637.701
Dívidas subordinadas	469.793.356	29.803.632	36.030.014	41.166.556	93.032.067	274.697.360	311.620.890
Total	469.793.356	56.016.761	60.918.331	66.752.700	145.149.963	335.555.478	362.722.923

	2024						
	Sem vencimento determinado	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos
Obrigações por depósitos	-	856.310	776.746	734.875	1.199.310	1.673.420	778.931
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de créditos							
Debêntures							
Emissões privadas	-	169.376	141.605	64.333	63.715	-	-
Letras de crédito do agronegócio	-	2.650.987	-	-	-	-	-
Letras de crédito do desenvolvimento	-	5.412.766	93.111	277.746	8.043.920	-	-
Derivativos	-	206.699	219.341	219.099	309.914	635.098	413.027
Juros sobre instrumento elegível a capital principal	-	348.016	-	-	-	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses							
Empréstimos							
País	-	489.853	466.991	89.847	174.526	382.920	172.166
Repasses							
País	-	3.668.221	3.570.667	3.479.268	6.680.226	15.044.050	15.153.656
Exterior	-	4.161.220	6.940.712	6.465.920	7.715.874	11.651.451	7.260.131
Fundos financeiros e de desenvolvimento	-	1.087.928	1.091.758	1.109.130	2.245.365	5.704.899	6.534.666
Dívida subordinada	433.018.716	26.103.276	31.186.953	34.848.314	79.108.131	230.200.657	312.593.519
Outros passivos financeiros	-	116.717	116.717	116.717	233.434	350.151	-
Total	433.018.716	45.271.369	44.604.601	47.405.249	105.774.415	265.642.646	342.906.096

4.6. Exposição a risco de crédito

O quadro a seguir apresenta o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros classificados de acordo com a respectiva mensuração para perdas de crédito baseada no modelo de 3 estágios.

	2025				2024			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Ativos financeiros								
Operações de crédito e repasses								
Operações de Crédito	263.700.103	80.036.600	14.329.627	358.066.330	304.486.754	16.800.878	18.794.311	340.081.943
Repasses Interfinanceiros	256.722.316	2.277.605	2.784	259.002.705	222.077.403	-	2.784	222.080.187
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	96.621	-	432.933	529.554
Direitos recebíveis	293.839	4.137	2.256.607	2.554.583	884.528	-	3.528.204	4.412.732
Avais e fianças	-	-	18.965	18.965	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários								
Debêntures - Custo Amortizado	47.293.150	4.947.058	2.347.248	54.587.456	13.308.408	-	-	13.308.408
Debêntures - VJORA ⁽¹⁾	1.262.204	180.750	-	1.442.954	23.201.925	1.387.357	2.456.460	27.045.742
Título de renda fixa no exterior - Custo Amortizado	4.677.390	-	-	4.677.390	3.698.790	-	-	3.698.790
Off Balance								
Garantias financeiras prestadas	832.432	-	16.639	849.071	427.272	-	-	427.272
Compromissos de crédito	-	-	-	-	194.241.097	-	-	194.241.097
Total	574.781.434	87.446.150	18.971.870	681.199.454	762.422.798	18.188.235	25.214.692	805.825.725

⁽¹⁾ Para os instrumentos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), o montante apresentado equivale ao custo amortizado antes da provisão para perdas de crédito, sem considerar a marcação a mercado.

Concentração por setor de atividade

	2025						
	Setor público	Setor privado					Total
		Rural	Indústria	Comércio	Intermediação financeira	Outros serviços	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	34.805.426	-	34.805.426
Títulos e valores mobiliários	147.532.123	-	-	-	61.754.941	2.238.071	211.525.135
Derivativos	-	-	-	-	1.806.375	-	1.806.375
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	107.808.324	1.971.698	193.925.096	3.022.001	192.279.210	109.922.924	608.929.253
Outros ativos financeiros	598.948	-	-	-	-	3.589.723	4.188.671
Total	255.939.395	1.971.698	193.925.096	3.022.001	290.645.952	115.750.718	861.254.860

	2024						
	Setor público	Setor privado					Total
		Rural	Indústria	Comércio	Intermediação financeira	Outros serviços	
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	40.103.192	-	40.103.192
Títulos e valores mobiliários	110.578.809	-	14.255.491	7.564	9.052.460	13.692.271	147.586.595
Derivativos	-	-	-	-	1.452.067	785	1.452.852
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	107.891.780	2.200.427	185.993.813	3.679.321	160.863.308	92.826.282	553.454.931
Outros ativos financeiros	720.699	-	-	-	-	3.911.423	4.632.122
Total	219.191.288	2.200.427	200.249.304	3.686.885	211.471.027	110.430.761	747.229.692

A divulgação dos saldos de operações de crédito e repasses interfinanceiros por grupo de clientes significativos está apresentada na Nota Explicativa nº 6.1.3.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Disponibilidades	29.897	622.564
Aplicações interfinanceiras de liquidez	34.775.529	39.480.628
Aplicações em operações compromissadas	32.012.788	38.192.370
Aplicações em moedas estrangeiras	2.611.583	1.288.258
Aplicações em depósitos interfinanceiros	151.158	-
Total	34.805.426	40.103.192

Essas rubricas do balanço patrimonial são consideradas caixa e equivalentes de caixa para fins das demonstrações dos fluxos de caixa.

6. OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE CRÉDITO

A carteira de crédito do BNDES é composta por operações de crédito, repasses interfinanceiros e outras operações com características de concessão de crédito.

	2025	2024
Operações de crédito	358.066.330	340.081.943
Repasses interfinanceiros	259.002.705	222.080.187
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	529.554
Direitos recebíveis	2.554.583	4.412.732
Créditos por avais e fianças honradas	18.965	-
Provisão para perdas de crédito	(10.793.963)	(13.595.019)
Subtotal operações de crédito e repasses interfinanceiros	608.848.620	553.509.397
Hedge da carteira de crédito	80.633	(54.466)
Total operações de crédito e repasses interfinanceiros	608.929.253	553.454.931
Debêntures ao custo amortizado	54.587.456	13.308.408
Provisão para perdas de crédito	(2.720.519)	(147.379)
Subtotal títulos e valores mobiliários	51.866.937	13.161.029
Hedge de títulos e valores mobiliários	(10.551)	-
Total de títulos e valores mobiliários	51.856.386	13.161.029
Total de operações da carteira de crédito	660.785.639	566.615.960
Circulante	104.051.914	87.176.109
Não circulante	556.733.725	479.439.851

6.1. Operações de crédito e Repasses interfinanceiros

6.1.1. Operações de crédito - Operações diretas

As operações de crédito, cujo risco de crédito é assumido pelas empresas do Sistema BNDES, são realizadas de forma direta por meio de um roteiro de pedido de financiamento em que são descritas as características básicas da empresa e do empreendimento para a análise do BNDES.

	2025	2024
Saldo Bruto	358.066.330	340.081.943
Provisão para perdas de crédito	(8.046.107)	(9.710.056)
Subtotal	350.020.223	330.371.887
Hedge da carteira de crédito	74.728	(54.466)
Total	350.094.951	330.317.421
Circulante	31.058.982	32.725.416
Não circulante	319.035.969	297.592.005

6.1.2. Repasses interfinanceiros - Operações indiretas

Pelo fato de o BNDES não possuir agências bancárias, há parcerias com a rede de instituições financeiras credenciadas para fazer com que os recursos do BNDES cheguem a todos os municípios do Brasil. As operações de repasses interfinanceiros realizadas por meio dessas instituições são chamadas de Operações Indiretas.

Nessas operações, a análise do financiamento é feita pela instituição financeira credenciada, que assume o risco de crédito. Por isso, a instituição pode aceitar ou não o pedido de crédito. É ela também quem negocia com o cliente as condições do financiamento, como prazo de pagamento e garantias exigidas, respeitando regras e limites definidos pelo BNDES.

	2025	2024
Saldo bruto	259.002.705	222.080.187
Provisão para perdas de crédito	(505.176)	(415.253)
Subtotal	258.497.529	221.664.934
Hedge da carteira de crédito	5.905	-
Total	258.503.434	221.664.934
Circulante	72.717.315	54.013.989
Não circulante	185.786.119	167.650.945

6.1.3. Concentração da carteira bruta de operações de crédito e repasses interfinanceiros

	2025				2024			
	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%	Operações de crédito	%	Repasses Interfinanceiros	%
Maior cliente	25.352.916	7,1%	47.979.238	18,5%	15.665.445	4,6%	29.655.793	13,4%
10 seguintes maiores clientes	75.377.077	21,0%	166.763.975	64,4%	65.768.540	19,3%	133.481.141	60,1%
20 seguintes maiores clientes	59.274.568	16,6%	42.118.848	16,3%	55.606.436	16,4%	53.400.358	24,0%
50 seguintes maiores clientes	71.117.280	19,9%	2.140.644	0,8%	71.427.005	21,0%	5.542.895	2,5%
100 seguintes maiores clientes	54.974.573	15,4%	-	-	55.538.107	16,3%	-	-
Demais clientes	71.969.916	20,0%	-	-	76.076.410	22,4%	-	-
Total	358.066.330	100,0%	259.002.705	100,0%	340.081.943	100,0%	222.080.187	100,0%

As operações de repasse são realizadas com agentes financeiros, cujo risco é pulverizado e reduzido em função da possibilidade de sub-rogação dos créditos.

Os limites de exposição por cliente estão descritos na Nota Explicativa n.º 25.1.4

6.1.4. Recursos direcionados para aplicação no crédito rural

O BNDES está sujeito ao direcionamento de recursos para aplicação em operações de crédito rural em virtude de captações por meio de Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), sendo a exigibilidade cumprida por meio de operações de financiamento.

Fonte de Recursos Obrigatórios	Volume para Cumprimento da Exigibilidade ⁽¹⁾ (a)	Volume em Cumprimento da Exigibilidade ⁽²⁾ (b)	% Cumprimento da Exigibilidade ⁽³⁾ (b)/(a)
LCA – Letra de crédito do agronegócio	4.480.003	3.947.925	88%

⁽¹⁾ Apurado sobre os saldos médios diários das LCAs entre o primeiro dia útil do mês de junho e o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

⁽²⁾ O período de cumprimento da exigibilidade para LCA tem início no primeiro dia útil do mês de julho e término no último dia útil do mês de junho do ano seguinte.

⁽³⁾ O Manual de Crédito Rural, para o ano safra de 2025/2026, definiu o percentual de 60% para cumprimento da exigibilidade da Fonte LCA.

Não há previsão de custos por descumprimento das exigibilidades.

6.2. Outras operações com características de concessão de crédito

	2025	2024
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	-	529.554
Provisão para perdas de crédito	-	(86.927)
	-	442.627
Direitos recebíveis	2.554.583	4.412.732
Provisão para perdas de crédito	(2.234.182)	(3.382.783)
	320.401	1.029.949
Créditos por avais e fianças honradas	18.965	-
Provisão para perdas de crédito	(8.498)	-
	10.467	-
Total	330.868	1.472.576
Circulante	128.336	436.704
Não circulante	202.532	1.035.872

6.3. Debêntures ao custo amortizado

Essas debêntures são uma modalidade de apoio financeiro e não de aplicação financeira, sendo contratadas diretamente com os emissores e realizadas no vencimento.

	2025	2024
Saldo bruto	54.587.456	13.308.408
Provisão para perdas de crédito	(2.720.519)	(147.379)
Subtotal	51.866.937	13.161.029
Hedge de títulos e valores mobiliários	(10.551)	-
Total	51.856.386	13.161.029
Circulante	147.281	-
Não circulante	51.709.105	13.161.029

6.4. Provisão para perdas de crédito

Apresentamos a seguir a reconciliação das perdas de crédito esperadas segregadas em estágios, tanto para as operações da carteira de crédito como para os demais ativos financeiros e compromissos de crédito a liberar, sujeitos aos requisitos de redução ao valor recuperável.

	2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de Crédito				
Saldo no início do exercício	(2.647.012)	(1.771.552)	(5.291.492)	(9.710.056)
(Constituição)/ reversão líquida	2.135.103	(1.535.752)	(2.810.852)	(2.211.501)
Transferência entre estágios	(675.069)	578.603	96.466	-
Baixas por desconhecimento	-	-	3.875.450	3.875.450
Saldo no final do exercício	(1.186.978)	(2.728.701)	(4.130.428)	(8.046.107)
Repasse Interfinanceiros				
Saldo no início do exercício	(414.634)	-	(619)	(415.253)
(Constituição)/ reversão líquida	185.762	(275.685)	-	(89.923)
Transferência entre estágios	(236.234)	236.234	-	-
Saldo no final do exercício	(465.106)	(39.451)	(619)	(505.176)
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários				
Saldo no início do exercício	(340)	-	(86.587)	(86.927)
(Constituição)/ reversão líquida	340	-	(346.346)	(346.006)
Baixas por desconhecimento	-	-	432.933	432.933
Saldo no final do exercício	-	-	-	-
Direitos recebíveis				
Saldo no início do exercício	(14.245)	-	(3.368.538)	(3.382.783)
(Constituição)/ reversão líquida	9.565	(149)	(181.881)	(172.465)
Baixas por desconhecimento	-	-	1.321.066	1.321.066
Saldo no final do exercício	(4.680)	(149)	(2.229.353)	(2.234.182)
Créditos por avais e fianças honrados				
Saldo no início do exercício	-	-	-	-
(Constituição)/ reversão líquida	-	-	(8.498)	(8.498)
Saldo no final do exercício	-	-	(8.498)	(8.498)
Debêntures - Custo Amortizado				
Saldo no início do exercício	(147.379)	-	-	(147.379)
Reclassificação de categoria	244.413	126.373	2.177.039	2.547.825
(Constituição)/ reversão líquida	(615.558)	(215.845)	(4.289.562)	(5.120.965)
Transferência entre estágios	30.764	(30.764)	-	-
Saldo no final do exercício	(487.760)	(120.236)	(2.112.523)	(2.720.519)
Debêntures – VJORA				
Saldo no início do exercício	(295.300)	(44.196)	(2.177.039)	(2.516.535)
Reclassificação de categoria	(244.413)	(126.373)	(2.177.039)	(2.547.825)
(Constituição)/ reversão líquida	527.803	166.353	4.354.078	5.048.234
Saldo no final do exercício	(11.910)	(4.216)	-	(16.126)
Título de renda fixa no exterior - Custo Amortizado				
Saldo no início do exercício	(74.721)	-	-	(74.721)
(Constituição)/ reversão líquida	67.006	-	-	67.006
Saldo no final do exercício	(7.715)	-	-	(7.715)
Total de provisão sobre ativos financeiros				
Saldo no início do exercício	(3.593.631)	(1.815.748)	(10.924.275)	(16.333.654)
(Constituição)/ reversão líquida	2.310.021	(1.861.078)	(3.283.061)	(2.834.118)
Transferência entre estágios	(880.539)	784.073	96.466	-
Baixas por desconhecimento	-	-	5.629.449	5.629.449
Saldo no final do exercício	(2.164.149)	(2.892.753)	(8.481.421)	(13.538.323)
Compromissos de crédito				
Saldo no início do exercício				(318.840)
(Constituição)/ reversão líquida				318.840
Saldo no final do exercício				-

	2024			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de Crédito				
Saldo no início do exercício	(1.583.113)	(216.479)	(5.780.775)	(7.580.367)
Constituição/ (reversão) líquida	(847.208)	(1.500.791)	145.537	(2.202.462)
Transferência entre estágios	(216.691)	(54.282)	270.973	-
Baixas por desconhecimento	-	-	72.773	72.773
Saldo no final do exercício	(2.647.012)	(1.771.552)	(5.291.492)	(9.710.056)
Repasse Interfinanceiros				
Saldo no início do exercício	(314.615)	(10.079)	(632)	(325.326)
Constituição/ (reversão) líquida	(99.725)	9.785	(35)	(89.975)
Transferência entre estágios	(294)	294	-	-
Baixas por desconhecimento	-	-	48	48
Saldo no final do exercício	(414.634)	-	(619)	(415.253)
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários				
Saldo no início do exercício	(318)	-	(108.233)	(108.551)
Constituição/ (reversão) líquida	(22)	-	21.646	21.624
Saldo no final do exercício	(340)	-	(86.587)	(86.927)
Direitos recebíveis				
Saldo no início do exercício	(267)	-	(4.069.181)	(4.069.448)
Constituição/ (reversão) líquida	(13.978)	-	700.643	686.665
Saldo no final do exercício	(14.245)	-	(3.368.538)	(3.382.783)
Debêntures - Custo Amortizado				
Saldo no início do exercício	(21.884)	-	-	(21.884)
Constituição/ (reversão) líquida	(125.495)	-	-	(125.495)
Saldo no final do exercício	(147.379)	-	-	(147.379)
Debêntures – VJORA				
Saldo no início do exercício	(250.607)	(62.916)	(1.027.758)	(1.341.281)
Constituição/ (reversão) líquida	(26.656)	683	(1.149.281)	(1.175.254)
Transferência entre estágios	(18.037)	18.037	-	-
Saldo no final do exercício	(295.300)	(44.196)	(2.177.039)	(2.516.535)
Título de renda fixa no exterior - Custo Amortizado				
Saldo no início do exercício	(475)	-	-	(475)
Constituição/ (reversão) líquida	(74.246)	-	-	(74.246)
Saldo no final do exercício	(74.721)	-	-	(74.721)
Total de provisão sobre ativos financeiros				
Saldo no início do exercício	(2.171.279)	(289.474)	(10.986.579)	(13.447.332)
Constituição/ (reversão) líquida	(1.187.330)	(1.490.323)	(281.490)	(2.959.143)
Transferência entre estágios	(235.022)	(35.951)	270.973	-
Baixas por desconhecimento	-	-	72.821	72.821
Saldo no final do exercício	(3.593.631)	(1.815.748)	(10.924.275)	(16.333.654)
Compromissos de crédito				
Saldo no início do exercício				(163.830)
Constituição/ (reversão) líquida				(155.010)
Saldo no final do exercício				(318.840)

Composição do resultado de provisão para perdas de crédito

	2025	2024
Reversão (constituição) de provisão sobre:		
Operações de crédito	(2.211.502)	(2.202.462)
Repasse interfinanceiros	(89.923)	(89.975)
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	(346.006)	21.624
Direitos recebíveis	(172.465)	686.665
Créditos por avais e fianças honrados	(8.498)	-
Debêntures	(72.731)	(1.300.748)
Títulos de renda fixa no exterior	67.006	(74.246)
BNDES Serviços	(40.066)	-
Compromissos de crédito	318.840	(155.010)
Total de reversão (constituição) de provisão	(2.555.345)	(3.114.152)
Recuperação de créditos baixados	653.917	920.150
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	(1.901.428)	(2.194.002)

6.5. Créditos renegociados e recuperados

	2025	2024
Baixas para prejuízo ⁽¹⁾	(5.629.449)	(72.821)
Recuperação de créditos baixados	653.917	920.150
Créditos renegociados	4.839.863	26.669.274

⁽¹⁾ Todos os ativos baixados do Sistema BNDES estão sujeitos à atividade de execução.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2025				2024			
	Avaliadas ao valor justo			Total	Avaliadas ao valor justo			Total
	Resultado (VJR)	Pat. Líquido (VJORA)	Avaliadas ao custo amortizado (CA)		Resultado (VJR)	Pat. Líquido (VJORA)	Avaliadas ao custo amortizado (CA)	
Títulos públicos	138.439.255	9.917.201	45.259	148.401.715	92.346.006	10.901.998	48.742	103.296.746
Ações não coligadas	-	79.598.135	-	79.598.135	-	75.192.206	-	75.192.206
Debêntures ⁽¹⁾	1.258	1.377.767	51.856.386	53.235.411	-	22.076.352	13.161.029	35.237.381
Fundos mútuos de investimento	1.945.883	2.910.350	-	4.856.233	2.127.604	2.525.224	-	4.652.828
Títulos de renda fixa no exterior ⁽¹⁾	5	5.218.329	4.669.675	9.888.009	8	5.428.391	3.624.069	9.052.468
Total	140.386.401	99.021.782	56.571.320	295.979.503	94.473.618	116.124.171	16.833.840	227.431.629

⁽¹⁾ Os saldos de debêntures e títulos de renda fixa no exterior mensurados ao custo amortizado estão apresentados líquidos da provisão para perdas de crédito, cuja movimentação está apresentada na Nota Explicativa nº 6.4.

7.1. Títulos Públicos

	2025	2024
Valor justo por meio do resultado		
Letras do Tesouro Nacional – LTN	60.574.664	20.143.516
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	69.633.066	65.746.444
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	1.662.612	6.229.454
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	6.568.913	226.592
	138.439.255	92.346.006
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Notas do Tesouro Nacional – Série B – NTN-B	8.772.820	6.937.242
Notas do Tesouro Nacional – Série F – NTN-F	1.144.381	3.964.756
	9.917.201	10.901.998
Custo amortizado		
Notas do Tesouro Nacional – Série I – NTN-I	45.259	48.742
	45.259	48.742
Total	148.401.715	103.296.746
Circulante	140.378.879	96.615.556
Não circulante	8.022.836	6.681.190
Resumo por tipo de carteira:		
Carteira própria	116.200.723	78.779.833
Vinculados		
Compromissos de recompra	25.097.169	22.346.344
Prestação de Garantias	7.103.823	2.170.569

7.2. Ações não coligadas

A carteira de participações societárias do Sistema BNDES é representada, em sua maior parte, por ações de companhias sobre as quais o Sistema BNDES não exerce influência significativa, avaliadas pelo valor justo e classificados na categoria “valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA”.

As demais participações societárias, composta por investimentos em empresas coligadas sobre as quais a subsidiária integral BNDESPAR exerce influência significativa, estão demonstradas na Nota Explicativa n.º 9.

Os ativos da carteira de participações societárias são decorrentes, predominantemente, de operações de apoio financeiro do Sistema BNDES, com perspectiva de longo prazo.

Abaixo segue a composição da carteira de ações e certificados de depósito de ações classificados na categoria VJORA, contendo a abertura das principais participações em empresas listadas em bolsa.

Empresas investidas	2025			Valor contábil	
	Quantidade (mil) de ações possuídas		% de participação no capital total		
	Ordinárias	Preferenciais		2025	2024
Nível 1					
PETROBRAS ⁽¹⁾	-	1.035.459	8,03	31.943.903	37.452.543
JBS N.V ⁽²⁾	199.312	-	17,14	15.812.571	16.799.847
AXIA ENERGIA ⁽³⁾	146.502	85.173	7,95	11.694.522	6.380.458
COPEL ⁽⁴⁾	655.808	-	21,99	8.558.292	5.877.350
EMBRAER	39.762	-	5,37	3.544.031	2.235.447
CEMIG	106.610	-	3,73	1.566.103	1.563.970
ENERGISA – UNITS	32.260	129.039	6,40	1.521.366	1.067.502
COPASA	13.160	-	3,46	571.782	270.297
COSAN	81.800	-	2,06	436.812	-
BRAVA ENERGIA	8.939	-	1,92	151.600	209.433
Subtotal Nível 1				75.800.982	71.856.847
Outras empresas - Nível 1				167.143	166.793
Total Nível 1				75.968.125	72.023.640
Nível 2				418.857	33.241
Nível 3				3.211.153	3.135.325
TOTAL				79.598.135	75.192.206
Circulante				-	639.800
Não circulante				79.598.135	74.552.406

⁽¹⁾ Do total da participação de 8,03%, 1,05% é detido diretamente pelo BNDES (com 135.249 mil preferenciais) e 6,98% pela BNDESPAR (com 900.210 mil preferenciais). Em 31 de dezembro de 2025, todas as 135.249 mil ações preferenciais (PETR4) de titularidade do BNDES estão dadas em garantia a operações realizadas na [B³].

⁽²⁾ Previamente à efetivação da operação de Dupla Listagem da JBS detalhada no item a seguir, a BNDESPAR alienou 58.308 mil ações de emissão da JBS S.A., reduzindo sua participação acionária nessa investida de 20,81% para 18,18% no segundo trimestre de 2025. Posteriormente, em setembro de 2025 a BNDESPAR alienou 2.365 mil ações da JBS N.V., reduzindo sua participação na investida para 17,14%. O ganho apurado nessas operações foi de R\$ 479.161 e R\$ 16.745, respectivamente (vide Nota Explicativa n.º 7.2.1).

⁽³⁾ Nova denominação da Eletrobras. Em dezembro de 2025 a Axia promoveu a distribuição do saldo da sua Reserva de Lucros na forma de bonificação de ações entregues a seus acionistas, tendo criado duas classes de ações preferenciais para esse fim: ações PNCs e ações resgatáveis PNRs. Nesse contexto, BNDES e sua subsidiária BNDESPAR receberam o total de 48.219 mil novas ações PNCs e 36.954 mil ações PNRs, ao valor de R\$ 2.383.950 e R\$ 48.020, respectivamente, reconhecidos na rubrica “Outros resultados com participações societárias” da demonstração do resultado de exercício. As ações PNRs foram resgatadas ainda em dezembro de 2025. Em 31 de dezembro de 2025, do total da participação de 7,95%, 4,02% pertence ao BNDES (com 74.546 mil ações ordinárias e 42.656 mil preferenciais) e 3,93% a sua subsidiária BNDESPAR (com 71.956 mil ações ordinárias e 42.517 mil preferenciais).

⁽⁴⁾ No contexto da operação de migração para o Novo Mercado da Copel concluída dezembro de 2025, as ações preferenciais de emissão dessa empresa foram convertidas em ações ordinárias (ON) e ações preferenciais resgatáveis classe C (PNC), na proporção de 1 nova ação ON e 1 nova ação PNC para cada ação PNA detida pelo investidor. As ações PNCs foram resgatadas em dezembro de 2025, gerando ganho de R\$ 324.211 (sem considerar efeitos tributários) registrado em lucros acumulados, de forma que, em 31 de dezembro de 2025, a BNDESPAR possui investimento apenas em ações ordinárias.

JBS – Dupla listagem

Conforme Fato Relevante divulgado em 23 de maio de 2025, os acionistas da JBS S.A. aprovaram a operação que resultou na dupla listagem de suas ações na bolsa de valores no Brasil e nos Estados Unidos (“Dupla Listagem”).

A efetivação da Dupla Listagem ocorreu em 6 de setembro de 2025, através da incorporação das ações da JBS S.A. pela JBS N.V., considerando a relação de troca de 2:1, ou seja: cada 2 (duas) ações ordinárias da JBS S.A. foram convertidas em 1 (um) BDR, cada qual lastreado em 1 (uma) *Class A Share* (ação ordinária classe A) da JBS N.V.

A JBS N.V. é uma sociedade constituída de acordo com as leis da Holanda, registrada na CVM como emissora estrangeira com BDRs negociados na [B3]. Na *Securities and Exchange Commission* (“SEC”), a JBS N.V. é registrada como emissora estrangeira (*Foreign Private Issuer – “FPI”*) para listar suas ações Classe A na *New York Stock Exchange* - NYSE.

Nesse contexto, a BNDESPAR deixou de possuir ações da JBS S.A. e passou a ser acionista da JBS N.V. Nesse primeiro momento o investimento da BNDESPAR na JBS N.V. estava representado por 201.677 mil BDRs, os quais foram cancelados em 9 de julho de 2025, quando então a BNDESPAR passou a deter diretamente 201.677 mil ações ordinárias classe A da JBS N.V., listadas na NYSE sob o *ticker* “JBS”, correspondentes à participação de 18,18% da BNDESPAR no capital total da JBS N.V.

Tal operação resultou em ganho de R\$ 1.383.502 reconhecido em lucros acumulados, correspondente ao ajuste a valor justo da participação na JBS S/A reconhecido em outros resultados abrangentes e realizado com o desreconhecimento desse ativo. O efeito total da operação, líquido de tributos, foi R\$ 634.043.

Em setembro de 2025 a BNDESPAR alienou 2.365 mil ações ordinárias classe A da JBS N.V, reduzindo sua participação para 17,14%.

7.2.1. Ganhos com realização de investimentos em ações

Lucros Acumulados - Realização de instrumentos patrimoniais designados VJORA ⁽¹⁾	2025
Ações ⁽²⁾	
Alienação	208.238
Desreconhecimento	1.383.502
Resgate	324.211
Efeito tributário	(991.963)
Total	923.988

⁽¹⁾ O valor apresentado nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido inclui ainda R\$ 60.965 referente à realização de investimentos em contas de fundos de investimentos designados ao VJORA.

⁽²⁾ A realização de tais ativos ocasionou a realização de seu ajuste a valor justo, reconhecido até então em outros resultados abrangentes, no montante total de R\$ 1.929.835 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o BNDES apurou ganho com alienações de ações classificadas como VJORA no valor de R\$ 130.393 (R\$ 81.980 líquido de efeitos tributários).

O ganho com alienações de ações VJORA líquido dos efeitos tributários foi transferido de “Outros resultados abrangentes” para “Lucros (prejuízos) Acumulados”.

7.2.2. Receita de Dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP)

Empresas listadas em Bolsa	2025			2024		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total
Petrobras	1.569.068	1.779.444	3.348.512	6.309.460	1.742.230	8.051.690
JBS ⁽¹⁾	1.303.637	-	1.303.637	1.384.983	-	1.384.983
Copel ⁽²⁾	580.381	242.922	823.303	74.852	198.475	273.327
Axia Energia	817.830	-	817.830	320.323	-	320.323
Cemig	93.456	90.184	183.640	72.785	68.899	141.684
Energisa	105.611	-	105.611	30.652	-	30.652
Naturgy	19.992	38.586	58.578	108.683	29.557	138.240
Copasa	-	22.387	22.387	19.043	17.431	36.474
Subtotal	4.489.975	2.173.523	6.663.498	8.320.781	2.056.592	10.377.373
Outras empresas	99.419	24.993	124.412	28.248	883	29.131
Total	4.589.394	2.198.516	6.787.910	8.349.029	2.057.475	10.406.504

⁽¹⁾ Investimento desreconhecido em 2025, conforme descrito na Nota Explicativa n.º 7.2.

⁽²⁾ Conforme descrito na Nota Explicativa n.º 7.2, em dezembro de 2025, a BNDESPAR deixou de ter ações preferenciais da Copel

O valor a receber de dividendos e JCP das ações VJORA estão apresentados na rubrica “Outros ativos financeiros ao custo amortizado” do balanço patrimonial, juntamente com os proventos decorrentes de investimento em ações de coligadas, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8.1.

7.3. Debêntures

	2025	2024
Valor justo por meio do resultado		
Valor ao custo amortizado	309.347	-
Ajuste ao valor de mercado	(308.089)	-
Subtotal	1.258	-
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Valor ao custo amortizado	1.442.955	27.045.742
Ajuste ao valor de mercado	(65.188)	(4.969.390)
Subtotal	1.377.767	22.076.352
Custo amortizado ⁽¹⁾		
Valor ao custo amortizado	54.587.456	13.308.408
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(2.720.519)	(147.379)
Subtotal custo amortizado	51.866.937	13.161.029
<i>Hedge</i> de títulos e valores mobiliários	(10.551)	-
Subtotal	51.856.386	13.161.029
Total	53.235.411	35.237.381
Circulante	163.421	282.988
Não circulante	53.071.990	34.954.393

⁽¹⁾ As debêntures mensuradas ao custo amortizado fazem parte das Operações da carteira de crédito, conforme apresentado na Nota Explicativa n.º 6.3.

A subscrição de debêntures de colocação pública está limitada a operações de baixo risco de crédito e possuem as seguintes características, dentre outras:

- (i) Setores apoiados pelo BNDES;
- (ii) Recursos captados destinados a investimentos em:
 - a) Projetos de infraestrutura; e
 - b) Planos de negócio corporativos, com investimentos em: ativos fixos; capital de giro; pesquisa e desenvolvimento; fusões, incorporações e aquisições, nos casos em que os ganhos de escala e escopo advindos da consolidação sejam importantes para impulsionar o crescimento posterior; reestruturação e alongamento de dívidas; e outras finalidades, conforme o caso, desde que justificáveis para o desenvolvimento da sociedade emissora.

A atuação no mercado secundário segue os princípios de competitividade e de transparência na formação do preço, com preferência a que as operações sejam efetuadas através de plataformas eletrônicas ou, sendo operações efetuadas fora de plataforma eletrônica, que elas sejam referendadas por cotações disponíveis em plataformas eletrônicas.

7.4. Fundos de investimento

As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelos respectivos administradores na data-base do balanço.

Fundo	Administrador	2025	2024
SRM EXODUS PME FIDC	Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	412.306	365.203
VINCI Crédito Infra Institucional RF	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	391.006	310.482
Pátria Infraestrutura IV FEEDER-A FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos Ltda.	336.071	310.573
Kinea Equity Infra I FIP	Kinea Private Equity Investimentos S.A.	301.840	162.650
Lightrock LATAM Fund I FIP	Lightrock Gestora de Recursos Ltda.	268.151	-
Fundo Ag Angra Infra-Estrutura FIP	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	257.292	267.633
Fundo Garantidor para Investimentos – FGI	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	247.675	241.712
VINCI Energia Sustentável FIDC	BRL Trust Investimentos Ltda.	213.573	242.734
PÁTRIA INFRA CRÉDITO FIDC	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	136.985	-
Fundo Garantidor BNDES - SEBRAE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	133.400	-
VINCI IMPACTO E RETORNO IV FIP	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	133.082	86.690
Avanti Multiestratégia FIP	BRL Trust Investimentos Ltda.	122.302	127.192
CRATEC III FIP	Lions Trust Adm. de Recursos Ltda.	118.932	144.620
GEF LATAM Climate Solutions FIP	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	118.795	65.470
ALAO V Brasil FIP	TMF Brasil Serviços de Administração de Fundos Ltda.	112.118	65.912
FIDC FUNTEL PADTEC FIDC	Finvest Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda	105.768	-
FIDC AGRO OPEN GROWTH SILOS RL	Singulare Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	103.100	-
Fundo BBI Financeira I FMIEE	FinHealth Gestão de Recursos S.A.	98.892	99.530
Brasil Agronegócio FIP	BEM – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	79.025	118.440
Pátria Infraestrutura III FI FIP	Pátria Infraestrutura Gestão de Recursos Ltda.	56.705	95.103
CRATEC FMIEE	Intrader Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	32.240	75.533
Pátria Crédito Estruturado FIDC	Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	14.676	246.240
LGEF II BRLGEF II BRASIL FIP	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM	-	227.460
Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR	Banco do Nordeste do Brasil S. A. – BNB	-	411.698
Subtotal		3.793.934	3.664.875
Outros		1.062.299	987.953
Total		4.856.233	4.652.828
Circulante		1.945.883	2.127.604
Não circulante		2.910.350	2.525.224

Em 21 de março de 2025, o Sistema BNDES aderiu ao leilão de recompra de cotas do FINOR realizado na Bolsa de Valores do Brasil [B³], alienando 588.139.991 mil cotas desse fundo. As cotas foram vendidas pelo valor de R\$ 1,06 (um real e seis centavos) por lote de mil cotas, cujo valor bruto de venda foi de R\$ 623.428.

7.5. Derivativos

O BNDES utiliza instrumentos financeiros derivativos para fins de *hedge* financeiros ou contábil. Esses instrumentos têm como objetivo o gerenciamento da exposição a riscos de mercado de seus ativos e passivos, incluindo a gestão de rentabilidade da carteira de tesouraria, dentro de limites estabelecidos no âmbito de sua governança interna de gestão de riscos. A descrição das operações que o BNDES efetua com estes instrumentos pode ser encontrada na Nota Explicativa nº 31.1.4.

7.5.1. Composição

	Vencimentos	Valor de referência	2025		2024	
			Valor de mercado		Valor de mercado	
			Ativo	(Passivo)	Ativo	(Passivo)
Contratos swap						
Cambiais:						
Euro x USD	nov/32 a mai/36	56.740	45.599	(9.104)	-	(13.714)
Euro x R\$	nov/32	27.169	90.268	(37.161)	-	-
CNH x R\$	nov/27	(76.450)	366.325	(382.911)	88.412	(60.291)
MNX x R\$	jun/26	619	-	(712)		
Taxas de juros em US\$:						
Flutuante x Fixa	out/42 a out/45	290.927	1.033.844	(138.913)	1.363.655	-
Inflação:						
CDI x IPCA	mai/41 a mar/47	28.583	73.752	(74.922)	-	-
Subtotal		327.588	1.609.788	(643.723)	1.452.067	(74.005)
Contratos futuros ⁽¹⁾						
DI (posição vendida)	abr/26 a jan/35	(95.726.429)	-	-	-	-
USD (posição vendida)	jan/26 a fev/26	(1.892.826)	-	-	-	-
DDI (posição comprada)	jan/26 a jan/31	7.456.655	-	-	-	-
DDI (posição vendida)	jun/26	(2.655)	-	-	-	-
DAP (posição comprada)	jan/26 a mai/55	24.956.303	-	-	-	-
DAP (posição vendida)	ago/30	(13.426)	-	-	-	-
Subtotal		(65.222.378)	-	-	-	-
Opções						
Precificação						
Bônus de subscrição de ações (ativo)	Simulação de Monte Carlo e <i>Black-Scholes</i>		196.587	-	785	-
Subtotal			196.587	-	785	-
Total			1.806.375	(643.723)	1.452.852	(74.005)
Circulante			391.684	(461.927)	183.978	(70.005)
Não circulante			1.414.691	(181.796)	1.268.874	(4.000)

⁽¹⁾ Os ajustes diários a liquidar das operações com contratos de futuros estão registrados e apresentados na rubrica "outros créditos – diversos".

O valor justo de cada operação de *swap* é definido como a diferença entre os valores presentes estimados de suas pontas ativa e passiva. A estimativa de cada ponta consiste no cálculo de seus respectivos fluxos de caixa futuros – com base na taxa contratada da operação, no caso de ponta em taxa fixa, ou em projeções extraídas das curvas de mercado, no caso de ponta em taxa flutuante – trazidos a valor presente pelas curvas de mercado aplicáveis a cada operação.

7.5.2 Derivativos de câmbio e de taxa de juros em mercado de balcão

Moedas de referência	Vencimento	Valor Nominal	
		2025	2024
EUR x USD (taxa fixa)	nov/32 a mai/36	R\$ 791 milhões	R\$ 644 milhões
EUR x BRL (pós-fixado)	nov/32	R\$ 421 milhões	-
CNH x BRL (pós-fixado)	nov/27	R\$ 3.916 milhões	R\$ 633 milhões
MXN x BRL (pós-fixado)	jun/26	R\$ 53 milhões	-
USD (taxa de juros fixa - flutuante) ⁽¹⁾	out/42 a out/45	R\$ 4.991 milhões	R\$ 7.114 milhões

⁽¹⁾ Operações contratadas com mecanismo de mitigação de risco de crédito bilateral mediante a cessão fiduciária de títulos públicos ou depósitos interfinanceiros a título de margem. Nos termos dos contratos firmados entre as partes, até o vencimento das operações com cada contraparte, haverá verificações semanais para eventual reforço de garantias.

Em 31 de dezembro de 2025, o BNDES não possuía títulos públicos oferecidos ou recebidos em garantia. Em 31 de dezembro de 2025, foram recebidos R\$ 887.596 e oferecidos R\$ 145.990 em operações de DI para garantia destas operações de *swap*, registrado nas rubricas “Depósitos interfinanceiros” no Passivo Circulante e “Aplicações interfinanceiras de liquidez” no Ativo Circulante, respectivamente.

7.5.3. Resultado com derivativos

Receitas (despesas)	2025	2024
Contratos de câmbio	(24.008)	-
Contratos de <i>swaps</i>	(546.954)	654.500
Contratos de futuro	(3.891.799)	7.689.406
Subtotal câmbio e taxa de juros	(4.462.761)	8.343.906
Contratos de opções	195.868	(199)
Subtotal renda variável	195.868	(199)
Total	(4.266.893)	8.343.707

7.5.4. Hedge Contábil

O BNDES possui estruturas de *hedge* de valor de mercado para mitigar a exposição às oscilações do risco de mercado relacionadas às flutuações da taxa de juros e inflação em operações de crédito e captações.

A proteção ocorre por meio de contratos de *swap* e futuros de taxa de juros e inflação.

O Banco monitora essas estruturas de proteção para assegurar que os instrumentos de *hedge* efetivamente compensem as variações no valor justo dos respectivos itens cobertos, ao longo de todo o período definido para a relação de *hedge*.

A avaliação da efetividade das estruturas de *hedge* é realizada no momento da designação e de forma prospectiva.

No gerenciamento de risco, espera-se que os instrumentos de *hedge* e os itens cobertos apresentem movimentos opostos e proporcionais, com o objetivo de neutralizar os fatores de risco.

Composição da carteira de derivativos designados para *hedge* de valor de mercado:

Hedge de risco de mercado	2025			
	Objeto de <i>hedge</i>		Instrumento de <i>hedge</i>	
	Valor justo ⁽¹⁾	Ajuste de marcação a mercado	Valor de referência	Ajuste de marcação a mercado ⁽²⁾
Contratos de <i>swap</i>				
Hedge de operações de crédito	7.221.110	129.194	7.123.602	(134.027)
Hedge de debêntures com características de operação de crédito	2.412.430	(10.551)	2.426.141	245
Contratos de futuros				
Hedge de operações de repasses	32.442.722	5.905	35.945.142	(6.821)
Hedge de captações	(23.392.214)	(10.251)	(24.671.696)	(72.960)

⁽¹⁾ Valor de mercado dos objetos de *hedge*.

⁽²⁾ Os ajustes a receber ou a pagar são registrados no resultado do período na rubrica "Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros". Tais ajustes incluem tanto a parcela referente à variação do valor de mercado da perna protetora do derivativo (relacionado ao objeto de *hedge*), quanto a valorização da perna pós-fixada (não relacionada ao objeto de *hedge*).

Em estruturas de proteção de valor de mercado, as variações de marcação a mercado dos instrumentos de *hedge* e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos diretamente no resultado.

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

	2025	2024
Outros direitos a receber	43.605	54.120
Créditos perante o Tesouro Nacional (Nota Explicativa nº 23.1.1)	555.343	666.579
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	1.604.505	2.064.193
Devedores por depósito em garantia	1.076.679	1.032.768
Cessão de direito de capitalização	-	39.257
Pagamentos a ressarcir	249.687	221.163
Diversos	658.852	554.042
Total	4.188.671	4.632.122
Circulante	2.770.685	3.088.940
Não circulante	1.417.986	1.543.182

8.1. Dividendos e juros sobre capital próprio a receber

	2025	2024
Ações não coligadas		
Dividendos	654.353	1.332.198
Juros sobre capital próprio	911.469	683.894
Coligadas		
Dividendos	38.683	-
Juros sobre capital próprio	-	48.101
Total	1.604.505	2.064.193
Circulante	1.604.505	2.064.193

9. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

Os investimentos em coligadas do Sistema BNDES representam as empresas investidas sobre as quais a subsidiária BNDESPAR exerce “influência significativa”.

2025 ⁽¹⁾							2024 ⁽¹⁾	
Coligadas ⁽²⁾	Quantidade (mil) de ações possuídas	% de participação sobre o capital ⁽³⁾		Valor patrimonial do investimento	Provisão para perdas	Total	Total	Natureza das atividades do negócio da coligada
	Ordinárias	Total	Votante					
Tupy	40.645	31,01%	31,01%	955.171	(78.450)	876.721	1.023.167	Setor de metalurgia e siderurgia
CBO Holding	26.172	18,88%	18,88%	369.784	-	369.784	349.565	Apoio marítimo a indústria de E&P de óleo e gás
Iguá ⁽⁴⁾	61.729	11,09%	11,09%	287.774	-	287.774	390.849	Saneamento
CTC	60.902	18,99%	18,99%	326.322	-	326.322	313.525	Biotecnologia
Subtotal				1.939.051	(78.450)	1.860.601	2.077.106	
Outras				266.618	(170.999)	95.619	127.806	
Total				2.205.669	(249.449)	1.956.220	2.204.912	

⁽¹⁾ A data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial é 31/10/2025 (31/10/2024 para cálculo da equivalência em 31/12/2024)

⁽²⁾ Empresas com sede no Brasil.

⁽³⁾ % de participação sobre o capital da coligada, ajustado pelas ações em tesouraria das respectivas empresas, quando aplicável.

9.1. Movimentação do saldo dos investimentos em coligadas

2025							
Coligadas	Saldo no início do exercício	Aquisições	Dividendos / JCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial ⁽¹⁾	Ajustes de avaliação patrimonial reflexo de coligadas e Movimentação do PL reflexos de coligada ^{(2) (3)}	Reversão (constituição) de provisão p/ redução ao valor recuperável	Saldo no final do exercício
Tupy	1.023.167	-	-	(38.521)	(29.475)	(78.450)	876.721
CBO Holding	349.565	-	-	42.844	(22.625)	-	369.784
Iguá	390.849	-	-	(104.907)	1.832	-	287.774
CTC	313.525	-	(9.525)	21.371	951	-	326.322
Subtotal	2.077.106	-	(9.525)	(79.213)	(49.317)	(78.450)	1.860.601
Outras coligadas	127.806	4.469	(49.115)	(31.999)	(1.966)	46.424	95.619
Total	2.204.912	4.469	(58.640)	(111.212)	(51.283)	(32.026)	1.956.220

2024							
Coligadas	Saldo no início do exercício	Aquisições	Dividendos / JCP reconhecidos	Resultado de equivalência patrimonial ⁽¹⁾	Ajustes de avaliação patrimonial e Movimentação do PL reflexos de coligadas ^{(2) (3)}	Alienação	Saldo no final do exercício
Tupy	915.050	-	(62.836)	90.838	80.115	-	1.023.167
CBO Holding	316.376	-	-	2.144	31.045	-	349.565
CTC	302.399	-	(6.869)	17.094	901	-	313.525
Iguá ⁽⁴⁾	233.612	228.199	-	(28.615)	2.077	(44.424)	390.849
Subtotal	1.767.437	228.199	(69.705)	81.461	114.138	(44.424)	2.077.106
Outras coligadas	130.454	-	(11.809)	7.551	1.722	(112)	127.806
Total	1.897.891	228.199	(81.514)	89.012	115.860	(44.536)	2.204.912

⁽¹⁾ Inclui a amortização das Mais e Menos Valia de ativos e passivos apurados na aquisição de participação societária.

⁽²⁾ A movimentação do "Ajuste de Avaliação Reflexo de coligadas" decorre principalmente do Ajuste Acumulado de Conversão reconhecido pelas coligadas Tupy e CBO Holding em seu patrimônio líquido, em função da variação cambial apurada na conversão das demonstrações financeiras de suas controladas no exterior.

⁽³⁾ Inclui os efeitos de mudança no percentual de participação relativa da BNDESPAR e da reciclagem do ORA reflexo em função da alienação de coligada incluída na linha de "Outras coligadas" do quadro.

⁽⁴⁾ Em agosto de 2024, a BNDESPAR alienou 12.092 mil ações ordinárias da Iguá (vide Nota Explicativa n.º 9.6), e em novembro daquele mesmo ano a investida promoveu uma captação de recursos junto a determinados acionistas tendo a BNDESPAR subscrito 17.487 mil novas ações ordinárias pelo valor total R\$ 228.199 (elevando sua participação no capital social da coligada para 11,09%, ajustada pelas ações em tesouraria).

9.2. Valor justo de investimentos em coligadas que possuem preços cotados no mercado

Coligada	Título	2025	2024
Tupy	ON	499.938	953.540

Valor de mercado da participação em coligadas com ações listadas, apurado com base no preço médio do último pregão do mês de referência.

9.3. Informação sobre os principais saldos das coligadas utilizados para cálculo da equivalência patrimonial

As demonstrações financeiras das coligadas utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial, quando necessário, são ajustadas para refletir: (i) os efeitos decorrentes de eventos relevantes subsequentes à data-base; (ii) os efeitos de uniformização de práticas contábeis; e (iii) os ajustes ao valor justo de ativos e passivos identificados por ocasião da aquisição da participação pela subsidiária BNDESPAR e suas respectivas amortizações. As informações financeiras das coligadas, apresentadas no quadro a seguir, já contemplam esses efeitos.

Coligadas	31/10/2025 ⁽¹⁾					01/11/2024 a 31/10/2025 - doze meses ⁽¹⁾			
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Receitas	Lucros (prejuízos) de operações em continuidade ⁽²⁾	Outros resultados abrangentes	Resultado abrangente total
Tupy	1.840.251	5.573.857	978.621	3.355.143	3.080.344	3.491.394	(127.613)	(117.255)	(244.868)
CBO Holding	22.460	2.461.915	1.898	523.875	1.958.602	215.320	235.806	(119.831)	115.975
Iguá	546.343	3.808.061	151.169	1.608.781	2.594.454	205.004	(639.211)	-	(639.211)
CTC	772.591	1.328.077	140.770	241.267	1.718.631	460.327	112.552	107	112.659

⁽¹⁾ Data-base do patrimônio líquido das investidas utilizada para o cálculo da última equivalência patrimonial.

⁽²⁾ Inclui resultados reconhecidos pela coligada diretamente em lucros acumulados, quando aplicável.

9.4. Perdas não reconhecidas nos investimentos em coligadas

Quando a participação da subsidiária BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo, que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a BNDESPAR não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

	2025	2024
Passivo a descoberto nas coligadas - % BNDESPAR ⁽¹⁾	(845.290)	(843.555)
Perdas não reconhecidas no resultado do exercício ⁽¹⁾	(1.917)	(2.312)

⁽¹⁾ Decorrente de investimento em coligadas cuja participação da subsidiária BNDESPAR não é relevante.

9.5. Análise do valor recuperável

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a subsidiária BNDESPAR efetuou análise da necessidade de reconhecimento de provisão para perda por redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas, e identificou a necessidade de constituição de provisão para determinado ativo no montante de R\$ 78.450, conforme quadro a seguir. Adicionalmente, após a aplicação do método de equivalência patrimonial, foi reconhecida reversão de provisão de R\$ 46.424, sendo esse valor equivalente a despesa de equivalência registrada para investimento integralmente provisionado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não foi reconhecida provisão para redução ao valor recuperável de coligadas nem sua reversão.

Perda por redução ao valor recuperável para um ativo individual no exercício ⁽¹⁾	2025
Valor contábil do investimento (sem provisão para redução ao valor recuperável)	955.171
Valor recuperável - valor em uso	876.721
Constituição de provisão para redução ao valor recuperável no exercício	(78.450)

⁽¹⁾ As ações da coligada apresentam declínio significativo em seu valor de mercado. O valor recuperável consiste em seu valor em uso, calculado com base no valor presente dos proventos esperados da coligada, acrescido do valor residual estimado de sua venda futura, apurado com base em modelos internos de precificação. O cálculo utilizou como taxa de desconto o custo do capital próprio da coligada.

9.6. Resultado com alienações de investimentos em coligadas

O lucro na venda de investimento em coligadas está apresentado na linha "Resultado com alienações de títulos de renda variável" da Demonstração do Resultado, conforme quadro a seguir.

	2025	2024
Coligadas	178.334	121.601
Bônus e direitos de subscrição	42	90
Total	178.376	121.691

10. OUTROS ATIVOS

	2025	2024
Despesas antecipadas	883.996	1.098.222
Incentivos fiscais	6.445	7.170
Outros investimentos – Obras de arte	244	244
Outros valores e bens	448	490
Total	891.133	1.106.126
Circulante	884.444	1.098.712
Não circulante	6.689	7.414

11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	2025	2024
Empréstimos		
País	1.110.686	1.650.303
Repases		
País - Tesouro nacional	27.203.095	31.289.532
Exterior - Instituições multilaterais	40.108.083	33.790.681
Subtotal	67.311.178	65.080.213
Total	68.421.864	66.730.516
Circulante	7.978.813	5.238.610
Não circulante	60.443.051	61.491.906

Os contratos de empréstimos e repases não possuem cláusulas de *covenants* que possam afetar estas Demonstrações Financeiras.

11.1. Composição

11.1.1. Empréstimos no país

	2025	2024
Obrigações por aquisição de títulos federais	389.931	764.792
Prêmios de seguro financiados a pagar ao Fundo de Garantia à Exportação – FGE	720.755	885.511
Total	1.110.686	1.650.303
Circulante	459.703	449.789
Não circulante	650.983	1.200.514

Obrigações por aquisição de títulos federais

O BNDES adquiriu títulos públicos federais, mediante empréstimo, junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS. Esse empréstimo, no valor atualizado de R\$ 389.931 em 31 de dezembro de 2025, apresentado no passivo circulante (R\$ 764.792 em 31 de dezembro de 2024 – R\$ 370.781 no circulante e R\$ 394.011 no não circulante), foi realizado nas seguintes condições: atualização monetária com base na TR e taxa de juros de 4,8628% ao ano, com prazo de amortização de 18 anos, realizada mensalmente de 1º de janeiro de 2009 a 1º de dezembro de 2026.

11.1.2. Repases no país - Tesouro Nacional

Moeda / Taxas de remuneração	Vencimento médio (em anos)	2025	2024
US\$	11,54	545.782	708.367
US\$ + 3,02%	13,32	3.942.800	-
US\$ + 6,04%	13,57	-	4.765.594
Selic	15,08	279.672	920.771
TJLP	15,17	22.239.579	24.655.836
Reais + 3,25%	-	-	41
Juros provisionados		195.262	238.923
Total		27.203.095	31.289.532
Circulante		1.985.908	2.221.610
Não circulante		25.217.187	29.067.922

11.1.3. Repasses no Exterior - Organismos Internacionais e Instituições Multilaterais

Instituição	Vencimento médio (em anos)	Moeda	2025	2024
China Development Bank – CDB	4,22	US\$	7.153.120	5.573.070
		CHN	3.943.000	1.265.400
Inter-American Development Bank – BID	17,60	R\$	2.858.778	3.535.172
		US\$	14.978.319	14.817.289
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW	6,79	US\$	1.705.150	2.944.451
		EURO	646.920	-
New Development Bank – NDB	17,15	US\$	4.315.257	3.715.380
Agence Française de Développement – AFD	5,99	US\$	125.944	283.470
		EURO	641.608	-
El Instituto de Crédito Oficial – ICO	8,07	US\$	2.200.960	1.238.460
International Fund of Agricultural Development	16,44	US\$	41.479	46.680
Corporación Andina de Fomento	1,44	US\$	1.100.481	-
Juros provisionados			397.067	371.309
Total			40.108.083	33.790.681
Circulante			5.533.202	2.567.211
Não circulante			34.574.881	31.223.470

Sobre os contratos de repasses no exterior incidem taxas que variam entre 1,25% e 13,21% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (0,75% e 10,93% a.a. em 31 de dezembro de 2024). A concentração por faixa de taxa de captação está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Taxas de captação:		
Até 3%	678.537	909.330
De 3,1 a 5%	11.455.102	3.407.791
De 5,1 a 7%	24.718.598	25.355.853
De 7,1 a 9%	-	211.226
Acima de 11%	2.858.779	3.535.172
Juros provisionados	397.067	371.309
Total	40.108.083	33.790.681

As fontes externas de recursos do BNDES são constituídas por captações efetuadas junto às instituições multilaterais de crédito e agências governamentais. Os empréstimos tomados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a outros organismos multilaterais contam com a prestação de garantia formal da União. Os empréstimos tomados junto a instituições governamentais, como *Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW*, *Agence Française de Développement – AFD*, *China Development Bank – CDB* e o *Instituto Oficial de Crédito - ICO*, em geral, não demandam garantia formal da União.

No exercício de 2025, o BNDES celebrou sete novas operações de captação de recursos junto a organismos financeiros internacionais, totalizando US\$ 1,9 bilhão.

11.2. Composição por vencimento

	2025		
	No país	No exterior	Total
Até 1 ano	2.445.611	5.533.202	7.978.813
Entre 1 e 2 anos	1.790.645	6.457.945	8.248.590
Entre 2 e 3 anos	1.790.645	2.801.090	4.591.735
Entre 3 e 5 anos	3.581.291	5.354.418	8.935.709
Entre 5 e 10 anos	8.953.227	10.189.273	19.142.500
Após 10 anos	9.752.362	9.772.155	19.524.517
Total	28.313.781	40.108.083	68.421.864

11.3. Movimentação das obrigações por empréstimos e repasses

	2025						Total de empréstimos e repasses
	Empréstimos			Repasses			
	No país	No exterior	Total	No país	No exterior	Total	
Saldo no início do exercício	1.650.303	-	1.650.303	31.289.532	33.790.681	65.080.213	66.730.516
. Ingresso de recursos	-	-	-	-	11.433.581	11.433.581	11.433.581
. Variação cambial	-	-	-	(603.874)	(3.123.674)	(3.727.548)	(3.727.548)
. Atualização monetária	(85.144)	-	(85.144)	-	-	-	(85.144)
. Provisão de juros	43.062	-	43.062	2.352.331	2.210.194	4.562.525	4.605.587
. Pagamento de juros	(46.414)	-	(46.414)	(1.718.966)	(2.161.375)	(3.880.341)	(3.926.755)
. Amortização de principal	(451.121)	-	(451.121)	(4.126.643)	(2.041.324)	(6.167.967)	(6.619.088)
. Outras	-	-	-	10.715	-	10.715	10.715
Saldo no final do exercício	1.110.686	-	1.110.686	27.203.095	40.108.083	67.311.178	68.421.864

12. FAT - DÍVIDA SUBORDINADA E DEPÓSITOS ESPECIAIS

Conforme previsão constitucional, os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, constituídos basicamente pelo produto da arrecadação do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), além das receitas decorrentes de suas aplicações, destinam-se a custear o seguro-desemprego, outras ações da previdência social e o abono salarial, bem como os programas de desenvolvimento econômico, através do BNDES, por meio do repasse de parcela mínima de 28% daquela arrecadação.

Assim, o FAT sucedeu ao Fundo de Participação PIS-PASEP, alterando significativamente o propósito da referida contribuição social. Enquanto o Fundo de Participação PIS-PASEP tinha como objetivo formar o patrimônio individual dos trabalhadores, que eram seus quotistas, o FAT atua como instrumento de combate ao desemprego em duas frentes. A primeira, de caráter emergencial, amparando o desempregado com uma remuneração provisória, além de oferecer programa de treinamento e recolocação, e a segunda, de característica preventiva, fomentando a criação de novos empregos por meio de programas de desenvolvimento econômico.

Informações adicionais podem ser verificadas em:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/fundos-governamentais/fundo-de-amparo-ao-trabalhador-fat/bndes>.

Os recursos do FAT transferidos ao BNDES são classificados em duas categorias: Constitucional e Depósitos Especiais.

12.1. FAT Constitucional

O FAT Constitucional compreende as transferências de recursos correspondentes a, pelo menos, 28% da arrecadação da contribuição PIS/PASEP. Os recursos são remunerados, quando disponíveis, pela Taxa Média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) descontada da taxa de remuneração de 0,09% a.a., denominada de Selic reduzida. Quando aplicados, os recursos do FAT podem ser remunerados pelas seguintes taxas: Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (FAT – TJLP); Taxa de Longo Prazo (FAT - TLP); Taxa Referencial (FAT – TR); Taxa média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic); Taxa Prefixada; Taxa Prefixada MPME (Micro, Pequena e Média Empresa); e por taxas de juros do mercado internacional (FAT – Cambial). Para a parcela de recursos que integra a modalidade FAT - Cambial, os saldos devedores dos financiamentos concedidos têm seu contravalor em reais e podem ser determinados com base nas moedas: i) dólar norte-americano, podendo ser remunerado pela Taxa de Juros para Empréstimos e Financiamentos no Mercado Interbancário de Londres (*London Interbank Offered Rate - Libor*), pela *Secured Overnight Financing Rate* (SOFR), pela Taxa de Juros dos Títulos do Tesouro dos Estados Unidos da América – (Treasury Bonds) ou outra taxa de referência que venha a ser definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN); ii) euro, podendo ser remunerado pela taxa de juros de oferta para empréstimo interbancário na moeda euro, pela *Euro Interbank Offered Rate* (Euribor), pela *Euro Short-Term Rate* (ESTR), pela taxa representativa da remuneração média de Títulos de Governos de Países da Zona Econômica do Euro – *Euro Area Yield Curve AAA*, divulgada pelo Banco Central Europeu ou outra taxa de referência que venha a ser definida pelo CMN; iii) referenciado em outras moedas conversíveis, sendo remunerado por taxa a ser definida pelo CMN. Apesar do inciso I do art. 6º da Lei nº 9.365/1996 autorizar a remuneração das operações em dólar norte-americano pela Libor, essa taxa foi descontinuada. A partir de 30 de junho de 2023 as novas operações em dólar norte-americano foram contratadas com remuneração pela SOFR.

Semestralmente, nos meses de janeiro e julho, o BNDES transfere ao FAT o valor correspondente à remuneração dos recursos aplicados em operações de crédito indexados à TJLP, TLP, TR, Taxa Selic, Taxa Prefixada, Taxa Prefixada MPME, limitada a 6% ao ano, sendo capitalizada a diferença positiva. A remuneração do FAT-Cambial é repassada semestralmente de forma integral. O valor correspondente à remuneração das disponibilidades, indexado à Selic reduzida é recolhido pelo BNDES ao FAT mensalmente, até o décimo dia útil do mês subsequente ao seu encerramento.

Para os recursos do FAT Constitucional, somente haverá amortizações se ocorrer insuficiência de recursos para custear o programa do seguro-desemprego, o pagamento do abono salarial e o financiamento de programas de educação profissional e tecnológica.

O saldo devedor do FAT Constitucional encontra-se registrado na rubrica “Dívidas Subordinadas” e tem a seguinte composição:

Dívidas Subordinadas	2025	2024
FAT - Moeda nacional (TJLP/TLP/TR/Selic)	435.606.928	395.061.642
FAT - Moeda estrangeira (Cambial) ⁽¹⁾	34.186.427	37.957.074
Juros provisionados	11.657.716	10.874.721
Subtotal	481.451.071	443.893.437
Ajuste ao valor justo de objeto de macro <i>hedge</i>	10.251	-
Total	481.461.322	443.893.437
Circulante	11.657.716	10.874.721
Não circulante	469.803.606	433.018.716

⁽¹⁾ Até 50% dos recursos oriundos do FAT Constitucional poderão ser aplicados em projetos destinados à produção/comercialização de bens e serviços com reconhecida inserção internacional (Resolução Codefat nº 320, de 29.04.2003, revogada pela Resolução Codefat nº 932, de 15.12.2021, atualizada pela Resolução Codefat nº 967, de 23.11.2022).

Dívida subordinada – FAT Constitucional Elegível a Capital

O controle contábil da dívida subordinada observa o previsto no artigo 31 da Resolução CMN n.º 4.955/2021, que limita o uso do FAT como Capital Nível II do Patrimônio de Referência ao saldo de 30 de junho de 2018, com redução de 10 p.p. ao ano a partir de 1º de janeiro de 2020, até atingir 0 p.p. em 1º de janeiro de 2029.

O saldo contábil é recalculado em 1º de janeiro de cada ano e registrado em conta contábil específica para esta finalidade. Adicionalmente, o saldo da dívida subordinada é destacado em linha específica do passivo do BNDES.

Em 1º de janeiro de 2025 o limite está em 40% do saldo apurado em 30 de junho de 2018, vide Nota Explicativa n.º 25.2.2 - Mensuração do Capital Regulamentar.

12.2. FAT – Depósitos Especiais

O FAT - Depósitos Especiais representa transferências adicionais ao FAT Constitucional. Os recursos são aplicados em programas específicos e sob condições especiais, apresentando regras diferenciadas de remuneração, amortização e pagamento de juros ao FAT.

Os Depósitos Especiais do FAT são remunerados pela TJLP e pela TLP a partir da liberação dos empréstimos aos beneficiários finais. Os recursos ainda não utilizados e, portanto, disponíveis, são remunerados pelas mesmas taxas aplicadas na remuneração das disponibilidades de caixa do Tesouro Nacional, atualmente a taxa Selic.

O saldo devedor do FAT – Depósitos Especiais encontra-se registrado na rubrica “Obrigações por depósitos”, conforme apresentado a seguir:

Obrigações por depósitos	2025	2024
Depósitos especiais - FAT	3.476.512	4.056.194
Depósitos interfinanceiros	925.014	828.834
Depósitos diversos	812	719
Total	4.402.338	4.885.747
Circulante	1.455.537	1.387.615
Não circulante	2.946.801	3.498.132

O FAT – Depósitos Especiais é composto pelos seguintes programas:

FAT – Depósitos especiais	2025	2024
Fomentar	1.066.648	1.231.117
Pronaf	1.783.318	2.102.504
Infraestrutura	626.546	722.573
Total	3.476.512	4.056.194
Circulante	529.710	558.062
Não circulante	2.946.802	3.498.132

O quadro a seguir apresenta os saldos disponíveis e aplicados e suas devidas remunerações, por linha de crédito de cada programa. No exercício de 2025, não houve entradas de recursos.

Programa/Linha de Crédito Especial/Destaque da Programação de Depósitos Especiais	2025											
	Remuneração (Apropriação)				Recolhimento					Saldo		
	SELIC	TJLP	TLP	Total	SELIC	TJLP	TLP	Principal	Total	Disponível	Aplicado	Total
FAT INFRAESTRUTURA												
Econômica-TADE n.º 06/2005	12.312	48.406	-	60.718	(12.050)	(48.286)	-	(96.410)	(156.746)	88.642	537.904	626.546
PRONAF:												
Investimento-TADE n.º 19/2005	13.366	9.595	140.117	163.078	(11.621)	(9.997)	(147.829)	(312.815)	(482.262)	219.972	1.563.346	1.783.318
FAT FOMENTAR:	4.309	65	112.663	117.037	(3.334)	(76)	(117.784)	(160.313)	(281.507)	45.531	1.021.117	1.066.648
Micros e Pequenas Empresas-TADE n.º 21/2005	3.848	7	105.064	108.919	(2.915)	(7)	(109.864)	(148.491)	(261.277)	41.821	949.035	990.856
Médias e Grandes Empresas-TADE n.º 22/2005	461	58	7.599	8.118	(419)	(69)	(7.920)	(11.822)	(20.230)	3.710	72.082	75.792
Total	29.987	58.066	252.780	340.833	(27.005)	(58.359)	(265.613)	(569.538)	(920.515)	354.145	3.122.367	3.476.512

12.3. Movimentação do FAT Constitucional e FAT – Depósitos Especiais

	2025			
	Constitucional		Depósitos Especiais	Total
	TJLP/TLP/Selic	Cambial		
Saldo no início do exercício	405.384.886	38.508.551	4.056.194	447.949.631
. Ingresso de recursos	28.933.287	-	-	28.933.287
. Variação cambial	-	(4.090.969)	-	(4.090.969)
. Provisão de juros	25.562.568	997.617	-	26.560.185
. Juros sobre Depósitos Especiais	-	-	340.833	340.833
. Capitalização de juros	11.932.322	-	-	11.932.322
. Amortizações de Depósitos Especiais	-	-	(569.538)	(569.538)
. Pagamento de juros	(24.716.580)	(1.060.611)	(350.977)	(26.128.168)
. Movimentação cambial	(320.322)	320.322	-	-
Saldo no final do exercício	446.776.161	34.674.910	3.476.512	484.927.583

12.4. Análise da expectativa de pagamentos extraordinários ao FAT

O BNDES participa do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) e monitora regularmente a projeção do saldo da Reserva Mínima de Liquidez (RML) do Fundo, estimada para três exercícios a frente, com base no Boletim de Informações Financeiras do FAT, elaborado bimestralmente pela Coordenação Geral de Gestão de Fundos do Ministério do Trabalho e Emprego. Caso seja detectado um eventual déficit considerando o cálculo estabelecido no parágrafo 4º do art. 7º da Lei n.º 8.019/90, incluído pela Lei nº 13.932 de 2019, o BNDES analisa a possibilidade de solicitação de pagamentos extraordinários ao Fundo.

Tal análise considera o valor total de receitas do FAT, deduzidos: os repasses ao BNDES de que trata o parágrafo 1º do artigo 239 da Constituição Federal, e os valores necessários para o custeio do Programa de Seguro-Desemprego, o pagamento do Abono Salarial e o financiamento de programas de educação profissional e tecnológica, conforme previsto no Boletim de Informações Financeiras do FAT para essas arrecadações e dispêndios durante o exercício.

Caso o valor total de receitas seja insuficiente para o pagamento de suas despesas, deverá ser verificado se o Fundo possui valores em suas disponibilidades para cobrir o eventual déficit. Caso contrário, o FAT deverá solicitar o pagamento de valores extraordinários ao BNDES. Nesse caso, o Fundo notifica o BNDES por meio de ofício, solicitando o pagamento extraordinário, limitado ao valor da devolução máxima, previsto no art. 5º da Resolução Codefat nº 885/2020.

No exercício de 2025, não houve pagamentos extraordinários ao FAT e não se projeta, até o final do exercício de 2026, a necessidade de pagamento extraordinário ao FAT Constitucional.

13. OBRIGAÇÕES POR OPERAÇÕES COMPROMISSADAS

Títulos	2025	2024
Letras do Tesouro Nacional – LTN	5.650.001	2.029.811
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	23.265.137	24.652.926
Notas do Tesouro Nacional – NTN-B	4.941.190	7.577.993
Notas do Tesouro Nacional – NTN-F	205.652	192.990
Total	34.061.980	34.453.720
Circulante	34.061.980	34.453.720
Não circulante	-	-

14. FUNDOS FINANCEIROS E DE DESENVOLVIMENTO

Os valores abaixo referem-se aos saldos dos recursos recebidos para operacionalização de fundos ou programas especiais e que se destinam a planos específicos de interesse governamental. A atualização desses saldos varia de acordo com o regulamento de cada um deles.

	2025	2024
Fundo Nacional sobre a Mudança do Clima (FNMC)	29.204.514	13.772.287
Fundo de Garantia à Exportação (FGE) – Plano Brasil Soberano	22.199.411	-
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	20.290.427	22.013.194
Fundo Social (FS)	17.786.741	20.143.750
Programa BNDES Liquidação de Dívidas Rurais (MP 1.314/25)	12.088.841	-
Fundo Amazônia (FA)	6.822.565	5.951.558
Programa Renova Frota (MP 1.328/25)	6.006.618	-
Fundo Nacional de Investimento em Infraestrutura Social (FIIS)	5.024.864	-
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)	4.711.396	3.538.970
Fundo Rio Doce (FRDC)	4.322.971	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	3.206.569	3.351.122
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTEL)	1.391.579	1.211.543
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	1.045.227	1.010.429
Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (FNDIT)	765.413	-
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização (FRD)	384.213	336.165
Programa Eco Invest Brasil (FNMC)	369.036	-
Outros	152.544	115.128
Total	135.772.929	71.444.146
Circulante	44.851.605	26.349.294
Não circulante	90.921.324	45.094.852

a) Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC

O BNDES atua como agente financeiro do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC, com a finalidade de assegurar recursos para apoiar projetos ou estudos e financiar empreendimentos que visem à mitigação da mudança do clima e à adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante de aplicações em operações de financiamento com risco BNDES alcançou R\$ 8.849.993 e o montante de saldo disponível atualizado era de R\$ 20.354.521.

b) Fundo da Marinha Mercante – FMM

O BNDES exerce, desde 1984, a função de agente financeiro do Fundo da Marinha Mercante - FMM, com o objetivo de apoiar financeiramente as atividades de fomento à renovação, ampliação e recuperação da frota de Marinha Mercante Nacional.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante de aplicações em operações de financiamento com risco BNDES alcançou R\$ 19.050.790 e o percentual atrelado à moeda estrangeira era de 82%. Adicionalmente, o montante de saldo disponível era de R\$1.239.637 em 31 de dezembro de 2025.

c) Fundo Social

O BNDES recebeu recursos do Fundo Social, no âmbito do artigo 27 da Lei n.º 14.981, de 20 de setembro de 2024, com o objetivo principal de financiar o Programa Emergencial para o Rio Grande do Sul, oferecendo linhas de crédito para empresas e produtores que tiveram perdas materiais nas áreas afetadas pelos eventos climáticos extremos ocorridos nos meses de abril e maio de 2024 no Rio Grande do Sul.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante aplicado em operações de crédito era de R\$ 16.314.112 e o montante disponível de R\$ 1.472.629.

d) Fundo Amazônia

O Fundo Amazônia tem por finalidade captar doações para a realização de aplicações não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas da Amazônia Legal, nos termos do Decreto n.º 6.527/2008, alterado pelos Decretos n.º 8.773/2016, 10.223/2020 e 11.368/2023. O Fundo Amazônia não possui personalidade jurídica própria, sendo suas transações escrituradas em contas específicas da contabilidade do BNDES, que responde pela sua gestão e administração.

e) Fundo Rio Doce

O Fundo Rio Doce é um fundo de natureza privada, sendo a União o seu único cotista. O montante é oriundo do acordo judicial para reparação integral e definitiva relativa ao rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). Os recursos são destinados a projetos, ações e medidas compensatórias coletivas de natureza socioeconômica e socioambiental decorrentes da obrigação de pagar conforme previsto no acordo. Em 12 de março de 2025 foi emitido o Decreto n.º 12.425, o qual regula o fundo, em consonância com o acordo judicial. O BNDES atua como administrador do Fundo Rio Doce, conforme previsto no acordo judicial e no decreto mencionados.

f) FGE - Plano Brasil Soberano

Com o objetivo de mitigar os impactos econômicos decorrentes do aumento da tributação aplicada aos produtos brasileiros pelos Estados Unidos da América, foi editada, em 13 de agosto de 2025, a Medida Provisória nº 1.309. Referida Medida autorizou, entre outras disposições, a utilização do superávit financeiro do FGE, apurado em 31 de dezembro de 2024, limitado ao montante de R\$ 30 bilhões como fonte de recursos para a disponibilização de linhas de financiamento a pessoas físicas e jurídicas de direito privado exportadoras de bens e serviços, bem como a seus fornecedores, especialmente aqueles afetados pela imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras destinadas aos Estados Unidos da América. O BNDES atua como agente financeiro da operação. Até a presente data, foram liberados ao BNDES recursos no montante de R\$ 22 bilhões, sendo R\$ 12 bilhões em setembro de 2025 e R\$ 10 bilhões em novembro de 2025.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante aplicado em operações de crédito era de R\$ 10.830.836 e o montante disponível de R\$ 11.368.735.

g) Programa BNDES Liquidação de Dívidas Rurais

O BNDES recebeu autorização para atuar no âmbito da Medida Provisória n.º 1.314, de 2025, com o objetivo principal de viabilizar a liquidação e a regularização de dívidas rurais, por meio de condições especiais de renegociação e apoio financeiro, beneficiando produtores rurais e cooperativas agropecuárias afetados por adversidades climáticas e econômicas, contribuindo para a recuperação da capacidade produtiva e para a sustentabilidade do setor agropecuário.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante aplicado em operações de crédito era de R\$ 2.931.612 e o montante disponível de R\$ 9.157.229.

h) Programa Renova Frota

No âmbito da Medida Provisória n.º 1.328, de 2025, o BNDES passou a operar o Programa Renova Frota, com foco na renovação, modernização e descarbonização da frota de veículos do transporte rodoviário de cargas e de passageiros, mediante a disponibilização de linhas de crédito para a aquisição de veículos mais eficientes e ambientalmente sustentáveis, contribuindo para o aumento da segurança, da eficiência logística e para a redução das emissões de gases de efeito estufa.

Em 31 de dezembro de 2025, o montante disponível era de R\$ 6.006.618.

Informações adicionais sobre os fundos podem ser verificadas por meio do site abaixo:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/fundos-governamentais>

15. OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS DE CRÉDITOS

	2025	2024
Debêntures	256.103	401.583
Letras de Crédito do Agronegócio	10.165.929	2.552.937
Letras de Crédito do Desenvolvimento	16.500.779	9.821.179
Total	26.922.811	12.775.699
Circulante	4.596.582	7.588.649
Não circulante	22.326.229	5.187.050

15.1. Emissões de debêntures

Em 23 de dezembro de 2008, o BNDES emitiu 700.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas (colocação privada), em cinco séries, sem garantia real ou flutuante e sem preferência, com garantia fidejussória, mediante subscrição exclusiva pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, representado por sua administradora, a Caixa Econômica Federal – CEF.

	Vencimento	2025	2024
3ª emissão de debêntures simples do BNDES, 1ª a 5ª a série	2029		
Principal corrigido (TR)		255.454	400.655
Juros provisionados (6% a.a.)		649	928
Total		256.103	401.583
Circulante		134.246	151.036
Não circulante		121.857	250.547

15.2. Letras de crédito do agronegócio (LCA)

Nos exercícios de 2024 e 2025, o BNDES emitiu Letras de Crédito do Agronegócio, por meio de oferta privada, com taxas de juros pós fixadas referenciadas ao CDI, conforme a seguir apresentado.

	Vencimentos	2025	2024
Valores de emissão (Principal)	2026	4.300.000	2.408.398
	2028	5.433.655	-
Juros provisionados		432.274	144.539
Total		10.165.929	2.552.937
Circulante		4.461.365	2.552.937
Não circulante		5.704.564	-

15.3. Letras de crédito do desenvolvimento (LCD)

A LCD foi instituída por meio da Lei nº 14.937, de 26 de julho de 2024. É um título de crédito de emissão exclusiva por bancos de desenvolvimento autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Tem como objetivo ampliar os mecanismos utilizados por estes bancos para financiar projetos de infraestrutura, indústria, inovação, micro, pequenas e médias empresas, impacto socioambiental, entre outras iniciativas que promovem o acesso ao desenvolvimento sustentável.

Em dezembro de 2024, o BNDES iniciou suas emissões de LCD, com taxas de juros pós fixadas referenciadas ao CDI.

As emissões de LCD do BNDES observam integralmente as políticas internas de gestão de riscos. Foram implementados controles e procedimentos que asseguram a adequada mensuração, monitoramento e mitigação dos riscos de mercado, liquidez e operacional associados a esse instrumento financeiro.

As LCD emitidas pelo BNDES não contam com garantia real ou fidejussória, mas contam com a cobertura do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, conforme previsto na Resolução CMN nº 5.169, de 22/08/2024.

	Vencimentos	2025	2024
Valores de emissão (Principal)	2025	-	4.849.937
	Dez/2026 e 2027	274.647	274.414
	2028	209.573	209.428
	2029	5.730.769	4.419.437
	2030	6.058.770	-
	2032	1.321.940	-
	2035	1.317.240	-
Juros provisionados		1.587.840	67.963
Total		16.500.779	9.821.179
Circulante		971	4.884.676
Não circulante		16.499.808	4.936.503

16. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	2025	2024
Obrigações por depósitos a apropriar	246.752	2.175.547
Vinculadas ao Tesouro Nacional	70.893	31.614
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar (Nota Explicativa n.º 21.5)	192.864	6.267.069
Operações financeiras a liquidar	185.435	73.172
Compromissos de crédito a liberar - provisão	-	318.840
Garantias financeiras prestadas - provisão	33.524	3.100
Rendas antecipadas - garantias prestadas	11.174	16.509
Outras	146.014	415.478
Total	886.656	9.301.329
Circulante	806.435	8.908.422
Não circulante	80.221	392.907

16.1. Obrigações por depósitos a apropriar

	2025	2024
Acordo Bacia do Rio Doce	-	1.906.772
Depósitos para liquidação de operações de crédito	119.740	104.539
Depósitos do AFRMM – conta especial e conta bloqueada	53.062	52.401
Outros	73.950	111.835
Total	246.752	2.175.547
Circulante	246.752	2.175.547
Não circulante	-	-

Acordo Bacia do Rio Doce

Refere-se ao valor inicial recebido pelo BNDES do acordo judicial para reparação integral e definitiva relativa ao rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). Os recursos serão destinados a projetos, ações e medidas compensatórias coletivas de natureza socioeconômica e socioambiental decorrentes da obrigação de pagar conforme previsto no acordo. Os recursos ficarão sob gestão da União Federal e serão depositados em um fundo privado, denominado “Fundo Rio Doce”. Em 12 de março de 2025 foi emitido o Decreto nº 12.425, o qual regula o fundo a ser instituído, em consonância com o acordo judicial. O Fundo Rio Doce foi instituído pelo BNDES, conforme previsto pelo acordo judicial e pelo decreto mencionado (vide Nota Explicativa nº 14).

16.2. Operações de arrendamento mercantil

a) Ativos de Direito de uso

	2025			
	Imóveis	Veículos	Equipamentos	Total
Saldo no início do exercício	44.059	523	-	44.582
Adições por novos contratos	7.001	2.778	12.736	22.515
Ajuste por remensuração	(8.398)	-	-	(8.398)
Rescisão de contrato	-	(523)	-	(523)
Depreciação	(5.727)	(556)	(910)	(7.193)
Saldo no final do exercício	36.935	2.222	11.826	50.983

	2024		
	Imóveis	Veículos	Total
Saldo no início do exercício	40.776	761	41.537
Adições por novos contratos	7.101	-	7.101
Ajuste por remensuração	2.284	47	2.331
Depreciação	(6.102)	(285)	(6.387)
Saldo no final do exercício	44.059	523	44.582

Os saldos apresentados neste quadro estão registrados na rubrica “Imobilizado” no balanço patrimonial. Os ajustes por remensuração referem-se aos contratos que tiveram os valores de suas prestações corrigidos. Destacamos que um contrato de locação de veículos foi encerrado no período, sendo substituído por um novo contrato de locação de veículos.

b) Arrendamentos a pagar

	2025			
	Imóveis	Veículos	Equipamentos	Total
Saldo no início do exercício	54.472	627	-	55.099
Adições por novos contratos	7.001	2.778	12.736	22.515
Rescisão de contrato	-	(626)	-	(626)
Ajuste por remensuração	(8.398)	-	-	(8.398)
Juros Apropriados	5.183	375	138	5.696
Pagamentos	(9.770)	(822)	(2.196)	(12.788)
Saldo no final do exercício	48.488	2.332	10.678	61.498
Circulante				14.801
Não circulante				46.697

	2024		
	Imóveis	Veículos	Total
Saldo no início do exercício	49.880	854	50.734
Adições por novos contratos	7.101	-	7.101
Ajuste por remensuração	2.284	47	2.331
Juros Apropriados	5.129	90	5.219
Pagamentos	(9.922)	(364)	(10.286)
Saldo no final do exercício	54.472	627	55.099
Circulante			9.223
Não circulante			45.876

16.3. Garantias financeiras e provisão para garantias financeiras prestadas

Tipo de Garantia Financeira	Garantias Prestadas		Provisão	
	2025	2024	2025	2024
Outros Avais	16.722	33.116	7.456	417
Outras Fianças Bancárias	832.349	394.156	26.068	2.683
Total	849.071	427.272	33.524	3.100

Movimentação da provisão para garantias prestadas

	2025	2024
Saldo no início do exercício	3.100	14.787
Constituição (Reversão)	30.424	(11.687)
Saldo no final do exercício	33.524	3.100

A constituição de provisão de operações de garantias financeiras prestadas segue os critérios estabelecidos para apuração da perda esperada de instrumentos financeiros, baseada no modelo de 3 estágios.

16.4. Rendas antecipadas – garantias prestadas

Referem-se as rendas de comissão recebidas antecipadamente pelo BNDES pela prestação de garantias financeiras que serão apropriadas ao resultado pelo regime de competência.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Tributos incidentes e suas respectivas alíquotas aplicáveis

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda – IRPJ (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ⁽¹⁾	20%
Contribuição para o PIS/PASEP ⁽¹⁾	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS ⁽¹⁾	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

⁽¹⁾ Para subsidiária BNDESPAR - entidade não financeira optante pelo lucro real – a alíquota da CSLL é de 9%, e a alíquota do PIS/PASEP e da COFINS é de 1,65% e 7,6%, respectivamente, pelo método não cumulativo.

17.1. Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, apurados conforme alíquotas nominais, e os valores reconhecidos no resultado estão evidenciados a seguir:

	2025	2024
Resultado antes da tributação sobre o lucro	26.684.768	25.725.029
Encargo total de IRPJ e CSLL à alíquota combinada de 45%	(12.008.146)	(11.576.264)
Ajustes	7.797.383	9.321.020
· Variação no reconhecimento de créditos tributários diferidos ⁽¹⁾	(1.150.473)	361.753
· Equivalência Patrimonial e Dividendos recebidos de coligadas	2.075.966	3.025.061
· Diferença de alíquota da CSLL (Não-financeiras)	759.552	1.200.523
· Juros sobre o capital próprio	5.152.344	4.016.748
· Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal	159.570	162.247
· Operações não reembolsáveis e incentivos fiscais	187.440	(32.619)
· Outras diferenças permanentes	612.984	587.307
Despesas de IRPJ e CSLL apresentadas na DRE	(4.210.763)	(2.255.244)
· Tributos Correntes	(4.523.682)	(4.916.973)
· Tributos Diferidos	312.919	2.661.729
Alíquota Efetiva	15,78%	8,77%

⁽¹⁾ Decorrem, principalmente, de tributos diferidos não reconhecidos por conta de operações de crédito provisionadas, com realização prevista acima de dez anos.

17.2. Obrigações fiscais - correntes

	2025	2024
Tributos correntes reconhecidos no resultado	4.523.682	4.916.973
Tributos correntes reconhecidos no Patrimônio Líquido ⁽¹⁾	-	54.661
Total tributos correntes	4.523.682	4.971.634
Ajustes de exercícios anteriores	-	(186)
Tributos correntes devidos no exercício	4.523.682	4.971.448
(-) Antecipações	(2.805.486)	(2.741.689)
Impostos e Contribuições sobre o lucro a pagar	1.718.196	2.229.759
Outros Tributos ⁽²⁾	564.699	454.234
Obrigações fiscais correntes	2.282.895	2.683.993

⁽¹⁾ Refere-se aos tributos sobre o ganho na alienação de instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), reconhecidos diretamente em Lucros acumulados.

⁽²⁾ Referem-se, principalmente, aos tributos incidentes sobre a Folha de Pagamento (IRRF, Previdência Social e FGTS) e ao PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre o Resultado da Intermediação Financeira.

17.3. Ativos fiscais diferidos e Obrigações fiscais diferidas

a) Movimentação dos Ativos fiscais diferidos e Obrigações fiscais diferidas, por natureza e origem

Ativo	2024	Constituição	Realização	2025	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado:					
Provisão para perdas de crédito	5.361.069	5.668.736	(7.620.902)	3.408.903	Recebimento ou efetivação da perda
Provisão para desvalorização da carteira de renda variável	4.911.094	15.602	(829.894)	4.096.802	Alienação de títulos
Ajuste a Valor Justo de Instrumentos financeiros	933.447	408.130	(1.341.577)	-	Alienação de títulos
Provisão para ações trabalhistas, cíveis e fiscais	651.278	71.310	(486.252)	236.335	Decisão judicial definitiva
Participação dos empregados no lucro	135.436	232.995	(88.586)	279.846	Pagamento
Créditos Diferidos – Transição Lei nº 14.467/22	-	633.882	-	633.882	1/120 avos a partir de 2026
Prejuízo fiscal IRPJ / Base negativa CSSL	-	1.025.522	-	1.025.522	Lucros futuros
Ágio amortizado	88.312	163.446	(168.630)	83.128	Alienação de títulos
Outros	680.032	136.133	(106.959)	709.206	
Subtotal	12.760.668	8.355.756	(10.642.800)	10.473.624	
Contrapartida no patrimônio líquido:					
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros VJORA	502.387	-	-	502.387	Alienação de títulos
Perda atuarial – PAS	499	1.049	(1.546)	2	Pagamento das despesas médicas
Subtotal	502.886	1.049	(1.546)	502.389	
Total dos Ativos fiscais diferidos	13.263.554	8.356.805	(10.644.346)	10.976.013	

Passivo	2024	Constituição	Realização	2025	Fundamento para realização
Contrapartida no resultado:					
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	(4.696.917)	(981.427)	3.661.617	(2.016.727)	Recebimento ou efetivação da perda
Outros	(9.952)	(24.328)	-	(34.280)	
Subtotal	(4.706.869)	(1.005.755)	3.661.617	(2.051.007)	
Contrapartida no patrimônio líquido:					
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros VJORA	(13.971.831)	(1.818.439)	-	(15.790.270)	Alienação de títulos
Ganho atuarial – PAS	(920.076)	(3.630)	40.538	(883.168)	
Subtotal	(14.891.907)	(1.822.069)	40.538	(16.673.438)	
Total das Obrigações fiscais diferidas	(19.598.776)	(2.827.824)	3.702.155	(18.724.445)	

b) Ativos (obrigações) fiscais diferidas líquidas

	2024	Efeito no Resultado	Efeito no PL	2025
Ativos fiscais diferidos	13.263.554	(2.287.044)	(497)	10.976.013
Obrigações fiscais diferidas	(19.598.776)	2.655.862	(1.781.531)	(18.724.445)
Ativos (obrigações) fiscais diferidas líquidas	(6.335.222)	368.818	(1.782.028)	(7.748.432)

	2023	Efeito no Resultado	Efeito no PL	2024
Créditos tributários diferidos	10.784.570	1.780.060	341	12.564.971
Débitos tributários diferidos	(18.384.986)	607.847	(467.033)	(18.244.172)
Ativos (obrigações) fiscais diferidas líquidas	(7.600.416)	2.387.907	(466.692)	(5.679.201)

c) Expectativa de realização dos ativos e obrigações fiscais diferidas

	2025				
	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2026	1.969.297	17,9%	(835.709)	4,5%	1.133.588
2027	1.447.333	13,2%	(1.523.684)	8,1%	(76.351)
2028	1.628.692	14,8%	(1.444.785)	7,7%	183.907
2029	1.089.696	9,9%	(1.692.773)	9,0%	(603.077)
2030	952.660	8,7%	(1.675.904)	9,0%	(723.244)
2031 a 2035	3.888.335	35,5%	(1.547.476)	8,3%	2.340.859
Após 2035	-	-	(10.004.114)	53,4%	(10.004.114)
Total	10.976.013	100,0%	(18.724.445)	100,0%	(7.748.432)

	2024				
	Créditos Tributários	%	Débitos Tributários	%	Líquido
2025	1.540.176	11,6%	(2.772.578)	14,1%	(1.232.402)
2026	2.820.690	21,3%	(1.491.812)	7,6%	1.328.878
2027	2.071.251	15,6%	(1.578.642)	8,1%	492.609
2028	1.545.724	11,7%	(1.454.843)	7,4%	90.881
2029	984.104	7,4%	(1.469.129)	7,5%	(485.025)
2030 a 2034	4.301.609	32,4%	(9.544.403)	48,7%	(5.242.794)
Após 2034	-	-	(1.287.369)	6,6%	(1.287.369)
Total	13.263.554	100,0%	(19.598.776)	100,0%	(6.335.222)

17.4. Ativos fiscais - correntes

	2025	2024
IRPJ/CSLL a compensar	2.294.054	727.768
Imposto de renda retido na fonte	501.493	260.559
Outros	12.614	9.108
Total	2.808.161	997.435
Circulante	2.808.161	997.435

18. PROVISÕES TRABALHISTAS, CÍVEIS E FISCAIS

O BNDES e suas subsidiárias são parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal de suas atividades.

	2025	2024
Processos trabalhistas	190.607	189.450
Processos cíveis	361.819	1.522.045
Processos fiscais	23.346	74.897
Total	575.772	1.786.392
Circulante	-	-
Não circulante	575.772	1.786.392

A provisão constituída foi avaliada pela Administração como suficiente para fazer face às eventuais perdas.

a) Cronograma esperado de realização

	2025			2024		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais
Até 1 ano	-	-	-	-	-	-
Entre 1 e 2 anos	68.118	2.411	15.406	61.863	2.254	-
Entre 2 e 3 anos	79.180	334.110	7.940	77.689	302.441	7.610
Entre 3 e 5 anos	42.538	18.328	-	48.265	1.211.529	-
Entre 5 e 10 anos	771	6.970	-	1.633	5.821	-
Após 10 anos	-	-	-	-	-	67.287
Total	190.607	361.819	23.346	189.450	1.522.045	74.897

b) Efeito no resultado

	2025	2024
Constituições de provisões	(232.907)	(312.989)
Reversões de provisões	227.693	470.552
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	(5.214)	157.563

18.1. Provisões trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2025, as provisões trabalhistas refletem a classificação de risco de perda provável sobre 153 processos judiciais (158 em 31 de dezembro de 2024), referentes, principalmente, a horas extras pré-contratadas, participação nos lucros, responsabilidade subsidiária do Banco em reclamações trabalhistas propostas por empregados terceirizados, incorporação de gratificação salarial, complementação de aposentadoria e à Lei de Anistia (Reforma Administrativa do Governo Collor).

	2025	2024
Saldo no início do exercício	189.450	171.071
Pagamentos	(101.865)	(13.963)
Constituições	103.022	46.168
Reversões	-	(13.826)
Saldo no final do exercício	190.607	189.450

Em 31 de dezembro de 2025, havia 27 processos judiciais em andamento (18 em 31 de dezembro de 2024), classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 328.919 (R\$ 65.943 em 31 de dezembro de 2024).

18.2. Provisões cíveis

Em 31 de dezembro de 2025, as provisões cíveis refletem a classificação de risco de perda provável sobre 31 processos (31 em 31 de dezembro de 2024), cujos principais pleitos versam sobre indenizações referentes a privatizações efetuadas pelo Governo Federal e implementadas pelo BNDES enquanto gestor do Programa Nacional de Desestatização – PND, além daqueles acerca de questões contratuais.

	2025	2024
Saldo no início do exercício	1.522.045	2.434.013
Pagamentos	(1.101.878)	(657.050)
Constituições	111.316	181.035
Reversões	(169.664)	(435.953)
Saldo no final do exercício	361.819	1.522.045

As principais variações no exercício de 2025 são decorrentes da celebração de acordo judicial que encerrou um processo ajuizado em 1995, que era estimado como perda provável, referente a um leilão de privatização ocorrido em 1989.

Em 31 de dezembro de 2025, havia 39 processos judiciais em andamento (39 em 31 de dezembro de 2024), classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 159.036 (R\$ 101.904 em 31 de dezembro de 2024).

18.3. Provisões fiscais

Em 31 de dezembro de 2025, as provisões fiscais refletem a classificação de risco de perda provável sobre 2 processos (2 em 31 de dezembro de 2024), referente a compensação de créditos fiscais.

	2025	2024
Saldo no início do exercício	74.897	11.224
Pagamentos	(12.092)	(1.340)
Constituições	18.570	85.786
Reversões	(58.029)	(20.773)
Saldo no final do exercício	23.346	74.897

Em 31 de dezembro de 2025, havia 6 processos judiciais em andamento (4 em 31 de dezembro de 2024) classificados na categoria de risco possível, com montante estimado de R\$ 1.294.508 (R\$ 1.242.129 em 31 de dezembro de 2024).

19. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Informações regulamentares dos planos de aposentadoria complementar (Plano Básico de Benefícios – PBB e Plano Básico de Contribuição Definida – PBCD) e de assistência médica (Plano de Assistência e Saúde – PAS e Novo PAS) e outros benefícios concedidos aos empregados do BNDES e suas subsidiárias podem ser encontradas na Nota Explicativa n.º 31.13.

19.1. Passivo atuarial - Planos de aposentadoria complementar e de assistência médica

As obrigações registradas nos balanços patrimoniais relativas aos planos de aposentadoria complementar (PBB) e de assistência médica (PAS) estão representadas a seguir:

	2025	2024
Passivo atuarial – PBB	1.604.268	1.623.958
Passivo atuarial – PAS	3.122.963	2.860.695
Total	4.727.231	4.484.653
Circulante	222.599	683.918
Passivo atuarial – PBB	95.632	572.434
Passivo atuarial – PAS	126.967	111.484
Não circulante	4.504.632	3.800.735
Passivo atuarial – PBB	1.508.636	1.051.524
Passivo atuarial – PAS	2.995.996	2.749.211

19.1.1. Planos de aposentadoria complementar

19.1.1.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

A seguir, os resultados da avaliação atuarial do PBB efetuada por atuário externo, os ativos com base nos dados de 30 de novembro de 2025 e atualizada até 31 de dezembro de 2025:

	2025	2024
Valor presente da obrigação atuarial	19.133.897	18.080.419
Valor justo dos ativos do plano	(15.925.361)	(14.832.503)
Valor presente das obrigações não cobertas pelos ativos	3.208.536	3.247.916
Efeito do compartilhamento de risco	(1.604.268)	(1.623.958)
Valor presente das obrigações líquidas do Patrocinador	1.604.268	1.623.958

O BNDES adota o compartilhamento de risco com participantes ativos e assistidos, no custeio do benefício de previdência complementar oferecido a seus empregados. Dessa forma, o passivo atuarial do PBB, ou valor da obrigação pós-emprego de Benefício Definido (BD) reconhecido em suas demonstrações contábeis, corresponde ao montante de 50% do valor presente da obrigação atuarial bruta não coberta pelo valor justo dos ativos do plano.

a) Movimentação no valor presente da obrigação atuarial e no valor justo dos ativos do PBB

Obrigação atuarial do PBB	2025	2024
Valor presente no início do exercício	18.080.419	20.385.285
Custo do serviço corrente	444.884	566.553
Custo de juros	2.220.511	2.070.414
Contribuição dos participantes do plano	154.952	144.930
Benefícios pagos	(1.011.764)	(969.139)
Perdas (ganhos) atuariais	(755.105)	(4.117.624)
Mudança de premissas (crescimento salarial)	(19.058)	40.991
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(248.543)	(3.654.082)
Mudança de premissas (reajuste salarial)	969.388	758.753
Ajuste de experiência	(1.456.892)	(1.263.286)
Valor presente no final do exercício	19.133.897	18.080.419

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa nº 19.1.3.

Ativos do PBB	2025	2024
Valor justo no início do exercício	14.832.503	15.255.607
Receita de juros	1.790.263	1.510.256
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo os juros	(120.505)	(1.371.784)
Contribuições recebidas do empregador ⁽¹⁾	279.912	262.633
Contribuições recebidas dos participantes ⁽²⁾	154.952	144.930
Benefícios pagos	(1.011.764)	(969.139)
Benefícios brutos	(1.147.912)	(1.100.848)
Contribuições descontadas dos assistidos ⁽²⁾	136.148	131.709
Valor justo no final do exercício	15.925.361	14.832.503

⁽¹⁾ Correspondem a contribuições para ativos e assistidos e aos contratos de confissão de dívida de 2002 e 2004 baixados no primeiro semestre de 2025, conforme seção "Acordo TCU – Consenso".

⁽²⁾ Contribuições recebidas dos participantes (ativos) e descontadas dos assistidos somam R\$ 291.100.

A contribuição estimada com o plano de pensão de aposentadoria complementar, para os próximos 12 meses, é de aproximadamente R\$ 289.707.

A duração média da obrigação atuarial é de 13,93 anos em 31 de dezembro de 2025 (14,08 anos em 31 de dezembro de 2024).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar pelo BNDES em 31 de dezembro de 2025 para os próximos anos:

	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Plano PBB	1.389.299	1.406.825	1.419.266	2.879.130	7.607.298	67.457.603	82.159.421

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar pelo BNDES em 31 de dezembro de 2024 para os próximos anos:

	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Plano PBB	1.313.608	1.322.243	1.337.871	2.712.611	7.076.047	64.864.695	78.627.075

b) Impacto no resultado

	2025	2024
Custo do serviço corrente (patronal)	(222.442)	(283.276)
Custo líquido dos juros	(198.942)	(267.577)
Subtotal	(421.384)	(550.853)
Contribuições recebidas do empregador	279.912	262.633
Total	(141.472)	(288.220)

c) Impacto no Patrimônio Líquido

Outros Resultados Abrangentes	2025	2024
Saldo no início do exercício	3.742.411	2.513.311
Ganhos (perdas) atuariais	755.105	4.117.624
Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros	(120.505)	(1.371.784)
Saldo no final do exercício	4.377.011	5.259.151
Efeito do compartilhamento de risco ⁽¹⁾	(473.437)	(1.516.740)
Efeito da baixa dos contratos de dívida ⁽²⁾	(1.695.809)	-
Saldo no final do exercício (com compartilhamento de risco)	2.207.765	3.742.411

⁽¹⁾ Variação do efeito do compartilhamento de risco nos exercícios findos.

⁽²⁾ Corresponde aos contratos de confissão de dívida de 2002 e 2004 baixados no primeiro trimestre de 2025, conforme seção "Acordo TCU – Consenso".

d) Ativos do PBB por categoria e nível de mensuração

	2025				2024			
	Nível1	Nível2	Nível3	Total	Nível1	Nível2	Nível3	Total
Fundos de investimento	-	14.935.478	491.459	15.426.937	-	13.171.047	464.271	13.635.318
Multimercado	-	14.935.478	3.881	14.939.359	-	13.171.047	-	13.171.047
Participações	-	-	487.578	487.578	-	-	464.271	464.271
Imóveis ⁽¹⁾	-	-	65.159	65.159	-	-	864.968	864.968
Locados a terceiros	-	-	19.724	19.724	-	-	820.967	820.967
Locados aos patrocinadores	-	-	45.435	45.435	-	-	44.001	44.001
Empréstimos e financiamentos	-	-	494.762	494.762	-	-	476.574	476.574
Subtotal	-	14.935.478	1.051.380	15.986.858	-	13.171.047	1.805.813	14.976.860
Outros ativos não avaliados a valor justo ⁽²⁾				91.797				99.495
Outras deduções ⁽³⁾				(288.858)				(330.889)
Total em 30/11/2025 e 30/11/2024				15.789.797				14.745.466
Atualização de data-base ⁽⁴⁾				135.564				87.037
Total				15.925.361				14.832.503

⁽¹⁾ O valor justo dos imóveis ocupados e utilizados pela FAPES monta em R\$ 7.417 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 4.647 em 31 de dezembro de 2024).

⁽²⁾ Somatório das contas disponível + adiantamentos e depósitos judiciais + outros realizáveis.

⁽³⁾ Somatório das contas exigível operacional + exigível contingencial + fundos.

⁽⁴⁾ Projeção do valor justo dos ativos do plano de 30/11/2025 para 31/12/2025. Acréscimo da contribuição mensal média recebida, dedução do benefício mensal médio pago e rendimento do patrimônio pela Meta da Taxa Selic vigente em 31/12/2025.

e) Análise de sensibilidade

A tabela, a seguir, apresenta como a obrigação bruta do benefício definido de previdência teria sido afetada, em 31 de dezembro de 2025, pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. O impacto no passivo atuarial do PBB atribuído ao patrocinador corresponde a 50% da variação apresentada, dado que há compartilhamento de risco para este benefício pós-emprego. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (0,5% a.a. e 1% a.a. na taxa adotada), crescimento salarial (1% a.a. na taxa vigente), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 0,5% a.a.	(976.642)	-5,10%
Redução de 0,5% a.a.	1.074.960	5,62%
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 1% a.a.	(1.866.661)	-9,76%
Redução de 1% a.a.	2.261.932	11,82%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano na idade	346.507	1,81%
Redução de 1 ano na idade	(357.829)	-1,87%
Taxa de crescimento salarial		
Aumento de 1% a.a.	544.620	2,85%
Redução de 1% a.a.	(489.643)	-2,56%

f) Acordo TCU – Consenso

Em 09/10/2024, foi assinado acordo entre o Sistema BNDES, a FAPES e o TCU, no âmbito da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos (SecexConsenso), encerrando controvérsias administrativas e judiciais referentes ao PBB. Os processos administrativos TC 029.845/2016-5 (contratos de confissão de dívida – CCDs – de 2002 e 2004) e TC 011.488/2020-4 (em que seria monitorada a devolução dos valores referentes aos aportes de 2009 e 2010) já foram encerrados pelo TCU. E, a partir de petição conjunta, protocolada pelas empresas do Sistema BNDES e pela FAPES em 08/01/2025, nos diversos processos judiciais em que configuravam como partes contrárias (relacionados a valores aportados pelo BNDES no PBB e à execução dos CCDs), já houve a homologação do referido acordo e a consequente extinção em cada uma dessas ações na Justiça.

Os valores envolvidos nas causas, classificados como passivo contingente remoto, foram baixados; e as devoluções de valores, tratadas como ativo contingente, dependem da implementação dos demais termos do Acordo.

O Acordo TCU - Consenso prevê, além do encerramento dos referidos processos, resumidamente: (i) a migração incentivada do PBB para um novo plano de contribuição definida até setembro de 2026; e (ii) a devolução ao Sistema BNDES, em até 360 (trezentos e sessenta) meses após a conclusão do processo de migração, do valor do ativo contingente a ser apurado ao final do exercício.

Em março de 2025, a partir da extinção das primeiras ações judiciais, amparada nos termos do referido acordo, foram baixados contabilmente os contratos de confissão de dívida de 2002 e 2004, encerrando, assim, as obrigações do Sistema BNDES de Contas a Pagar - FAPES.

O efeito da baixa está descrito na Nota Explicativa n.º 22.3.

19.1.1.2. Plano Básico de Contribuição Definida – PBCD

O Plano Básico de Contribuição Definida – PBCD foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) em 08/12/2022 e aberto para adesões a partir de 19/12/2022. Até 31/12/2025, houve 595 adesões, tendo ampliado o número de participantes do PBCD, a partir de abril de 2025, com a admissão de novos empregados aprovados no Concurso de Seleção Pública de 2024. O plano foi estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD), em todas as suas fases e benefícios, com a obrigação do Patrocinador limitada à paridade com as contribuições básicas de, no mínimo, 2% até 8,5% de alíquota sobre o salário de contribuição dos participantes ativos. Em 2025, foram aportados R\$ 7.523 no PBCD, pelo BNDES, em paridade com a contribuição básica dos participantes ativos inscritos no Plano CD (incluindo os repasses de competência dezembro de 2025), acumulando patrimônio de cobertura do plano de R\$ 21,5 milhões (considerando a referência do último balancete disponível, de novembro de 2025).

Os benefícios de aposentadoria programada do PBCD serão pagos na forma de renda mensal, calculada com base no saldo da conta individual de cada participante. No momento da concessão da aposentadoria, o participante poderá optar por sacar à vista até 25% de seu saldo de conta. O valor remanescente será transformado em renda pelas regras do plano, dentre as 3 (três) opções a seguir: (1) percentual do saldo remanescente, entre 0,25% a 2% do saldo de conta, variando em intervalos de 0,25%, pagos mensalmente; (2) prazo determinado, entre 5 e 30 anos, variando em intervalos de 1 ano, para pagamentos mensais; ou (3) equivalência atuarial, renda mensal recalculada atuarial e anualmente a partir da data da concessão, enquanto houver saldo de conta – ou seja, até atingir o limite do valor mínimo de benefício, a ser pago em parcela única, e confirmar o esgotamento da conta individual e da condição de beneficiário. Portanto, não há risco atuarial nem de investimento recaindo ao Patrocinadores e não gera obrigação pós-emprego.

19.1.2. Planos de assistência à saúde

19.1.2.1. Plano de Assistência e Saúde - PAS

	2025	2024
Valor presente das obrigações não fundeadas	3.122.963	2.860.695
Passivo líquido	3.122.963	2.860.695

a) Movimentação no valor presente das obrigações do PAS

	2025	2024
Saldo no início do exercício	2.860.695	3.782.754
Custo do serviço corrente	86.011	126.887
Custo de juros da obrigação	355.941	389.850
Benefícios pagos	(139.082)	(154.439)
Perdas (ganhos) atuariais	(40.602)	(1.284.357)
Mudança de premissas de custos (VCMH)	(77.267)	(11.853)
Mudança de premissas (taxa de desconto)	(49.422)	(734.705)
Ajuste de experiência	86.087	(537.799)
Saldo no final do exercício	3.122.963	2.860.695

As hipóteses atuariais e econômicas estão sendo demonstradas na Nota Explicativa nº 19.1.3.

b) Impacto no resultado

	2025	/2024
Custo do serviço corrente	(86.011)	(126.887)
Custo dos juros da obrigação	(355.941)	(389.850)
Subtotal	(441.952)	(516.737)
Benefícios pagos (correntes)	139.082	154.439
Total	(302.870)	(362.298)

c) Impacto no Patrimônio Líquido

Outros resultados abrangentes	2025	2024
Saldo no início do exercício	1.924.436	640.079
Ganhos (perdas) atuariais	40.602	1.284.357
Saldo no final do exercício	1.965.038	1.924.436

As contribuições esperadas do BNDES com o benefício pós-emprego de assistência à saúde para os próximos 12 meses serão aproximadamente de R\$ 154.458 (R\$ 138.827 em 31 de dezembro de 2024).

A duração média da obrigação atuarial é de 17,12 anos em 31 de dezembro de 2025 (17,88 anos em 31 de dezembro de 2024).

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar pelo BNDES em 31 de dezembro de 2025 para os próximos anos:

	Até 1 ano	1 e 2 anos	2 e 3 anos	3 e 5 anos	5 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Plano PAS	154.458	163.413	171.414	361.097	1.050.300	16.294.985	18.195.667

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar pelo BNDES em 31 de dezembro de 2024 para os próximos anos:

	Até 1 ano	1 e 2 anos	2 e 3 anos	3 e 5 anos	5 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Plano PAS	138.827	147.621	153.018	328.063	941.181	16.303.122	18.011.832

d) Análise de sensibilidade

A tabela abaixo apresenta como a obrigação bruta de benefício definido de assistência à saúde teria sido afetada, em 31 de dezembro de 2025, pela mudança de cada premissa atuarial relevante, individualmente. O impacto no passivo atuarial do PAS atribuído ao patrocinador corresponde a 100% da variação apresentada, pois não há compartilhamento de risco para este benefício pós-emprego. Foi realizada a análise de sensibilidade para as premissas de taxa de desconto (0,5% a.a. e 1% a.a. na taxa adotada), tábuas de mortalidade (1 ano nas probabilidades de morte), e custos médicos (1% a.a. na taxa adotada), utilizando o mesmo método e base de dados adotados no cálculo das obrigações.

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 0,5% a.a.	(192.453)	-6,16%
Redução de 0,5% a.a.	215.008	6,88%
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 1% a.a.	(365.315)	-11,70%
Redução de 1% a.a.	456.079	14,60%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano na idade	88.350	2,83%
Redução de 1 ano na idade	(89.316)	-2,86%
Taxa de variação dos custos médicos		
Aumento de 1% a.a.	469.620	15,04%
Redução de 1% a.a.	(380.475)	-12,18%

19.1.2.2. Novo Plano de Assistência e Saúde – Novo PAS

A partir de abril de 2025, com a admissão de novos empregados aprovados no Concurso de Seleção Pública de 2024, entrou em operação o Novo PAS, plano privado de assistência à saúde, instituído na modalidade autogestão, destinado aos empregados que ingressaram no BNDES a partir de 19/03/2018 (quando o PAS foi fechado para novas adesões), nos termos de seu Regulamento alterado pela Resolução DIR n.º 4.306/2024-BNDES, de 28/11/2024, e registrado junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS em 28/01/2025.

O custeio do Novo Plano é feito por meio de cobrança de mensalidade e coparticipação dos beneficiários, sendo a mensalidade compartilhada com o BNDES, durante a permanência do vínculo empregatício. Conforme previsão regulamentar, ao término do vínculo, o ex-empregado e seus dependentes que optarem por permanecer como beneficiários do Novo PAS devem arcar com 100% da mensalidade.

Até dezembro de 2025, foram registradas adesões de 497 empregados como beneficiários titulares, com inscrição de 359 dependentes, totalizando 856 vidas cobertas pelo Novo PAS. Considerando que ainda não há ex-empregados titulares, não há custo incorrido pelo grupo familiar dessa classe de beneficiários, nem há, por decorrência, requisito para estudo de suficiência do custeio desse grupo, até o presente momento. Portanto, por ora, para o BNDES, não há obrigação de benefício pós-emprego decorrente do Novo PAS.

19.1.3. Hipóteses atuariais e econômicas

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, entre outros. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação. Nas avaliações foram adotadas as seguintes hipóteses econômicas:

	2025	2024
Benefícios considerados	Todos os benefícios regulamentares	Todos os benefícios regulamentares
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade de válidos	AT 2012 – Basic	AT 2012 – Basic
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina	AT 49 Masculina
Tábua de entrada em Invalidez	Álvaro Vindas desagravada em 60%	Álvaro Vindas desagravada em 60%
Taxa de inflação	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Taxa real de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	3,12% a.a.	3,16% a.a.
Grupo Apoio	3,13% a.a.	3,13% a.a.
Taxa nominal de crescimento salarial futuro		
Grupo Técnico	6,73% a.a.	6,77% a.a.
Grupo Apoio	6,74% a.a.	6,74% a.a.
Taxa de desconto nominal	10,96% a.a.	10,84% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do plano de aposentadoria complementar	10,96% a.a.	10,84% a.a.
Taxa real de tendência dos custos médicos	3,45% a.a.	3,63% a.a.
Taxa nominal de tendência dos custos médicos	7,07% a.a.	7,26% a.a.

Para a data-base de 31/12/2025, a taxa real utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego do PBB foi de 7,21% a.a., correspondente à taxa indicativa da Estrutura a Termo da Taxa de Juros dos títulos públicos indexados ao IPCA (ETTJ IPCA), do dia 22/12/2025, divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), correspondente ao vértice de 4.032 dias úteis (16 anos), o mais próximo da contagem da duração média do plano, considerada na avaliação atuarial. O mesmo vértice registrou taxa de 7,12% a.a. em 31/12/2025, representando redução de 0,09 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

Em 31/12/2024, a taxa real utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego do PBB foi de 7,09% a.a., correspondente à taxa da Estrutura a Termo da Taxa de Juros dos títulos públicos indexados ao IPCA (ETTJ IPCA), do dia 20/12/2024, divulgada pela Anbima, correspondente ao vértice de 3.096 dias úteis (15,5 anos), o mais próximo da contagem da duração média do plano, considerada na avaliação atuarial anterior. O mesmo vértice registrou taxa de 7,33% a.a. em 31/12/2024, representando redução de 0,24 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

19.1.4. Processos Judiciais e Contingências da FAPES

		2025		2024	
		PBB	PAS	PBB	PAS
Classificação: Provável	Valor	35.665	143	25.365	56
	Quantidade	31	4	18	3
Classificação: Possível	Valor	11.414	388	29.130	344
	Quantidade	39	7	58	10

Os processos considerados como de perdas prováveis estão registrados no exigível contingencial da FAPES. Esses processos totalizam R\$ 35.665 no PBB e referem-se a pedidos de incorporação de gratificação e recálculo de horas extras; recebimento de desconto a título de pensão na complementação de participante falecido; pleito de complementação de pensão por morte e reclamação trabalhista. No PAS, os processos totalizam R\$ 143 e referem-se à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, serviços de *Homecare* e reembolso por exames realizados.

Para as perdas possíveis, a FAPES não realiza constituição de provisão, mas sim a divulgação em nota explicativa. Esses processos totalizam R\$ 11.414 no PBB e referem-se a assuntos diversos, em sua maioria, relacionados ao Regulamento, especialmente à interpretação de artigos e pedidos de majoração da complementação de aposentadoria. No PAS, correspondem a R\$ 388 e se referem à solicitação de inclusão de dependente no plano de saúde, indenizações e Inadimplência contratual.

19.2. Outros benefícios concedidos aos empregados

O BNDES e suas controladas concedem aos seus empregados ativos os seguintes benefícios, reconhecidos no resultado:

	2025	2024
Vale transporte	49	78
Vale-refeição	98.168	80.324
Assistência Educacional	40.753	37.379
Total	138.970	117.781

20. OUTROS PASSIVOS

	2025	2024
Provisão de desembolso - Fundo Social	563.835	601.774
Provisão de desembolso - FUNTEC	187.768	113.194
Provisão de desembolso - Fundo Cultural	50.818	17.116
Participação Resultado - empregados (Nota Explicativa n.º 23.7)	566.779	327.753
Participação Resultado - dirigentes (Nota Explicativa n.º 23.7)	8.599	5.865
Obrigações trabalhistas (pessoal)	539.569	473.998
Outras	590.221	60.308
Total	2.507.589	1.600.008
Circulante	2.501.804	1.596.303
Não circulante	5.785	3.705

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito do BNDES estava representado por 6.273.711.452 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade da União Federal.

O capital social do BNDES poderá ser aumentado, após aprovação pela Assembleia Geral, até o limite do capital autorizado, de R\$ 150.000.000, sem a emissão de novas ações e independentemente de alteração estatutária, nos seguintes casos: incorporação da reserva para futuro aumento de capital, após a aprovação da destinação do resultado do exercício; incorporação das reservas de capital e legal quando atingirem o limite de 20% do capital social; incorporação da parcela da reserva de lucros para equalização de dividendos complementares quando a reserva atingir o seu limite e não houver possibilidade de distribuição da totalidade do saldo como dividendos nos termos previstos na Política de Dividendos do BNDES e conforme destinação do resultado do exercício prevista no estatuto; e mediante a capitalização de recursos que a União destinar a esse fim, por meio de decreto do Poder Executivo.

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE), ocorrida em 28 de abril de 2025, aprovou um aumento do capital social, pela incorporação da Reserva para futuro aumento de capital em sua totalidade, no montante de R\$ 10.027.309, referente à parcela da destinação dos lucros do exercício de 2024, sem emissão de novas ações. Assim, o capital passou a ser de R\$ 109.001.243.

21.2. Instrumentos elegíveis ao capital principal

O Contrato n.º 963/PGFN/CAF - Instrumento de novação e confissão de dívida celebrado em junho de 2014 entre o BNDES e a União, no valor de R\$ 8.731.760 - compõe o Patrimônio de Referência (PR) do BNDES como Instrumento Elegível ao Capital Principal, conforme regras estabelecidas pela Resolução CMN n.º 4.955/2021.

Esse contrato não possui vencimento e o resgate ou recompra da obrigação poderá ser realizado apenas pelo BNDES, condicionado à prévia autorização do Bacen.

Remuneração	N.º do contrato (STN)	Patrimônio líquido			Passivo			
		2024	Amortização	2025	2024	Juros e atualização monetária	Pagamentos de juros	2025
Variável, limitada à TJLP	963/PGFN/CAF	8.731.760	-	8.731.760	348.016	354.601	(364.521)	338.096
Circulante					348.016			338.096
Não circulante					-			-

21.3. Reservas de lucros

	2025	2024
Reserva legal	13.282.469	11.939.378
Reserva para futuro aumento de capital	10.207.489	10.027.309
Reserva de equalização de dividendos	16.253.333	16.095.676
Reserva de incentivos fiscais	201.355	201.355
Total	39.944.646	38.263.718

21.4. Outros resultados abrangentes

A composição do saldo de outros resultados abrangentes, líquido de efeitos tributários, é apresentado a seguir:

	2025	2024
Ativos próprios		
Ajuste a valor justo de ativos financeiros ao VJORA	29.166.554	25.543.267
Remensurações em obrigações de benefícios a empregados	3.289.636	4.747.270
Subtotal	32.456.190	30.290.537
Ativos de coligadas e ativos mantidos para venda		
Ajustes reflexos de outros resultados abrangentes	(170.527)	(197.823)
Ajustes de conversão de investimentos no exterior	524.832	631.745
Subtotal	354.305	433.922
Total	32.810.495	30.724.459

21.5. Pagamento de dividendos

2025					
Evento	Ano Base	Valor declarado	Valor pago ⁽¹⁾	Data de pagamento	Meio de pagamento
Dividendos na forma de juros sobre o capital próprio (JCP)	2024	5.485.516	5.742.563	16/05/2025	Moeda corrente
Dividendos	2024	781.552	818.175	16/05/2025	Moeda corrente
Dividendos complementares na forma de JCP	2024	6.267.068	6.783.656	12/08/2025	Moeda corrente
Dividendos complementares na forma de JCP	2024	2.506.827	2.801.605	31/10/2025	Moeda corrente
Dividendos intermediários	2025	3.617.180	3.613.195	29/12/2025	Moeda corrente
Dividendos intermediários na forma de JCP	2025	2.569.636	2.566.805	29/12/2025	Moeda corrente
Total		21.227.779	22.325.999		

(1) Inclui atualização pela taxa Selic da data a que se referem os lucros até a data do efetivo pagamento.

2024					
Evento	Ano Base	Valor declarado	Valor pago ⁽¹⁾	Data de pagamento	Meio de pagamento
Dividendos complementares na forma de juros sobre o capital próprio (JCP) ⁽²⁾	2022	4.000.000	4.688.794	08/05/2024	Moeda corrente
Dividendos propostos	2023	711.272	737.577	08/05/2024	Moeda corrente
Dividendos na forma de JCP propostos	2023	4.490.712	4.656.787	08/05/2024	Moeda corrente
Dividendos complementares	2022	6.240.910	7.811.286	27/12/2024	Moeda corrente
Dividendos complementares na forma de JCP	2022	2.868.433	3.590.206	27/12/2024	Moeda corrente
Dividendos complementares na forma de JCP	2023	5.276.120	5.793.534	29/11/2024	Moeda corrente
Dividendos complementares	2023	2.006.657	2.221.865	27/12/2024	Moeda corrente
Total		25.594.104	29.500.049		

(1) Inclui atualização pela taxa Selic da data a que se referem os lucros até a data do efetivo pagamento. A despesa com a atualização está apresentada na rubrica "Atualização monetária líquida de ativos e passivos" da demonstração do resultado.

(2) O valor atualizado em 2023 era de R\$ 4.521.896.

Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

Os saldos apresentados no quadro abaixo, incluem atualização monetária pela taxa Selic da data a que se referem os lucros até os períodos reportados.

	Ano Base	2025	2024
Dividendos complementares	2024	-	5.485.517
Juros sobre o capital próprio (JCP) complementares	2024	-	781.552
Dividendos propostos	2025	83.911	-
Juros sobre o capital próprio (JCP) propostos	2025	108.953	-
Total		192.864	6.267.069
Circulante		192.864	6.267.069
Não circulante		-	-

22. RESULTADO OPERACIONAL

22.1. Resultado da intermediação financeira

	2025						
	Juros	Variação cambial	Ajuste ao valor justo	Resultado na alienação	Provisão para risco de crédito	Outros	Total
Receitas de intermediação financeira							
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	55.469.668	(6.727.247)	135.099	-	-	202.161	49.079.681
Operações de crédito	30.408.829	(4.670.424)	129.194	-	-	202.161	26.069.760
Repasses Interfinanceiros	20.250.737	(2.052.769)	5.905	-	-	-	18.203.873
Venda a prazo de TVM	(3.205)	(4.054)	-	-	-	-	(7.259)
Direitos recebíveis	112.870	-	-	-	-	-	112.870
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	4.700.437	-	-	-	-	-	4.700.437
Resultado com títulos e valores mobiliários	26.863.544	(720.738)	2.692.629	(889.438)	-	(4.257.468)	23.688.529
Aplicações interfinanceiras e Operações compromissadas	5.503.266	-	-	-	-	(4.257.468)	1.245.798
Títulos federais	16.003.645	-	2.712.917	(880.236)	-	-	17.836.326
Debêntures	4.786.816	-	(20.288)	(9.202)	-	-	4.757.326
Fundos mútuos de investimento	10.939	-	-	-	-	-	10.939
Títulos de renda fixa no exterior	558.878	(720.738)	-	-	-	-	(161.860)
Resultado com administração de fundos e programas	-	-	-	-	-	1.100.335	1.100.335
Total	82.333.212	(7.447.985)	2.827.728	(889.438)	-	(2.954.972)	73.868.545
Despesas de intermediação financeira							
Financiamentos e repasses	(53.293.673)	7.964.958	(10.251)	-	-	-	(45.338.966)
Depósitos interfinanceiros	(134.266)	-	-	-	-	-	(134.266)
Depósitos especiais	(340.833)	-	-	-	-	-	(340.833)
Operações compromissadas	(4.642.930)	-	-	-	-	-	(4.642.930)
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de créditos	(2.774.875)	-	-	-	-	-	(2.774.875)
Obrigações por empréstimos e repasses	(6.859.548)	3.873.989	-	-	-	-	(2.985.559)
Dívidas subordinadas	(38.492.506)	4.090.969	(10.251)	-	-	-	(34.411.788)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(48.715)	-	-	-	-	-	(48.715)
Resultados com derivativos - câmbio e taxa de juros	-	-	(4.462.761)	-	-	-	(4.462.761)
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	-	-	-	-	(1.901.428)	-	(1.901.428)
Resultado da carteira de câmbio	-	(140.156)	-	-	-	-	(140.156)
Total	(53.293.673)	7.824.802	(4.473.012)	-	(1.901.428)	-	(51.843.311)
Resultado bruto da intermediação financeira	29.039.539	376.817	(1.645.284)	(889.438)	(1.901.428)	(2.954.972)	22.025.234

	2024						
	Juros	Variação cambial	Ajuste ao valor justo	Resultado na alienação	Provisão para risco de crédito	Outros	Total
Receitas de intermediação financeira							
Operações de crédito e repasses interfinanceiros	47.679.846	11.739.360	(54.466)	-	-	184.495	59.549.235
Operações de crédito	27.842.348	8.726.942	(54.466)	-	-	184.495	36.699.319
Repasses Interfinanceiros	16.334.712	22.233	-	-	-	-	16.356.945
Venda a prazo de TVM	5.976	2.990.185	-	-	-	-	2.996.161
Direitos recebíveis	213.787	-	-	-	-	-	213.787
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	3.283.023	-	-	-	-	-	3.283.023
Resultado com títulos e valores mobiliários	18.121.514	1.414.432	(3.405.478)	(518.622)	-	(2.020.408)	13.591.438
Aplicações interfinanceiras e Operações compromissadas	3.950.043	-	-	-	-	(2.020.408)	1.929.635
Títulos federais	10.090.864	-	(3.396.668)	(518.552)	-	-	6.175.644
Debêntures	3.578.283	-	(8.810)	(70)	-	-	3.569.403
Fundos mútuos de investimento	5.490	-	-	-	-	-	5.490
Títulos de renda fixa no exterior	496.834	1.414.432	-	-	-	-	1.911.266
Resultado com administração de fundos e programas	-	-	-	-	-	948.165	948.165
Total	65.801.360	13.153.792	(3.459.944)	(518.622)	-	(887.748)	74.088.838
Despesas de intermediação financeira							
Financiamentos e repasses	(41.595.588)	(15.237.384)	-	-	-	-	(56.832.972)
Depósitos interfinanceiros	(67.588)	-	-	-	-	-	(67.588)
Depósitos especiais	(361.695)	-	-	-	-	-	(361.695)
Operações compromissadas	(3.672.464)	-	-	-	-	-	(3.672.464)
Obrigações por emissão de debêntures e Letras de créditos	(246.923)	-	-	-	-	-	(246.923)
Obrigações por empréstimos e repasses	(5.074.543)	(7.430.985)	-	-	-	-	(12.505.528)
Dívida subordinada	(32.157.783)	(7.806.399)	-	-	-	-	(39.964.182)
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional	(14.592)	-	-	-	-	-	(14.592)
Resultado com derivativos - câmbio e taxa de juros	-	-	8.343.906	-	-	-	8.343.906
Reversão (constituição) de provisão para perdas de crédito	-	-	-	-	(2.194.002)	-	(2.194.002)
Resultado da carteira de câmbio	-	314.971	-	-	-	-	314.971
Total	(41.595.588)	(14.922.413)	8.343.906	-	(2.194.002)	-	(50.368.097)
Resultado bruto da intermediação financeira	24.205.772	(1.768.621)	4.883.962	(518.622)	(2.194.002)	(887.748)	23.720.741

22.2. Despesas Tributárias

As despesas tributárias, exceto os tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL, divulgados na Nota Explicativa nº 17), são majoritariamente referentes a PIS e COFINS.

22.3. Outras receitas operacionais

O principal efeito registrado na rubrica do Resultado de "Outras receitas operacionais" refere-se à baixa dos contratos de confissão de dívida de 2002 e 2004 entre o BNDES e a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, no valor de R\$ 1.707.559, ocorrida em março de 2025.

Tal baixa foi amparada nos termos do acordo celebrado entre as empresas do Sistema BNDES e a FAPES, no âmbito da Secretaria de Controle Externo de Solução Consensual e Prevenção de Conflitos ("SecexConsenso") do TCU.

Informações adicionais estão mencionadas na Nota Explicativa nº 19.1.1.1.

23. PARTES RELACIONADAS

23.1. Transações com o Tesouro Nacional

A União Federal, por meio do Tesouro Nacional, é o controlador integral do BNDES. As transações com controladas são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com partes independentes e como não envolvem riscos de recebimento ao BNDES, não são constituídas provisões de risco de crédito para essas operações.

As operações envolvendo o Tesouro Nacional estão resumidas a seguir, e as condições das transações estão descritas nas notas explicativas de cada grupo de contas:

	2025	2024
Ativo		
Títulos públicos federais (Nota Explicativa nº 7.1)	148.401.715	103.296.746
Outros créditos com o Tesouro Nacional (Nota Explicativa nº 23.1.1)	555.343	666.579
Passivo		
Obrigações por repasses no país (Nota Explicativa nº 11.1.2)	27.203.095	31.289.532
Juros sobre instrumentos elegíveis ao capital principal (Nota Explicativa nº 21.2)	338.096	348.016
Outras obrigações com STN	70.893	31.614
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (Nota Explicativa nº 21.5)	192.864	6.267.069
Patrimônio líquido		
Instrumentos elegíveis ao capital principal (Nota Explicativa nº 21.2)	8.731.760	8.731.760
Resultado		
Resultado com títulos públicos federais	17.836.326	6.175.644
Receitas com outros créditos – equalização	4.700.437	3.283.023
Despesas com operações de repasses	(2.980.206)	(4.169.713)
Despesas com outras obrigações - equalização	(48.715)	(14.592)

23.1.1. Créditos Específicos – Vinculados ao Tesouro Nacional

	2025	2024
Créditos decorrentes de equalização de taxa de juros	555.343	666.579
Outros créditos	-	-
Total	555.343	666.579

Os créditos perante o Tesouro Nacional são, em sua maioria, valores a receber a título de equalização de taxa de juros de programas incentivados pelo Governo Federal (Programa de Sustentação do Investimento – PSI, Pronaf e Programas Agropecuários). A apuração se dá pela diferença entre o custo de captação em TJLP/TLP/TMS acrescido da remuneração e as taxas fixas estabelecidas para o mutuário final.

	2025	2024
Valores Apurados e não baixados em:		
2025	553.806	664.801
Anos anteriores	1.537	1.778
Total	555.343	666.579

As movimentações desta rubrica foram as seguintes:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	666.579	488.331
Valores apurados no exercício	4.715.808	3.307.544
Atualização Monetária	1.728	209
Recebimentos	(4.828.811)	(3.129.507)
Outras	39	2
Saldo no final do exercício	555.343	666.579

	2025	2024
Investimentos	2.075.279	1.521.519
Pronaf	2.194.091	1.485.177
PSI	214.443	182.708
Custeio	228.003	113.522
Cerealistas	3.992	4.618
Total	4.715.808	3.307.544

23.1.2. Responsabilidade subsidiária da União

Em conformidade com o Parecer n.º 1.124/1996 do Ministério do Planejamento e Orçamento, o BNDES, por sua condição de empresa integralmente controlada pelo Governo Federal, não está sujeito à decretação de falência, cabendo à União a responsabilidade subsidiária pelas obrigações contraídas pelo BNDES.

23.2. Transações com outras Entidades Governamentais

Além das operações com o seu acionista único, o BNDES mantém transações no curso de suas operações com outras entidades governamentais, portanto sob controle comum, como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Petrobras, Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, Fundo da Marinha Mercante – FMM e o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade – FGPC.

Essas operações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com partes independentes.

Os saldos das transações significativas com estas entidades estão resumidos a seguir:

	2025	2024
Ativo	48.159.253	44.088.237
Operações de créditos e repasses interfinanceiros ⁽¹⁾	48.375.354	43.734.352
Provisão para perdas de crédito ⁽¹⁾	(216.101)	(57.813)
Outros	-	411.698
Passivo	623.002.938	522.295.141
Empréstimos e repasses no país (Nota Explicativa nº 11.1.1)	1.110.686	1.650.303
Fundos financeiros e de desenvolvimento (Nota Explicativa nº 14)	135.752.315	71.444.146
FAT Constitucional - dívidas subordinadas (Nota Explicativa nº 12.1)	481.461.322	443.893.437
FAT Depósito especial (Nota Explicativa nº 12.2)	3.476.512	4.056.194
Emissão de debêntures (Nota Explicativa nº 15.1)	256.103	401.583
Outros	946.000	849.478

⁽¹⁾ Os prazos das operações de créditos e repasses interfinanceiros estão contidas de forma agregada na Nota Explicativa n.º 4.5 e o impacto no resultado na Nota Explicativa n.º 22.

23.3. Prestação de Serviços de Privatização e Concessão

O BNDES oferece apoio técnico a Entes Públicos, visando promover parceria com a iniciativa privada para a execução de empreendimentos de interesse público, outras medidas de desestatizações ou soluções financeiras que viabilizem a participação de capital privado em investimentos públicos.

As condições para pagamento da remuneração do BNDES e ressarcimento dos gastos realizados com a contratação dos serviços técnicos especializados, bem como outros custos necessários à composição dos Projetos de Estruturação, são reguladas nos contratos de estruturação de projetos firmados com os clientes. Informações adicionais estão disponíveis no site: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-estruturacao-de-projetos>.

Adicionalmente, informações sobre processos de desestatização em andamento e encerrados, e demais informações podem ser consultadas no site: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao>.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de remuneração do BNDES, ressarcimento dos gastos e outros custos relacionados a prestação de serviços de privatização e concessão foi de R\$ 221.610 (R\$ 171.444 em 31 de dezembro de 2024) e a receita com os serviços foi de R\$ 90.142 (R\$ 7.582 em 31 de dezembro de 2024).

23.4. Transações com a Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES

O BNDES e as empresas do Sistema não possuem transações com a FAPES, além daquelas relacionadas à gestão do Plano de Aposentadoria e Pensões e com o Fundo de Assistência Médica e Social. Os saldos em aberto com a FAPES, resumidos a seguir, encontram-se detalhados na Nota Explicativa n.º 19:

	2025	2024
Passivo		
Passivo atuarial - Plano de aposentadoria complementar – PBB	1.604.268	1.623.958
Passivo atuarial - Plano de assistência e saúde – PAS	3.122.963	2.860.695
Patrimônio líquido		
Ajuste de avaliação patrimonial – PBB	2.207.765	3.742.411
Ajuste de avaliação patrimonial – PAS	1.965.038	1.924.436
	2025	2024
Despesas		
PBB	(141.475)	(288.220)
PAS	(302.869)	(362.298)

23.5. Transações com coligadas

O BNDES, por meio de sua subsidiária BNDESPAR, possui investimentos em empresas coligadas, conforme detalhado na Nota Explicativa n.º 9. Além dos aportes de capital nas investidas e do recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio, o BNDES e suas subsidiárias têm outras operações de concessão de crédito com essas empresas.

Essas operações com as investidas têm as mesmas condições daquelas operações realizadas com outras entidades, não produzindo efeitos diferentes em relação às demais nos resultados e na posição financeira do BNDES.

Os saldos das transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

	2025	2024
Ativo		
Debêntures	2.316.232	2.155.393
Direitos e recebíveis	84.281	192.135
Provisão para perdas de crédito	(7.267)	(192.876)

23.6. Remuneração de empregados e dirigentes

O sistema BNDES possui Diretoria Executiva (incluindo o Presidente), Comitê de Riscos, Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Fiscal unificados para o BNDES, Finame e BNDESPAR.

Remunerações mensais, referente às despesas com salários, comissões, gratificações, adicionais, horas extras e outras despesas vinculadas, sem encargos sociais:

	2025		2024	
	Diretoria Executiva	Empregados	Diretoria Executiva	Empregados
Maior Salário	102,28	106,43	92,18	100,71
Menor Salário	84,50	3,91	8,83	3,74
Salário Médio	92,27	45,45	33,76	44,02

Em 31 de dezembro de 2025, a quantidade de empregados corresponde ao total de 2.996 contratados e de 10 diretores.

Remunerações médias mensais do Comitê de Riscos, do Comitê de Auditoria, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e membros externos do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração (COPE):

	2025	2024
Comitê de Riscos	9,99	9,24
Comitê de Auditoria	42,55	39,26
Conselho de Administração	9,99	9,24
Conselho Fiscal	10,00	9,24
COPE	10,46	9,24

Custos com benefícios atribuídos à Diretoria Executiva do Sistema BNDES:

	2025	2024
Benefícios de curto prazo:		
Honorários, benefícios e encargos	17.339	20.638
Remuneração Variável Anual (RVA) (Parcela à vista)	1.831	1.094
Benefícios pós emprego:		
Remuneração compensatória – quarentena	-	508
Benefícios de Longo Prazo:		
RVA (Parcelas diferidas)	1.194	963

O Sistema BNDES não possui remuneração baseada em ações para membros chave da Administração.

O BNDES e suas subsidiárias não concedem empréstimos para membros chave da Administração.

Os benefícios aos empregados estão descritos na Nota Explicativa n.º 19.

23.7. Participação nos lucros

	2025		2024	
	Diretoria Executiva	Empregados	Diretoria Executiva	Empregados
Saldo no início do exercício	5.865	327.753	3.884	289.266
Ajuste do valor provisionado em exercícios. anteriores)	279	2.342	126	14.740
Pagamentos realizados	(3.024)	(330.095)	(2.057)	(304.006)
Ajuste provisão RVAs – diferidas ⁽¹⁾	(197)	-	245	-
Provisão do exercício	5.676	566.779	3.667	327.753
Saldo no final do exercício	8.599	566.779	5.865	327.753

⁽¹⁾ O ajuste dos valores diferidos pode decorrer da redução do montante a ser pago com base na apuração do lucro líquido do ano de referência do pagamento; e da atualização pela variação do patrimônio líquido em referência ao ano anterior.

De acordo com a Política de Remuneração Variável Anual (RVA) do Sistema BNDES, estabelecida em observância à Resolução CMN n.º 3.921/2010, a participação nos lucros e resultados dos membros da Diretoria Executiva (dirigentes) é paga em espécie, sendo, pelo menos, 40% diferida para pagamento em exercícios futuros. O período de diferimento deve ser de, no mínimo, três anos, e os pagamentos devem ser efetuados de forma escalonada em parcelas proporcionais.

Aos membros dos conselhos de administração e fiscal é vedado o recebimento de participação nos resultados, conforme lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996.

Cronograma de pagamentos da RVA dos dirigentes do Sistema BNDES:

RVA	2025	2024
2025	-	3.026
2026	4.166	1.244
2027	1.948	983
2028	1.538	612
2029	947	-
Total	8.599	5.865

Informações relativas às maiores e menores participações nos lucros e resultados pagas a empregados e membros da Diretoria Executiva (sem contemplar valores e provisões de parcelas diferidas de RVA):

	2025		2024	
	Diretoria Executiva	Empregados	Diretoria Executiva	Empregados
Maior Participação nos Lucros	253,82	304,49	120,04	288,73
Menor Participação nos Lucros	22,42	0,12	11,56	2,93
Participação nos Lucros Média	116,31	138,93	82,28	127,41

24. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Conforme descrito na Nota Explicativa n.º 31.4, a metodologia de elaboração do resultado por segmento de negócios foi revisada em 2025, sobretudo no que tange à alocação das despesas de captação, pessoal, administrativas e outras. Neste contexto, o BNDES apresenta a informação por segmento referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, sem comparabilidade com exercícios anteriores.

	2025					Totais
	Crédito e Serviços	Renda Variável	Tesouraria e ALM	Corporativo não alocado	Remuneração do Acionista	
Receita com Operações de Crédito, Repasses e Serviços	56.707.418	-	142.128	-	-	56.849.546
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	4.791.099	-	15.495.557	-	-	20.286.656
Despesas de Captação	(50.019.351)	(11.391.546)	(14.718.881)	-	22.505.801	(53.623.977)
PRODUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	11.479.166	(11.391.546)	918.804	-	22.505.801	23.512.225
Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	2.348.150	-	232.564	-	-	2.580.714
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	13.827.316	(11.391.546)	1.151.368	-	22.505.801	26.092.939
Resultado com Participações Societárias	-	10.152.528	-	-	-	10.152.528
Despesas de Pessoal e Administrativas	(2.259.092)	(249.545)	-	(1.214.202)	-	(3.722.839)
Participação nos Resultados	(267.617)	(26.721)	-	(278.118)	-	(572.456)
Outras despesas líquidas	(37.043)	(262.411)	(867.775)	560.534	(589.791)	(1.196.486)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	11.263.564	(1.777.695)	283.593	(931.786)	21.916.010	30.753.686
Tributos sobre o Lucro	(2.530.602)	2.126.832	(63.715)	209.346	(4.923.902)	(5.182.041)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8.732.962	349.137	219.878	(722.440)	16.992.108	25.571.645
Resultado com Alienações de Participações Societárias, líquido de tributos ⁽¹⁾	-	1.273.007	-	-	-	1.273.007
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	8.732.962	1.622.144	219.878	(722.440)	16.992.108	26.844.652
ATIVOS	663.565.197	88.243.876	194.748.544	15.915.031	-	962.472.648

⁽¹⁾ Desde 01/01/2025, com a entrada em vigor da Resolução CMN n.º 4.966/2021 no padrão Cosif, o resultado das alienações de participações societárias mensuradas ao valor justo por outros resultados abrangentes (VJORA) e da amortização de cotas de fundos de investimento não transitam mais pela Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), sendo registrados diretamente na rubrica de "Lucros (prejuízos) acumulados" no Patrimônio Líquido. Neste contexto, a Informação por Segmento contempla o Lucro Líquido somado ao resultado de alienações e amortização de cotas de fundos, que ora denomina-se "Lucro Líquido Ajustado".

	2024				Totais
	Financiamentos	Participações societárias	Tesouraria/ALM	Não alocado	
Receita com Operações de Crédito e Repasses	48.405.714	-	-	-	48.405.714
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	3.466.321	-	15.232.761	-	18.699.082
Despesas de Captação	(42.290.408)	(8.780.962)	9.157.519	-	(41.913.851)
PRODUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	9.581.627	(8.780.962)	24.390.280	-	25.190.945
Resultado de Provisão para Risco de Crédito	3.884.726	-	(494.049)	-	3.390.677
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	13.466.353	(8.780.962)	23.896.231	-	28.581.622
Resultado com Participações Societárias	-	11.232.115	-	-	11.232.115
Despesas Administrativas e com Pessoal	(2.728.236)	(332.087)	(110.886)	-	(3.171.209)
Outras receitas (despesas), líquidas	(4.598.852)	(190.140)	(925.535)	-	(5.714.527)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	6.139.265	1.928.926	22.859.810	-	30.928.001
Tributos sobre o Lucro	(2.032.463)	2.330.818	(6.011.291)	1.504.010	(4.208.926)
Participação nos Resultados	(285.124)	(34.706)	(11.589)	-	(331.419)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.821.678	4.225.038	16.836.930	1.504.010	26.387.656
ATIVOS	586.813.092	84.567.217	154.692.608	14.787.828	840.860.745
Investimentos em coligadas (MEP)	-	2.203.456	-	-	2.203.456

25. GESTÃO DE RISCOS

25.1. Gerenciamento de Riscos

Em conformidade com os normativos internos e externos e baseado nos objetivos estabelecidos pela Alta Administração, a Área de Gestão de Riscos (AGR) e a Área de Integridade e *Compliance* (AIC) do Sistema BNDES são responsáveis, entre outros, por:

- Definir e propor à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração as diretrizes gerais de gestão de riscos e controles internos para o Sistema BNDES;
- Desenvolver e gerir metodologias de gestão de riscos e controles internos, reportando o resultado das atividades à Alta Administração;
- Monitorar os Sistemas de Gestão de Continuidade de Negócios, de Gestão de Segurança da Informação e de Gestão de Apetite ao Risco do Sistema BNDES;
- Monitorar as perdas financeiras decorrentes dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional em relação aos níveis de exposição aprovados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração;
- Analisar os requerimentos futuros de consumo de capital regulatório, capital econômico e a projeção da provisão para perdas associadas ao risco de crédito de acordo com o perfil de risco projetado no plano estratégico do Sistema BNDES;
- Analisar a evolução das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e os seus impactos no resultado do Sistema BNDES; e
- Disseminar a cultura de gestão de riscos no âmbito do Sistema BNDES.

O gerenciamento de riscos das empresas do Sistema BNDES é um processo evolutivo. Os trabalhos são desenvolvidos de modo a promover o contínuo aprimoramento das políticas, processos, critérios e metodologias de gestão de riscos.

A estrutura de gerenciamento desses temas no Sistema BNDES é composta pelo Conselho de Administração; Comitê de Auditoria, Comitê de Riscos; Diretoria Executiva; *Chief Risk Officer*; Comitê de Gestão de Riscos, Subcomitê de Gestão de Risco de Modelos, Comitê de Segurança da Informação, Comitê e Subcomitê de Contingência; além de unidades dedicadas ao gerenciamento de riscos e de controles internos.

Cabe destacar que, em linha com o que é exigido na Resolução CMN n.º 4.557/2017, que aborda a implementação de estruturas de gestão de capital para assegurar que as instituições mantenham nível de capital suficientemente prudente, desenvolvam e utilizem melhores técnicas nos processos de monitoramento e gerenciamento de seus riscos, bem como planejem de forma consistente suas necessidades futuras de capital, o BNDES definiu sua estrutura organizacional de gerenciamento de capital com a seguinte composição: (i) Área Financeira, responsável por elaborar o Plano de Capital do BNDES; (ii) AGR, responsável por elaborar o relatório ICAAP, que contém o cálculo de necessidade de capital para cobertura dos riscos aos quais o BNDES está exposto, bem como simulações de eventos severos e de condições extremas de mercado (“teste de estresse”); (iii) Área de Integridade e Compliance, que realiza as estimativas atinentes ao risco operacional no âmbito do Departamento de Gestão de Risco Operacional e elabora o relatório de validação independente do ICAAP, que está sob atribuição do Departamento de Controle Interno; (iv) Área de Planejamento, responsável pela estratégia e diretrizes para o perfil de atuação do BNDES; e (vi) Área de Auditoria Interna, que deve avaliar periodicamente o processo de gerenciamento de capital do Banco.

Atendendo às diretrizes dispostas na Resolução Bacen n.º 54/2020 para a divulgação de informações referentes à gestão de riscos, o BNDES divulga trimestralmente o Relatório de Pilar 3, que se encontra disponível para acesso no endereço eletrônico <https://ri.bndes.gov.br/informacoes-financeiras/gerenciamento-de-riscos>. As informações contidas nesse documento não fazem parte das demonstrações financeiras.

25.1.1. Risco Operacional

O BNDES adota o conceito definido na Resolução CMN n.º 4.557/2017, pelo qual risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas. O risco operacional abarca o risco legal, o risco à continuidade de negócios e o risco à segurança da informação (incluindo o risco cibernético).

Em linha com o arcabouço legal e baseado na Política Corporativa de Gestão de Risco Operacional o BNDES possui vários processos e instrumentos visando o adequado gerenciamento dos riscos operacionais, que contempla atividades de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e reporte dos riscos, com seus respectivos controles.

O processo de gestão de riscos é executado em toda a Instituição, permitindo refletir tempestivamente as alterações nos ambientes interno e externo, baseado em metodologias que se complementam, tais como a realização de ciclos bienais nas áreas para ampla atualização do inventário de riscos, a avaliação de novos produtos e serviços e a avaliação de riscos transversais e corporativos.

A base de dados de perdas operacionais do BNDES contempla as perdas ocorridas, na qual os eventos de risco operacional são registrados conforme preconizado pela Resolução CMN n.º 4.557/2017 e pela Circular Bacen n.º 3.979/2020. As perdas com valor acima do apetite a risco da instituição são objeto de análise específica realizada pela unidade de gestão de risco operacional em conjunto com as unidades envolvidas, visando avaliar os riscos operacionais associados, suas causas e definir ações de tratamento.

No tocante às ações para a mitigação dos riscos à segurança da informação, previstas no Plano Estratégico de Segurança da Informação do Sistema BNDES, merecem destaque o levantamento recorrente e semiautomatizado de vulnerabilidades em ativos de tecnologia da informação, o monitoramento de eventos de segurança cibernética e o tratamento de incidentes de segurança da informação.

A gestão da continuidade de negócios busca aprimorar continuamente a resiliência da Instituição, preparando-a contra eventos que possam interromper a execução de seus processos críticos e apoiando a resposta tempestiva em caso de uma crise no escopo da continuidade de negócios. Para isso, o BNDES possui um Plano de Gerenciamento de Incidentes que estabelece a estrutura de governança sobre a matéria, permitindo que o Banco se organize rapidamente para continuidade de suas atividades.

Por fim, o fortalecimento da cultura de riscos operacionais envolve a periódica realização de ações de comunicação e capacitação para disseminação de conceitos e práticas, voltadas tanto para o corpo funcional quanto para a Alta Administração.

a) Mensuração do Risco Operacional

O BNDES utiliza, como metodologia de cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco referente ao risco operacional (RWA_{OPAD}), a abordagem padronizada conforme procedimentos estabelecidos na Resolução BCB n.º 356/2023.

A parcela RWA_{OPAD} passou de R\$ 70.317.751, em 31 de dezembro de 2024, para R\$ 50.916.806, em 31 de dezembro de 2025. A parcela sofreu uma redução (-15%) em relação ao semestre anterior. Essa retração é justificada pela redução observada nos subcomponentes de receitas de participações (DI), de outras despesas operacionais (OOE) e de resultado líquido da carteira bancária (NBB), apurados para o 1º semestre/2025, em comparação aos mesmos componentes no 1º semestre/2022, período que saiu da janela dos 6 semestres considerados no cálculo. Além disso, a nova abordagem padronizada, vigente a partir do 1º semestre de 2025, introduziu um componente de perdas internas (*Internal Loss Multiplier – ILM*) que atua sobre o componente de indicador de negócios (*Business Indicator Component*)

– BIC), de forma a atenuar ou incrementar a exigência de capital. Para o cálculo referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a média de perdas dos últimos 10 anos reduziu 27% em relação ao semestre anterior, fazendo o ILM atuar como um redutor mais forte sobre o BIC, atenuando o capital exigido, em função do baixo volume de perdas frente ao resultado financeiro dos últimos 3 anos.

RWA_{OPAD}	2025
Componente do Indicador de Negócios (BIC)	5.696.705
Multiplicador de Perdas Internas (ILM)	0,72
Capital mínimo (BIC x ILM)	4.073.345
RWA_{OPAD} (Capital mínimo ÷ 8%)	50.916.806

25.1.2. Risco de Mercado e Risco de Variação das Taxas de Juros na Carteira Bancária

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da alteração nos valores de mercado de posições ativas e passivas detidas pela instituição, dentre as quais se incluem os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de juros e dos preços das ações, para instrumentos classificados na carteira de negociação; e das operações sujeitas à variação da cotação de moeda estrangeira e dos preços de mercadorias (commodities), para instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária. Atualmente, o BNDES está exposto a risco de taxa de juros e de cotação de moeda estrangeira, sob a ótica regulatória. Na visão gerencial adotada pelo BNDES, acrescenta-se a esses dois riscos citados o risco de variação no preço de ações.

O risco de variação das taxas de juros na carteira bancária (IRRBB) corresponde ao risco do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e resultados da Instituição, para instrumentos classificados na carteira bancária.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Mercado do Sistema BNDES, aprovada pelo Conselho de Administração, e a estrutura de gerenciamento do risco de mercado e IRRBB definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

a) Mensuração do Risco de Mercado, IRRBB e Governança

O BNDES segue os normativos contábeis de evidenciação de instrumentos financeiros e divulga o *Value – at – Risk* (VaR), *Drawdown at Risk* e o IRRBB. Para a aplicação das métricas e análises de risco definidas pelo regulador, a carteira de instrumentos financeiros do BNDES é segregada em carteira de negociação e bancária, de acordo com algumas premissas.

A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com a finalidade de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com finalidade de negociação são aquelas destinadas a (i) realizar revenda no curto prazo; (ii) obter lucro em decorrência de flutuações de curto prazo no preço do instrumento; (iii) assegurar a realização de lucro em estratégias de arbitragem; ou (iv) obter proteção (*hedge*) contra riscos decorrentes de instrumentos mantidos para os fins de que tratam as alíneas anteriores. Os instrumentos da carteira de negociação são contabilizados pelo valor de mercado no Balanço e seu risco pode ser medido utilizando a metodologia de VaR descrita na seção a seguir e o *Drawdown at Risk*.

A carteira bancária corresponde aos instrumentos financeiros que não fazem parte da carteira de negociação, incluindo todas as ações e participações societárias. Para os instrumentos expostos a taxa de juros, o risco é medido utilizando as métricas da metodologia padronizada do IRRBB. Para as ações, o BNDES utiliza o VaR, e *Drawdown at Risk*, documentado para apuração do risco.

As medidas de risco são analisadas por meio de relatórios diários e mensais, a depender de sua finalidade e alçada decisória.

Quanto à governança, o sistema BNDES dispõe de diferentes comitês para discutir sobre assuntos ligados a risco de mercado e IRRBB, formados por níveis hierárquicos distintos. Além disso, está em vigor estrutura de limites de risco de mercado e IRRBB, além de alertas que controlam os riscos das carteiras, permitindo o alinhamento com o perfil de risco estipulado nos comitês.

b) Indicador de risco para carteira de negociação, operações de mercado de capitais e operações cambiais

Uma das métricas utilizadas nesse monitoramento e controle é um VaR Paramétrico com volatilidade EWMA, fator de decaimento de 0,92, confiança de 99% e *holding period* de 1 dia útil.

Fatores de risco	2025	2024
Juros	5.484	12.333
Câmbio	56.346	135.849
Ações	1.548.090	1.869.833
Efeito Diversificação	(100.367)	(120.943)
VaR total	1.509.553	1.897.072

c) Ativos Ponderados pelo Risco Referente à Parcela de Risco de Mercado (RWA_{MPAD})

O BNDES calcula diariamente a parcela de capital regulatório relativo à de risco de mercado (RWA_{MPAD}). Os componentes da parcela de risco de mercado são apresentados na tabela a seguir:

Detalhamento RWA _{MPAD}	2025	2024
RWA _{JUR1}	1.822.457	2.937.854
RWA _{JUR2}	-	-
RWA _{JUR3}	3.325.788	862.466
RWA _{CAM}	63.456.837	27.395.988
RWA _{CVA}	1.728.810	1.607.357
RWA _{DRC}	-	-
Total parcela RWA_{MPAD}	70.333.892	32.803.665

Os riscos de mercado oriundos da carteira de ações (RWA_{ACS}) e de commodities (RWA_{COM}), bem como o risco de *default* da carteira de negociação (RWA_{DRC}) foram nulos ao final do período analisado, visto que atualmente a carteira de negociação do Sistema BNDES é formada por títulos públicos federais e derivativos e que o BNDES não possui exposição a *commodities*.

Já a parcela referente às exposições ao risco de variação do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte RWA_{CVA} foram incorporadas ao RWA_{MPAD} a partir de 1 de julho de 2023, conforme Resolução CMN n.º 5.038, de 29 de setembro de 2022, e Resolução BCB n.º 291, de 8 de fevereiro de 2023.

d) Risco de taxa de juros da Carteira Bancária

O BNDES utiliza duas métricas para apurar o risco de juros da carteira bancária: *Net Interest Income* (NII) e *Economic Value of Equity* (EVE). A métrica NII mede o efeito de variações nas taxas de juros nos resultados contábeis, enquanto a métrica EVE mede a variação do valor econômico da carteira após a aplicação dos choques nas taxas de juros.

As duas métricas são complementares na avaliação dos riscos. Enquanto o NII quantifica os riscos em cenário de continuidade da atividade da Instituição, o EVE mede o risco em um cenário de ruptura. O IRRBB apurado pelo BNDES consiste na soma entre estas duas métricas ponderadas pela probabilidade de cada cenário.

A metodologia utilizada na apuração das métricas relativas ao risco de taxa de juros da carteira de não negociação (carteira bancária) é determinada pela Circular BCB 3.876/2018.

Tais métricas se traduzem em análise de sensibilidade dos instrumentos da carteira bancária e, em conjunto com o VaR apurado para os demais instrumentos, evidenciam a sensibilidade da carteira integral do Banco nos diversos fatores de risco a que se encontra exposto.

A tabela a seguir apresenta os valores de risco de taxa de juros da carteira bancária segundo as métricas *Net Interest Income* (NII), *Economic Value of Equity* (EVE) e IRRBB.

Métrica	2025	2024
ΔEVE	8.130.006	6.751.071
ΔNII	2.975.662	5.093.111
IRRBB (Total)	3.173.636	5.243.498

e) Exposição a Risco de Mercado

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	2025	2024
Operações de renda fixa			
Juros	Selic / DI	37.714.579	91.986.291
Juros	TJLP	8.437.858	12.006.791
Juros	Prefixado	19.570.116	16.468.184
Juros	IPCA / TLP	2.762.038	(15.714.112)
Juros	TR	(4.359.869)	(2.626.137)
Câmbio	Moeda Estrangeira	15.796.438	(220.222)
Operações de renda variável			
Preços	Ações	75.192.206	75.192.206
Preços	Bônus de Subscrição	1.440	1.440
Preços	Cotas de Fundos de Investimentos	4.436.270	4.436.270

f) Exposição a Risco de Variação das Taxas de Juros na Carteira Bancária

Grupo de Risco	Instrumento Financeiro / Fator de Risco	BNDES	Consolidado
Operações de renda fixa			
Juros	Selic / DI	(111.776.672)	(97.218.195)
Juros	TJLP	8.053.143	8.437.858
Juros	Prefixado	8.673.001	18.683.146
Juros	IPCA / TLP	22.891.199	139.942
Juros	TR	(1.879.059)	(4.359.869)
Juros	Juros em Moeda Estrangeira	(122.949)	(15.854)

25.1.3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez corresponde à possibilidade de a instituição (i) não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e (ii) não conseguir negociar ativos a preço de mercado, devido ao tamanho elevado de suas posições em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Liquidez do Sistema BNDES, aprovada pelo Conselho de Administração, e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez definem o conjunto de metodologias, procedimentos, limites, instrumentos e responsabilidades aplicáveis no controle permanente dos processos internos da Instituição, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As operações financeiras de tesouraria no BNDES são realizadas com objetivo de apoiar a sua missão principal, de prover recursos para as empresas por meio de operações de crédito e de participações no mercado de capitais, se caracterizando, dessa forma, como uma atividade intermediária para projeção e aplicação de recursos de longo prazo. As rotinas das operações de tesouraria estão voltadas à gestão do fluxo de caixa e administração das posições proprietárias, em cumprimento à Política Financeira do BNDES. A gestão de liquidez do BNDES determina que o volume de caixa mínimo deve ser equivalente, no mínimo, à soma das despesas de capital, administrativas e tributárias do mês subsequente. Além do caixa mínimo, o BNDES trabalha com outro buffer de liquidez, a reserva de estabilização dos desembolsos, que visa garantir as saídas de caixa para fins de desembolsos do BNDES por um determinado número de meses estipulado pela Diretoria da Instituição.

O BNDES monitora seu risco de liquidez utilizando três indicadores, que buscam cobrir, tanto risco no curto prazo, quanto no longo prazo. Para acompanhamento do risco de liquidez de curto prazo, são calculados dois indicadores inspirados nas orientações associadas à implementação de Basileia III no Brasil. O primeiro índice é o *Liquidity Coverage Ratio* (LCR), que mede a capacidade de a instituição financeira cobrir, com ativos de alta liquidez, saídas líquidas de caixa. O indicador é calculado como a razão entre os ativos de alta liquidez e as saídas líquidas de caixa. O segundo índice, o Índice de Caixa Mínimo (ICM), estende o horizonte de análise do LCR de 1 para 6 meses. Destaca-se que, a partir de janeiro de 2021, a metodologia de cálculo dos indicadores de curto prazo foi revisada de forma que hoje se utiliza diferentes cenários de estresse no cálculo. Além disso, o horizonte de análise dos índices, passou de 1 a 3 meses para 1 a 6 meses.

Para o acompanhamento do risco de liquidez de longo prazo, a unidade de gestão de riscos replica a metodologia do *Net Stable Funding Ratio* (NSFR ou Índice de Liquidez de Longo Prazo), proposto no Acordo de Basileia III. O Índice de Liquidez de Longo Prazo, NSFR, é calculado como a razão entre passivos longos e ativos ilíquidos. Para os três indicadores, recomenda-se que seus valores sejam superiores a 1.

Indicadores de Risco de Liquidez	2025	2024
<i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR)	5,76	6,4
Índice de Caixa Mínimo - 6 meses (ICM)	4,37	3,9
<i>Net Stable Funding Ratio</i> (NSFR)	1,30	1,3

Adicionalmente, a divulgação dos saldos dos instrumentos financeiros por período de vencimento está apresentada na Nota Explicativa nº 4.5.

25.1.4. Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco associado à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes: (i) do não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, (iv) às vantagens concedidas nas renegociações, ou (v) aos custos de recuperação.

a) Objetivos, Políticas e Processos

O objetivo primordial do processo de gerenciamento de risco de crédito é o de garantir que as diferentes exposições a risco de crédito estejam alinhadas às metas definidas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, bem como estejam em consonância com os requisitos prudenciais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional. Atualmente, foram definidos limites de exposição e metas de concentração, rentabilidade, inadimplimento, entre outros.

A identificação, avaliação e monitoramento das exposições a risco de crédito são realizados tanto individualmente, para cada subsidiária do Sistema BNDES, como também em termos consolidados. O processo busca assegurar que a comunicação acerca de eventuais exceções às políticas, procedimentos e limites seja realizada tempestivamente à Alta Administração, de modo a possibilitar a implementação das ações mitigadoras ou corretivas apropriadas a cada caso.

A Política Corporativa de Gestão de Risco de Crédito, alinhada aos princípios da Resolução CMN n.º 4.557/2017, e suas alterações posteriores, formaliza o processo de gestão de risco de crédito do BNDES e de suas subsidiárias no Brasil e no exterior, estabelecendo responsabilidades, princípios, diretrizes, processos e procedimentos relacionados à gestão dos riscos de crédito aos quais o BNDES está exposto. As políticas são aprovadas e revisadas anualmente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

A gestão de risco de crédito no BNDES permeia todo o processo de concessão, monitoramento, cobrança e recuperação de crédito associado a cada um dos projetos de financiamento.

Um maior detalhamento das políticas e processos relacionados à gestão de risco de crédito poderá ser obtido por meio do Relatório de Pilar 3 citado na introdução desta nota de gerenciamento de riscos. O documento apresenta uma breve descrição das principais etapas do fluxo de tramitação dos projetos de financiamento, descreve as principais atividades do processo de gerenciamento de risco de crédito, dentre outras informações da carteira de crédito do Conglomerado Prudencial.

b) Mensuração do risco de crédito

O BNDES mensura o risco de crédito com base na abordagem padronizada, conforme estabelecido pela Resolução Bacen n.º 229/2022. As exposições a risco de crédito são mensalmente calculadas e informadas obedecendo às determinações da orientação normativa. Cabe destacar que, além da carteira de créditos da Instituição, estão inseridos na parcela do capital regulamentar referente ao risco de crédito (RWA_{CPAD}) outros ativos financeiros como títulos e valores mobiliários, *swaps* e operações compromissadas.

A tabela a seguir apresenta a apuração da parcela a risco de crédito com base em metodologia padronizada (RWACPAD). Os montantes são apresentados com base no Conglomerado Prudencial do Sistema BNDES.

	2025	2024
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.167.003	2.502.967
Títulos e Valores Mobiliários, exceto ações	93.718.621	77.385.198
Repasse Interfinanceiros	90.774.362	76.768.634
Operações de Crédito	307.449.462	278.816.309
Outros Direitos a receber	3.090.948	4.835.351
Ações, Investimentos, Imobilizado de Uso e Outros Investimentos	130.226.930	100.292.664
Limite de Crédito e Saldos a Liberar	38.024.772	25.486.873
Créditos Tributários	4.058.505	6.891.256
Demais itens do RWA _{CPAD}	889.598	491.235
Exposição TOTAL da parcela do RWA_{CPAD}	670.400.201	573.470.487

c) Controle do Limite de Risco de Crédito

O BNDES monitora os limites de exposição estabelecidos em normativos internos e externos. Os limites de exposição por cliente e setor público estabelecidos, respectivamente, por meio das Resoluções CMN n.º 4.677/2018 e n.º 4.995/2022, e suas alterações posteriores, são monitorados e inseridos em informes periódicos de distribuição interna. De modo semelhante, são monitorados os limites setoriais definidos pela Diretoria do BNDES e apurados diversos indicadores relacionados à carteira do BNDES como inadimplência e créditos baixados como prejuízo, qualidade da carteira e provisionamento, concentração por grupo econômico e por setor de atividade, mitigadores de risco, dentre outros. Os indicadores produzidos são analisados e inseridos no Informe de Gestão de Risco de Crédito, enviado mensalmente ao Comitê de Gestão de Riscos.

A tabela a seguir apresenta os valores percentuais apurados para a maior exposição a cliente, conforme a Res. CMN n.º 4.677/2018, relativo ao Capital Nível I, e o valor percentual apurado para o setor público, conforme a Res. CMN n.º 4.995/2022, relativo ao Patrimônio de Referência.

Descrição do Limite	2025	2024
Maior exposição a cliente (em % do Capital Nível I) – Máximo: 25%	19,4%	24,6%
Exposição ao setor público (em % do Patrimônio de Referência) – Máximo: 45%	10,6%	10,9%

O BNDES segue o determinado pela Resolução CMN n.º 4.678/2018, que estabelece um cronograma de redução de excessos, até sua total eliminação em 31/12/2027. Até o presente momento, não foram apurados excessos de exposição.

d) Garantias e política de mitigação do risco de crédito

As perdas potenciais de crédito são mitigadas pela utilização de diversos tipos de garantias exigidas pelo BNDES em suas operações de colaboração financeira, tais como: hipoteca, penhor, propriedade fiduciária, fiança, aval, vinculação ou cessão em garantia.

Para o cálculo do capital regulamentar, o BNDES utiliza apenas parte das garantias recebidas nas operações de crédito diretas e indiretas como mitigadores de risco de crédito, conforme discriminado a seguir.

Descrição do Mitigador	2025	2024
Garantia prestada pela União ou Tesouro Nacional	35.995.072	34.055.140
Garantia Prestada pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE) e Fundo de Participação do Município (FPM) ⁽¹⁾	757.974	1.313.364
Garantias de pessoas jurídicas de direito privado não financeiras de grande porte baixo risco de crédito	27.837.892	34.942.509
Garantias das Instituições financeiras ou demais Instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen	17.575.309	17.487.153
Total	82.166.247	87.798.166

⁽¹⁾ A utilização deste mitigador é restrita a operações de crédito aprovadas até 08/02/2018, conforme Resolução BCB nº 232/2022.

e) Exposição dos Ativos Financeiros ao Risco de Crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de crédito total apurada com base em metodologia padronizada (RWA_{CPAD}), sem a aplicação de mitigadores de risco ou de Fatores de Conversão em Crédito (FCC) e Fatores de Exposição Potencial Futura (FEPP).

	2025	2024
Itens contabilizados no balanço patrimonial		
Ativo Realizável		
Disponibilidades	30.037	19.428
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	34.775.529	40.083.819
Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	245.466.846	228.963.369
Relações Interfinanceiras	258.503.434	221.111.208
Operações de Crédito	350.071.972	325.836.617
Outros Créditos	70.176.384	21.407.104
Outros Valores e Bens	884.946	1.099.214
Permanente		
Investimentos	1.954.279	2.203.700
Imobilizado de uso e Outros investimentos	152.593	93.998
Intangível	4.068	5.807
Itens não contabilizados no balanço patrimonial (Off balance)		
Saldos a Liberar	101.005.428	105.331.178
Limite de Crédito	141.460.105	157.673.255
Garantias Financeiras	815.546	423.000
Compromissos de Investimento	3.386.510	-
Outros	50.469.203	-
(+) Risco de Crédito da contraparte	-	43.067.693
(-) Não exposição	(189.186.338)	(153.025.437)
Total da Exposição considerada no RWA_{CPAD}	1.069.970.542	994.293.953

A divulgação da concentração de riscos de ativos financeiros com exposição ao risco de crédito está apresentada na Nota Explicativa nº 4.6.

A reconciliação das perdas de crédito esperadas segregadas em estágios está apresentada na Nota Explicativa nº 6.4.

25.1.5. Risco Social, Ambiental e Climático

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)¹ do BNDES é composta por princípios e diretrizes que orientam sua atuação na promoção da sustentabilidade. Nela, o conceito de responsabilidade social, ambiental e climática é definido como valorizar e integrar as dimensões social, ambiental e climática em sua governança, estratégia, políticas, práticas, procedimentos, produtos, atividades e relacionamentos, com vistas ao desenvolvimento sustentável e inclusivo. Seus princípios abrangem temas como “Desenvolvimento sustentável”, “Direitos humanos”, “Ética e transparência”, além de “Alinhamento com normas e políticas públicas” pertinentes — inclusive aquelas decorrentes de pactos e acordos internacionais — que promovam o desenvolvimento sustentável, a redução das desigualdades sociais e regionais, o combate à pobreza, a transição justa e sustentável para uma economia neutra em carbono e a conservação da natureza. Entre esses acordos ou compromissos multilaterais, destacam-se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Agenda 2030), bem como os compromissos climáticos e de biodiversidade assumidos pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris e do Marco Global da Diversidade Biológica de Kunming-Montreal.

A PRSAC se desdobra e concretiza por meio de diversas atuações do Banco e por intermédio de outros normativos. No que tange à gestão socioambiental e climática das operações, há um regulamento interno que estabelece abordagem integrada das dimensões econômica, social, ambiental e climática no processo de concessão de apoio financeiro a operações do mercado de capitais, a operações diretas, indiretas não automáticas e mistas, bem como o apoio à exportação de bens e serviços. Essas operações são classificadas, em uma escala de três níveis (“A, B, C”), para cada um dos seguintes riscos: social, ambiental, socioambiental, climático físico² e climático de transição³. Operações de maior risco estão sujeitas a procedimentos mais detalhados de diligência e acompanhamento, relativos ao tratamento de potenciais impactos sociais e ambientais e à análise de vulnerabilidades para possíveis ameaças climáticas, além da avaliação do sistema de gestão socioambiental e climática dos clientes.

Por sua vez, para as operações indiretas automáticas, a avaliação de risco socioambiental e climático é realizada pelo agente financeiro intermediário, observando-se a regulamentação vigente, cabendo ao BNDES realizar a avaliação de conformidade dessas operações por amostragem, de modo a verificar o cumprimento de obrigações por esses agentes.

Para mais informação acesse a PRSAC e seus instrumentos no site:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel/o-que-nos-orienta/prsac-e-seus-instrumentos/prsac-e-instrumentos>

¹ Lançada em 2010, com princípios e diretrizes que pautam a atuação do BNDES na temática SAC, a Política já passou por quatro revisões: em 2014, para adequação à Resolução CMN n.º 4.327/2014; em 2019, conforme previsto na referida resolução, com consulta a partes interessadas (146 contribuições de diferentes segmentos da sociedade: academia, empresas privadas, instituições públicas e sociedade civil); e, em 2022, para adequação à Res CMN n.º 4.945/2021 e em 2025 para atualização de sua redação frente aos desafios do desenvolvimento sustentável atinentes à atuação do BNDES e em respeito a prazo estabelecido na CMN 4945/2021 para sua revisão, que resultou na versão atualmente vigente, disponível em: PRSAC e seus instrumentos – BNDES..

² Risco climático físico é a possibilidade da ocorrência de perdas associadas a intempéries ou alterações ambientais a longo prazo causadas por mudanças em padrões climáticos.

³ A classificação do risco climático foi iniciada nas operações que foram protocoladas no Sistema BNDES a partir de 26/07/2024. Risco climático de transição é a possibilidade de perdas associadas à necessidade de adequação das empresas à transição para uma economia de baixo carbono.

25.2. Apuração dos requisitos de capital

25.2.1. Requerimentos mínimos de capital

O quadro a seguir mostra os requerimentos mínimos de capital introduzidos pela Resolução CMN n.º 4.958/2021.

	Fórmulas	2025	2024
I- Fator "F" do PR	PR / RWA	8,0%	8,0%
Capital Principal	Capital Principal / RWA	4,5%	4,5%
Nível I	Nível I / RWA	6,0%	6,0%
II- Adicional de Capital Principal (ACP)	ACP / RWA	2,5%	2,5%
Conservação	ACP Conservação / RWA	2,5%	2,5%
Contracíclico	ACP Contracíclico / RWA	0,0%	0,0%
Fator "F" do PR + ACP	(PR + ACP) / RWA	10,5%	10,5%
Capital Principal + ACP	(Capital Principal + ACP) / RWA	7,0%	7,0%
Nível I + ACP	(Nível I + ACP) / RWA	8,5%	8,5%

25.2.2. Mensuração do Capital Regulamentar

CAPITAL REGULAMENTAR – Conglomerado Prudencial	2025	2024
Patrimônio de Referência (PR)	199.853.582	191.102.900
Nível I	178.781.989	164.763.408
Capital Principal	178.781.989	164.763.408
Patrimônio Líquido	172.011.238	158.441.043
Instrumentos Elegíveis ao Capital Principal	8.731.759	8.731.759
Ajustes Prudenciais	(1.961.008)	(2.409.394)
Ágios Pagos	(3.398)	(3.884)
Ativos Intangíveis	(4.068)	(5.807)
Créditos Tributários de Prejuízo Fiscal e Relacionados à CSLL	(1.025.522)	-
Diferença a Menor – Ajustes da Resolução 4.277/13	(928.020)	(2.399.703)
Nível II	21.071.593	26.339.492
Dívidas subordinadas – FAT constitucional ⁽¹⁾	21.071.593	26.339.492

⁽¹⁾ Conforme artigo 31 da Resolução CMN n.º 4.955/2021, os recursos do FAT Constitucional reconhecidos no PR em 2025 correspondem à aplicação do limitador de 40% sobre o valor computado no Nível II em 30/06/2018.

	2025	2024
Total dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) ⁽¹⁾	791.650.899	676.591.904
Risco de crédito (RWA _{CPAD})	670.400.201	573.470.487
Risco de mercado (RWA _{MPAD})	70.333.892	32.803.666
Risco operacional (RWA _{OPAD})	50.916.806	70.317.751

⁽¹⁾ Apuração conforme Circular CMN n.º 4.958/2021 e alterações.

	2025	2024
Risco da Carteira Bancária (IRRBB)	3.173.636	5.243.498

	2025	2024
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) ⁽¹⁾	63.332.072	54.127.352
Margem de Compatibilização do PR (PR - PRMR - IRRBB)	133.347.874	131.732.050
Adicional de Capital Principal (ACP)	20.312.301	16.920.829
ACP Conservação ⁽²⁾	19.791.272	16.914.798
ACP Contracíclico ⁽³⁾	521.029	6.031

⁽¹⁾ Corresponde à aplicação ao RWA do fator de 8,00%, conforme art. 4º da Resolução CMN n.º 4.958/2021.

⁽²⁾ Resulta da aplicação de 2,5% ao montante RWA, a partir de 1º de abril de 2022, conforme § 4º do art. 8º da Resolução CMN n.º 4.958/2021.

⁽³⁾ Apuração conforme Circular CMN n.º 3.769/2015. Fica limitado ao percentual máximo de 2,5% em relação ao montante RWA, conforme § 6º do art. 8º da Resolução CMN n.º 4.958/2021.

Índices	2025	2024
Índice de Basileia (IB)	25,25%	28,24%
Índice de Capital Nível 1 (IN1)	22,58%	24,35%
Índice de Capital Principal (ICP)	22,58%	24,35%
Razão de Alavancagem (RA)	16,12%	16,69%

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

26.1. Gestão de fundos e programas

Delegado pelo Governo Federal, o BNDES exerce papel de administrador, gestor ou agente operador dos fundos relacionados nos quadros a seguir.

26.1.1. Fundos e Programas com valores mantidos ou aplicados pelo BNDES

O quadro apresenta os recursos sob gestão do BNDES, aplicados em operações de crédito com risco do BNDES ou risco do próprio fundo, em operações de títulos e valores mobiliários junto ao BNDES, os recursos mantidos em disponibilidade, além de outros ativos.

	2025	2024
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC)	29.204.514	13.772.287
Fundo Garantidor para Investimentos – Programa emergencial de acesso a crédito (FGI-PEAC)	22.764.821	21.489.287
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	20.290.427	22.013.194
Fundo Social (FS)	17.786.741	20.143.750
Programa BNDES Liquidação de Dívidas Rurais (MP 1.314/25)	12.088.841	-
Fundo Amazônia (FA)	6.691.391	5.831.384
Programa Renova Frota (MP 1.328/25)	6.006.618	-
Fundo Nacional de Investimento em Infraestrutura Social (FIIS)	5.024.864	-
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST)	4.711.396	3.538.970
Fundo Rio Doce (FRDC)	4.322.971	-
Fundo de Amparo ao Trabalhador - Depósitos Especiais (FAT-DE)	3.476.513	4.056.194
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	3.460.769	3.591.290
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	1.936.690	1.736.822
Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTEL)	1.391.579	1.211.543
Fundo Garantidor para Investimentos - Crédito Solidário RS (FGI - PEACRS)	1.102.665	1.092.284
Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra	1.045.227	1.010.429
Fundo Garantidor BNDES SEBRAE (FGBS)	800.187	126.875
Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (FNDIT)	765.413	-
Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização (FRD)	384.213	336.165
Programa Eco Invest Brasil (FNMC)	369.036	-
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	39.077	-
Programa Emergencial de Suporte a Empregos (PESE)	24.857	-
Programa Emergencial de Acesso a Crédito (PEAC)	2.398	-
Fundo Nacional para Repartição de Benefícios (FNRB)	-	9.718
Total	143.691.208	99.960.192

26.1.2. Ativos de fundos não aplicados no BNDES

Os fundos relacionados têm seus recursos mantidos na Conta Única do Tesouro. Os títulos e valores mobiliários mantidos na carteira do Fundo de Garantia à Exportação não possuem gestão ativa do BNDES. Tais títulos foram transferidos pela União ao FGE.

Ativos dos Fundos	2025	2024
Fundo de Garantia à Exportação (FGE)	56.377.621	52.575.150
Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade (FGPC)	35.923	29.098
Total	56.413.544	52.604.248

26.1.3. Outros fundos

O BNDES foi designado como gestor do Fundo Nacional de Desestatização – FND, por determinação do Decreto n.º 99.464/1990, tendo a Lei n.º 9.491/1997 mantido essa determinação, enumerando inclusive, suas competências e atribuições no que concerne ao Programa Nacional de Desestatização - PND. O FND é um fundo contábil constituído, a título de depósito das ações ou cotas de propriedade direta ou indiretas da União emitidas por sociedades que tenham sido incluídas no PND, inclusive por participações minoritárias detidas pela União, direta e indiretamente, incluídas no PND.

26.1.4. Receitas de comissões e taxas dos fundos no BNDES

	2025	2024
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	650.523	677.452
Fundo Garantidor para Investimentos – Programa emergencial de acesso a crédito (FGI-PEAC)	219.503	213.748
Fundo Rio Doce (FRDC)	116.538	-
Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC)	61.068	30.685
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	19.976	18.676
Fundo Nacional de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico (FNDIT)	11.007	-
Fundo Garantidor para Investimentos - Crédito Solidário RS (FGI - PEACRS)	10.796	4.287
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	5.880	2.162
Fundo Garantidor BNDES SEBRAE (FGBS)	3.385	184
Outras	1.659	266
Total	1.100.335	947.460

As receitas de comissões e taxas dos fundos são registradas na rubrica de “Rendas com administração de fundos e programas” nas Demonstrações dos Resultados.

26.2. Acordo de Leniência entre o Ministério Público Federal e a J&F Investimentos S.A.

Em 05 de junho de 2017 foi firmado Acordo de Leniência entre o Ministério Público Federal (MPF), por sua atuação nas operações “Greenfield”, “Sépsis”, “Cui Bono” (Lava Jato) e “Carne Fraca”, e a J&F Investimentos S.A., como colaboradora, cujo objeto foram condutas ilícitas praticadas pela J&F Investimentos S.A.

Neste acordo está estabelecido que a J&F Investimentos S.A. deverá pagar, a título de multa e valor mínimo de ressarcimento, no prazo de 25 anos às entidades indicadas no Acordo de Leniência, o total de R\$ 10.300.000, devendo ser destinado ao BNDES, como uma das entidades consideradas lesadas pelo MPF, o montante de R\$ 1.750.000. O pagamento dos valores totais (R\$ 10.300.000) está previsto para ser realizado da seguinte forma: cinco parcelas semestrais, no valor de R\$ 50.000, com vencimento inicial em 1º de dezembro de 2017 e, em seguida, outras 22 parcelas anuais que cubram o saldo devedor, com vencimento a partir de 1º de dezembro de 2020. O total recebido pelo BNDES até 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 133.087, desse montante, R\$ 83.284, referente à 1ª parcela anual, de um total de 22 parcelas previstas no Acordo, foi recebido durante o exercício de 2020. Até 31 de dezembro de 2025 e nos anos entre 2021 e 2024, o BNDES não recebeu os depósitos em sua própria conta referente à 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª parcela anual, de um total de 22 parcelas previstas no Acordo. Adicionalmente, há depósito judicial de R\$ 3.755 realizado em 2020 cujo requerimento do alvará de levantamento foi solicitado e depende do respectivo deferimento para o efetivo recebimento pelo BNDES.

Em 09/02/2022, o Conselho Institucional do Ministério Público Federal (CIMPf) rejeitou o recurso apresentado pela J&F, para renegociar a redução dos valores totais (R\$ 10.300.000) que deve ser pago pela companhia em multas e investimentos em projetos sociais, no âmbito do Acordo de Leniência assinado com o MPF em 2017. Tal pedido já havia sido negado pela Câmara de Combate à Corrupção do MPF.

Em 19/12/2023, o Ministro relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF) proferiu decisão de caráter liminar em favor da J&F para autorizar: i) a suspensão das obrigações pecuniárias decorrentes do Acordo de Leniência, ii) a suspensão de todos os negócios jurídicos de caráter patrimonial decorrentes do ajuste, e iii) a reavaliação dos anexos do acordo junto à CGU. O Procurador-geral da República, em 05/02/2024, apresentou recurso contra essa decisão.

Adicionalmente, em 11/11/2025, foi exarada sentença de procedência em parte do pedido revisional formulado pela J&F contra o MPF, declarando a nulidade da cláusula penal do acordo de leniência e determinando sua revisão conforme critérios da época e com as deduções pertinentes.

As decisões ainda são provisórias, no âmbito administrativo e judicial. O BNDES não é parte, mas está acompanhando a evolução dos procedimentos judiciais e administrativos.

Após avaliação da situação fática atual, dos termos do acordo, e considerando as características nele previstas, em que há hipóteses nas quais o recebimento dos valores previstos não está expressamente garantido, gerando, portanto, incertezas quanto à futura exequibilidade e exigibilidade do acordo e considerável possibilidade de o BNDES vir a não ter mais assegurado o direito ao recebimento dos valores, a administração está tratando esse ativo como “ativo contingente”, nos termos do IAS 37. Os valores efetivamente recebidos pelo BNDES estão sendo registrados como receita no período em que ocorrem, a título de multa.

Conforme previsto no IAS 37, os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados. Uma vez que a entrada dos benefícios econômicos seja praticamente certa, estes devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrer essa mudança de estimativa.

26.3. Agenda ASG

O compromisso com o desenvolvimento sustentável, com a economia verde, desenvolvimento socioambiental e governança está expresso em nossa visão, e guia a estratégia e as operações do Banco. A gestão de aspectos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG), correspondente em inglês “ESG”: *Environmental, Social and Governance*, inclui fatores sociais, de transparência, de relacionamento e climáticos, e nossa atuação está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

O Banco incorpora em suas políticas o comprometimento socioambiental e com a agenda ASG. As atividades e empreendimentos não apoiáveis contemplam avanços em setores críticos em termos de risco socioambiental. A lista com as atividades, empreendimentos e itens não passíveis de apoio pelo BNDES pode ser consultada em <https://bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/lista-exclusao-atividades-e-itens-nao-apoiaveis-pelo-bndes>.

Mais informações sobre a agenda ASG no BNDES podem ser consultadas no Relatório da Administração, Relatório anual e no endereço eletrônico: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/desenvolvimento-sustentavel>.

27. RECONCILIAÇÃO ENTRE OS PADRÕES CONTÁBEIS

O quadro a seguir apresenta a reconciliação entre os itens do Patrimônio Líquido divulgados nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas do BNDES de acordo com as práticas contábeis reguladas pelo Bacen e CMN ("Padrão Cosif") e aquelas divulgadas pelo BNDES nestas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB ("Padrão IFRS").

	2025			2024	
	Lucro líquido do exercício	Outros Resultados Abrangentes (ORA)	Resultados acumulados não apropriados	Patrimônio líquido	Patrimônio líquido
Padrão Cosif	25.571.645	23.069.696	(4.347)	172.011.238	158.441.042
Ajustes de práticas contábeis:					
(a) Instrumentos elegíveis ao capital principal	354.601	-	(354.601)	8.731.760	8.731.760
Perda por redução do valor recuperável	(5.067.192)	14.886.822	(9.780.824)	38.806	5.124.090
(b) Baixas da carteira de crédito	(5.629.379)	-	5.629.379	-	5.629.379
(c) Operações da carteira de crédito	755.048	-	(716.242)	38.806	(801.967)
(d) Ações DPV no escopo da IAS 39	-	15.398.966	(15.398.966)	-	-
(e) Outros instrumentos financeiros no escopo da IFRS 9	(192.861)	(512.144)	705.005	-	296.678
(f) Ajuste a valor Justo de debêntures VJR	298.352	-	(298.352)	-	-
(g) Alienação de ações não coligadas	288.051	-	(288.051)	-	-
(h) Participações em coligadas	485	-	1.456	1.941	1.456
(i) Ajustes da taxa efetiva de juros	57.717	-	(57.717)	-	(57.717)
(j) Arrendamento mercantil	(934)	-	934	-	(9.479)
Outros ajustes	-	315.957	(315.957)	-	-
Efeito tributário sobre os ajustes de práticas contábeis	971.280	(5.461.980)	4.474.977	(15.723)	(1.499.948)
Lucro líquido do exercício no padrão IFRS			22.474.005		
Destinação do resultado societário			(25.571.645)		
Padrão IFRS	22.474.005	32.810.495	(9.720.122)	180.768.022	170.731.204
Total de ajustes no Padrão IFRS	(3.097.640)	9.740.799	(9.715.775)	8.756.784	12.290.162

a) Segundo o Padrão IFRS, determinados instrumentos de dívida são classificados no patrimônio líquido, entretanto, o Bacen, por meio do Ofício BCB/Desup n.º 6323/2015, determinou que tais instrumentos sejam apresentados e divulgados como item do passivo no Padrão Cosif. Desta forma, o BNDES reclassifica os juros dos instrumentos elegíveis ao capital principal do resultado no Padrão Cosif registrando diretamente em Lucros acumulados visto que são considerados como remuneração do capital próprio para o Padrão IFRS.

b) O critério para baixa dos ativos financeiros no Padrão IFRS (IFRS 9 – Instrumentos Financeiros) levava em consideração expectativas de recuperação, enquanto no Padrão Cosif, para operações da carteira de crédito (Resolução CMN 2.682/1999), o tempo de atraso era o fator determinante para a não manutenção do ativo no Balanço. A partir de 1º de janeiro de 2025 não há mais diferença de prática devido a adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021. Sendo assim, no primeiro semestre de 2025 o saldo total destas operações foi baixado para resultado.

c) Ajuste de prática contábil decorrente das diferentes metodologias de apuração de "Perda por redução ao valor recuperável" para operações da carteira de crédito. O Padrão IFRS (IFRS 9 – Instrumentos Financeiros) aplica uma abordagem de redução ao valor recuperável de ativos financeiros baseada no modelo de três estágios, enquanto o Padrão Cosif até 31 de dezembro de 2024 (Resolução CMN 2.682/1999) estabelecia a sistemática para a constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa através da definição de classes de risco para créditos em situação de adimplência e de inadimplência e respectivos percentuais. A partir de 1º de janeiro de 2025 não há mais diferença de prática devido a adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021.

d) Ajuste de prática contábil decorrente das diferentes metodologias de cálculo da "Perda por redução ao valor recuperável" de ações classificadas como disponíveis para venda (DPV) no Padrão IFRS dentro do escopo da IAS 39 – Instrumentos Financeiros. Até 31 de dezembro de 2017 o Padrão IFRS determinava o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável no resultado, utilizando conceito de perdas atrelado ao declínio significativo ou prolongado do valor do ativo, enquanto no Padrão Cosif, (i) a Circular Bacen n.º 3.068/2001 determina o reconhecimento da perda utilizando o conceito de perdas de caráter permanente e (ii) a Resolução CMN n.º 4.175 prevê que a perda apurada com determinadas ações permaneça em ORA e transite pelo resultado apenas quando de sua realização.

- e) Ajuste de prática contábil decorrente das diferentes metodologias de apuração de “Perda por redução ao valor recuperável” para títulos e valores mobiliários no Padrão IFRS dentro do escopo da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Conforme o Padrão Cosif até 31 de dezembro de 2024 (Circular Bacen n.º 3.068/2001) as perdas consideradas de caráter permanente eram reconhecidas no resultado do período, enquanto de acordo com o Padrão IFRS (IFRS 9 - Instrumentos Financeiros) o conceito de perda permanente (i) não se aplica para instrumentos patrimoniais e debêntures classificadas na categoria designada ao VJR, e (ii) segue a metodologia de apuração de “Perda por redução ao valor recuperável” descrita no item (c) acima.
- f) Segundo a IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, o BNDES classifica determinadas debêntures na categoria “Designada ao Valor Justo por Meio de Resultado” e reconhece o Ajuste a Valor Justo (“AVJ”) da parcela de renda fixa no resultado do período. De acordo com o Padrão Cosif até 31 de dezembro de 2024, tais debêntures eram classificadas na categoria “Disponível para Venda”, sendo o AVJ reconhecido como ORA, dado que a Circular Bacen n.º 3.068/2001 não previa a categoria “Designado ao Valor Justo por Meio de Resultado”.
- g) A partir da adoção do IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, no Padrão IFRS o ganho/perda na alienação de ações avaliadas ao “valor justo por meio de outros resultados abrangentes” é reconhecido diretamente em lucros acumulados, enquanto no Padrão Cosif o ganho/perda com tais operações era reconhecido no resultado do período em que ocorriam, porém, a partir de 1º de janeiro de 2025, com a adoção da Resolução CMN n.º 4.966/2021, o ganho/perda na alienação de ações no Padrão Cosif também passa a ser reconhecido em lucros acumulados.
- h) A partir de 1º de janeiro de 2022 o ganho na compra vantajosa apurado na aquisição de coligadas, que no Padrão IFRS já era reconhecido no resultado do período seguindo o IFRS 3 – Combinação de Negócios, passou a ter o mesmo tratamento no Padrão Cosif mediante a entrada em vigor da Resolução CMN n.º 4.817/ 2020.
- i) No Padrão IFRS, as receitas incrementais e diretamente atribuíveis à originação do crédito são incluídas no cálculo do custo amortizado e diferidas ao longo do período do contrato em vez do reconhecimento imediato no resultado pelo Padrão Cosif até 31 de dezembro de 2024.
- j) Ajuste de prática decorrente da adoção a partir de 1º de janeiro de 2019 do IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, sendo que, não há mais diferença de prática a partir de 1º de janeiro de 2025, com a adoção da Resolução CMN n.º 4.975/2021.

28. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

AXIA Energia

Em dezembro de 2025 a Axia promoveu a distribuição do saldo da sua reserva de lucros na forma de bonificação de ações entregues a seus acionistas, tendo criado duas novas classes de ações preferenciais para esse fim: ações PNC e ações resgatáveis PNR. Nesse contexto, BNDES e sua subsidiária BNDESPAR receberam o total de 48.219 mil novas ações PNC e 36.954 mil ações PNR, ao valor de R\$ 2.383.950 e R\$ 48.020 respectivamente, reconhecido na rubrica “Outros resultados com participações societárias” da demonstração do resultado de exercício. Demais condições e efeitos estão apresentados na Nota Explicativa n.º 7.2.

JBS

Conforme Fato Relevante divulgado em 23 de maio de 2025, os acionistas da JBS S.A. aprovaram a operação que resultou na dupla listagem de suas ações na bolsa de valores no Brasil e nos Estados Unidos (“Dupla listagem”).

A efetivação da Dupla Listagem ocorreu em 06 de junho de 2025, através da incorporação das ações da JBS S.A. pela JBS N.V., considerando a relação de troca de 2:1, ou seja: cada 2 (duas) ações ordinárias da JBS S.A. foram convertidas em 1 (um) BDR, cada qual lastreado em 1 (uma) Class A Share (ação ordinária classe A) da JBS N.V.

Demais condições e efeitos reconhecidos na subsidiária BNDESPAR estão apresentados na Nota Explicativa n.º 7.2: JBS – Dupla listagem.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Remuneração da Petrobras

Em comunicado ao mercado no dia 5 de março de 2026, a Petrobras informou que seu Conselho de Administração autorizou o encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, prevista para 16 de abril de 2026, da proposta de distribuição de remuneração aos acionistas, no valor de R\$ 0,62622908 por ação ordinária e preferencial, relativa ao quarto trimestre de 2025.

Os proventos serão integralmente pagos sob a forma de juros sobre capital próprio da seguinte maneira: i) primeira parcela, no valor de R\$ 0,31311454, em 20 de maio de 2026; e ii) segunda parcela, no valor de R\$ 0,31311454, em 22 de junho de 2026.

Considerando as quantidades de ações detidas pelo BNDES e sua subsidiária integral BNDESPAR em 31/12/2025, o valor total estimado de juros sobre capital próprio a receber perfaz R\$ 648.434, sendo R\$ 84.696 sobre as ações de propriedade do BNDES e R\$ 563.738 sobre as ações detidas pela BNDESPAR.

30. CRITÉRIOS DE CONSOLIDAÇÃO

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas segundo a natureza de cada saldo, refletindo, no entanto, as seguintes eliminações:

- (i) participações no capital, reservas e resultados acumulados mantidos entre as instituições;
- (ii) operações entre o BNDES e suas subsidiárias e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as instituições;
- (iii) receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as instituições; e
- (iv) tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentado como tributos diferidos nos balanços patrimoniais consolidados.

31. PRÁTICAS CONTÁBEIS E ESTIMATIVAS GERAIS SIGNIFICATIVAS

As práticas contábeis adotadas pelo BNDES são aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras e de maneira uniforme a todas as entidades do Sistema BNDES.

A seguir são apresentadas as práticas contábeis e estimativas gerais consideradas significativas pela Administração do BNDES.

31.1. Instrumentos Financeiros

31.1.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos quando o BNDES se torna parte ativa das disposições contratuais do instrumento. Eles são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou pelo valor justo por meio do resultado baseado nos modelos de negócio do BNDES para a gestão e na avaliação das características contratuais do fluxo de caixa desses instrumentos.

a) Classificação e mensuração de ativos financeiros

Avaliação do modelo de negócios para gestão dos fluxos de caixa

O BNDES determina seus modelos de negócios para a gestão de seus ativos financeiros no nível que melhor reflete a forma como os portfólios de ativos financeiros são administrados para atingir os objetivos do negócio.

O documento contendo o Modelo de Negócios do Sistema BNDES (aprovado pelo seu Conselho de Administração) apresenta as quatro categorias definidas da seguinte maneira:

- **Modelo de Negócio 1 (MN1): Manter para coletar somente fluxos de caixa contratuais**

Estão contidos neste modelo os ativos financeiros de renda fixa cuja gestão está baseada na coleta de fluxos de caixa contratuais objetivando carregar esses instrumentos até os seus vencimentos. As vendas serão incidentais a este objetivo e serão insignificantes.

Além disso, esses ativos foram comprovados por meio de avaliação realizada preventivamente como sendo compostos exclusivamente de principal e juros básicos de empréstimos ("teste de somente principal e juros - SPJ")..

- **Modelo de Negócio 2 (MN2): Manter tanto para coletar os fluxos de caixa contratuais quanto para vender**

Estão contidos neste modelo os ativos financeiros de renda fixa cuja gestão está baseada tanto no recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros antes do seu vencimento.

Além disso, esses ativos foram comprovados por meio de avaliação realizada preventivamente como sendo compostos exclusivamente de principal e juros básicos de empréstimos.

- **Modelo de Negócio 3 (MN3): Demais Modelos de Negócio para os instrumentos de renda fixa e derivativos**

Neste modelo de negócios são inseridos os ativos financeiros de renda fixa que falharam no teste de fluxos de caixa, os mantidos para negociação e os derivativos.

• Modelo de Negócio 4 (MN4): Demais Modelos de Negócio para os instrumentos de renda variável

Os ativos inseridos neste modelo são os investimentos em ações não coligadas e em cotas de fundos de investimentos em participações.

Quando a gestão desses instrumentos indicar que não sejam mantidos para negociação, o BNDES fará no seu reconhecimento inicial a escolha (irrevogável) de mensurá-los subsequentemente ao “Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes”. Com essa opção a Administração pretende mitigar o efeito das oscilações do valor justo desses instrumentos no resultado do período, considerando que se trata de investimentos a serem mantidos por longo prazo na avaliação da data da designação.

b) Categorias de mensuração dos ativos financeiros**(i) Custo amortizado**

Os ativos financeiros enquadrados no MN1 são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos e são apresentados líquidos da provisão para perdas de crédito esperadas associadas ao risco de crédito.

(ii) Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos financeiros enquadrados no MN2 são subsequentemente mensurados ao valor justo com a contrapartida em Outros resultados abrangentes.

Para os instrumentos de patrimônio designados para essa categoria, a mensuração subsequente foi realizada ao valor justo com os ganhos e perdas não realizados, oriundos de mudanças no valor justo desses instrumentos reconhecidos na conta “Outros Resultados Abrangentes”, e líquidos dos efeitos tributários. Quando o investimento é alienado, o ganho ou a perda acumulada será transferido dentro do Patrimônio Líquido (da rubrica “Outros Resultados Abrangentes” para “Resultados acumulados não apropriados”).

(iii) Ao valor justo por meio do resultado

Nesta categoria os ativos financeiros de renda fixa ou renda variável são registrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do exercício.

c) //Reclassificações de categorias dos ativos financeiros

Os ativos financeiros somente serão reclassificados quando o BNDES alterar o seu modelo de negócios para administrá-los.

d) Baixa dos ativos financeiros

Ativos financeiros são baixados somente quando:

- (i) não houver expectativas razoáveis de recuperação dos direitos contratuais sobre o recebimento dos fluxos de caixa. As recuperações subsequentes dos valores anteriormente baixados são contabilizadas como receita no resultado no exercício em que ocorrerem;
- (ii) Os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expirarem; ou
- (iii) O ativo financeiro for transferido a terceiros assim como os direitos contratuais de receber fluxos de caixa gerados por ele, sem retenção de riscos e benefícios associados ao ativo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve operações com retenção substancial dos riscos e benefícios que não se qualificasse para a baixa.

31.1.2 Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são reconhecidos quando o BNDES se torna parte passiva das disposições contratuais do instrumento.

b) Classificação e mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado ou ao valor justo.

c) Baixa dos passivos financeiros

Passivos financeiros são baixados quando suas obrigações são eliminadas, canceladas ou extintas.

31.1.3 Apresentação de instrumentos financeiros pela posição líquida entre ativos e passivos

Os ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor líquido somente quando o BNDES tem o direito legal e a intenção de compensar valores ativos com valores passivos e liquidar estes ativos e passivos por diferença ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

31.1.4 Derivativos

O BNDES, quando aplicável, utiliza derivativos com intuito de proteção, visando à adequação de sua composição de ativos e passivos financeiros, ao gerenciamento do perfil de produtos e ao atendimento de quaisquer outras finalidades alinhadas a seus objetivos institucionais, buscando-se a eficiência na gestão financeira. Não são utilizados derivativos para tomar posições de caráter especulativo, que gerem intencionalmente posições descobertas vinculadas a apostas direcionais.

A estratégia de proteção consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor justo ou de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo ou passivo financeiro.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data da contratação e são posteriormente mensurados pelo valor justo no final de cada período de relatório. Eventuais ganhos e perdas são reconhecidos imediatamente no resultado.

Um derivativo com valor justo positivo é reconhecido como ativo, enquanto um derivativo com valor justo negativo é reconhecido no passivo. Um derivativo é apresentado como ativo ou passivo não corrente se o prazo de vencimento remanescente do instrumento for superior a 12 meses e não se espera que seja realizado ou liquidado em um período mais curto.

Adicionalmente, o BNDES utiliza instrumentos financeiros que se enquadram na definição de derivativos embutidos, como parte de algumas operações de renda variável. Tais derivativos, por exemplo, opções de conversão/permuta de debêntures em ações, encontram-se embutidos em determinadas debêntures.

31.1.5 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O Sistema BNDES aplica na abordagem para redução ao valor recuperável baseada no modelo de três estágios conforme o aumento significativo de risco de crédito. Tal abordagem é aplicada aos instrumentos de renda fixa inseridos nas categorias custo amortizado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os compromissos de crédito e as garantias financeiras, quando emitidas. Para a aplicação dessa abordagem, o BNDES se baseia em informações razoáveis e suportáveis sobre eventos passados, condições atuais, previsões de eventos futuros e de condições econômicas e, dessa forma, determinar se houve aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial de seus instrumentos.

a) Determinação dos estágios e do aumento significativo no risco de crédito

A abordagem de estágios da provisão para perda esperada de crédito é baseada na mudança na qualidade de crédito dos ativos financeiros do BNDES desde o reconhecimento inicial.

Para isso, o BNDES dispõe de sistema interno de classificação de risco de crédito, e utiliza adicionalmente classificações externas de risco e informações prospectivas para avaliar a deterioração na qualidade de crédito de um instrumento financeiro. Uma deterioração deve ser considerada significativa quando é atribuído à exposição um *rating* a partir do qual não se espera que seja verificada uma recuperação dentro de um determinado período. Em outras palavras, quando uma operação tem seu *rating* rebaixado a um nível em que não se costuma verificar uma recuperação ao nível original, considera-se que houve aumento significativo do risco de crédito. Para estabelecer qual é o nível de risco limite para mudança de estágio, o BNDES realiza análise feita a partir da frequência histórica observada de migrações entre *ratings*.

O BNDES avalia se o risco de crédito aumentou significativamente de forma coletiva, de modo que os ativos financeiros são agrupados com base em classificações de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, o prazo remanescente, ramo, localização geográfica da contraparte, dentre outros fatores relevantes. Sendo assim, todas as operações são inicialmente classificadas no Estágio 1, e permanecem nesta situação enquanto não houver aumento significativo de risco de crédito. Caso haja aumento significativo de risco de crédito, na data da avaliação, os ativos serão migrados do Estágio 1 para o Estágio 2, e para isso, o BNDES utiliza dois critérios:

- i. *Downgrades* significativos no *rating* atribuído à operação, comparado ao do momento da concessão (desde que não continue sendo considerado como baixo risco de crédito); e
- ii. Operação com pagamentos vencidos há mais de 30 dias.

Para ativos classificados neste estágio, a provisão é calculada de acordo com um montante igual às perdas de crédito esperadas durante a vida útil do contrato.

Quando ocorre um ou mais eventos que tenham impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados de um ativo financeiro, o ativo financeiro é migrado para o Estágio 3, e uma provisão é apurada com base na capacidade de recuperação de crédito do ativo financeiro. São os seguintes os critérios de migração para esse estágio:

- Operação declarada pelo BNDES como ativo com problema de recuperação de crédito; ou
- Operação vencida há mais de 90 dias;

O BNDES utiliza, mas não se limita aos seguintes critérios para a declaração de ativo com problema de recuperação de crédito:

- A operação relativa à exposição seja reestruturada;
- O BNDES peça a falência ou tome providência similar em relação ao tomador;
- O tomador tenha falência decretada, recuperação judicial ou extrajudicial, ou atos similares;
- O tomador solicite ou sofra qualquer tipo de medida judicial que limite, atrase ou impeça o cumprimento de suas obrigações nas condições pactuadas;
- Diminuição significativa da liquidez do ativo financeiro associado à obrigação, devido à redução da capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações nas condições pactuadas;
- Descumprimento de cláusulas contratuais relevantes pela contraparte; ou
- Negociação de instrumentos financeiros de emissão da contraparte negociado com desconto significativo equivalente a 50% ou mais no valor de mercado do instrumento, que reflita perdas incorridas associadas ao risco de crédito e não as flutuações das taxas de juros sujeitas ao risco de mercado.

Considera-se reestruturação de instrumentos financeiros toda renegociação que ocorra em decorrência da deterioração da qualidade creditícia do tomador, do interveniente ou do instrumento mitigador, considerando também que:

- Uma operação será considerada reestruturada quando sofrer alteração de condições contratuais, cuja proposta encaminhada à alçada competente evidencie que os motivos das alterações, sejam elas aumento de prazo de carência, aumento de prazo para amortização e pagamento de juros (entre outros), estão relacionados a dificuldades financeiras do tomador, e, conseqüentemente, poderiam levar ao acionamento dos mecanismos de mitigação de risco, tais como avais, fianças e execução de garantias reais, e;
- Devido à natureza dos projetos apoiados pelo BNDES, alguns pedidos de renegociação de operações ocorrem em função de atrasos nas obras por questões de licenças (ambientais, de operação, dentre outras.), alteração da estrutura de garantias oferecida originalmente (como, por exemplo, substituição de fiança bancária por outros tipos de garantia, o que impacta no spread de risco do contrato) ou por dificuldades não previstas inicialmente. Nesses casos, dado que a alteração foi motivada por questões operacionais e não financeiras, a operação será considerada reestruturada.

O BNDES entende, portanto, que a definição de aumento significativo de crédito utilizada para migração entre os estágios é consistente com os seus modelos internos para gerenciamento de risco de crédito.

Eventualmente, o BNDES avalia de forma individual as operações classificadas no Estágio 3 com saldos significativos de modo a obter a melhor estimativa dos fluxos de caixa cujo recebimento seja esperado. Para isso, o BNDES exerce julgamentos quanto à situação financeira de um devedor e ao valor líquido realizável de qualquer garantia subjacente.

São considerados ativos financeiros com baixo risco de crédito e, portanto, permanecem no estágio 1, os títulos públicos de governos nacionais. Os títulos públicos federais emitidos no Brasil são considerados livres de risco e, dessa forma, não há provisionamento para perdas.

b) Retorno entre os estágios

Para que uma operação migre do Estágio 2 para o Estágio 1, basta que seu *rating* seja revisado para um nível acima (melhor) ao determinado como limite para migração ao Estágio 2; ou, caso utilizado o critério de 30 dias, se o atraso tiver sido regularizado.

A migração do Estágio 3 para os demais estágios ocorre quando a operação deixa de ser considerada como ativo com problemas de recuperação de crédito, cuja condição poderá ser alterada diante de evidência de retomada, pelo tomador, da capacidade de honrar novamente suas obrigações contratuais, devendo cumprir uma das seguintes condições:

- i. Inexistência de parcelas vencidas, inclusive encargos;
- ii. Manutenção de pagamento tempestivo de principal e de encargos por período suficiente para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações;
- iii. Cumprimento das demais obrigações contratuais por período suficiente para demonstrar que houve melhora significativa na capacidade financeira da contraparte de honrar suas obrigações; e
- iv. Evidências de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originalmente pactuadas ou modificadas, no caso de renegociação, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais.

A receita de juros é calculada sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros nos Estágios 1 e 2 e sobre o valor contábil líquido dos ativos financeiros no Estágio 3.

c) Mensuração das perdas de crédito esperadas

A mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas baseia-se principalmente no produto dos seguintes fatores:

(i) da probabilidade de inadimplência (PD), com base na classificação interna de risco de crédito do instrumento financeiro,

(ii) na perda dada a inadimplência (*Loss Given Default* - LGD) dos Estágios 1 e 2 (e eventuais estimativas individualizadas para as exposições relevantes no Estágio 3); e

(iii) na exposição à inadimplência (*Exposure at Default* - EAD).

(iv) O BNDES baseia seus parâmetros de risco de crédito (PD, LGD e Matrizes de Migração de ratings) em estimativas “throw the circle” e estas são ajustadas por fatores macroeconômicos de forma a gerarem estimativas “point-in-time – PIT” para fins de cálculo da perda esperada de crédito.

31.1.6 Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

O BNDES classifica a hierarquia de mensuração do valor justo de acordo com a relevância dos dados observados no processo de mensuração da seguinte maneira (a composição dos instrumentos por nível está apresentada na Nota Explicativa nº 4.3):

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que se possa ter acesso na data da mensuração. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é seu preço de mercado cotado na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se as transações ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Aplicado, por exemplo, para ações de empresas listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título, no mês de referência;

Nível 2: Técnicas de avaliação para as quais as informações (*inputs*) significativas são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no nível 1. Aplicado por exemplo para: a) ações listadas em bolsa, mas cujo preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação do título sofreu algum tipo de ajuste para o cálculo do valor justo, devido a fatores como, por exemplo, a baixa liquidez das ações; e b) ações de empresas de participações (*holding*) não listadas em bolsa, mas o principal ativo é representado por ações de empresas listadas em bolsa, para as quais o valor justo é baseado no preço médio de fechamento do último pregão em que houve negociação das ações integrantes do ativo da empresa, ajustado pelos demais ativos, passivos e por baixa liquidez, se for o caso; e

Nível 3: Técnicas de avaliação, para as quais, qualquer *input* significativo não se baseia em dados de mercado observáveis.

A necessidade de reclassificação entre os níveis da hierarquia de valor justo é verificada no encerramento de cada trimestre, ocasião na qual é verificado o nível de liquidez dos ativos financeiros, a disponibilidade de informações observáveis e, no caso dos ativos cuja precificação envolva informações (*inputs*) observáveis e não observáveis, a significância dos *inputs* não observáveis (análise de sensibilidade).

Para determinar o nível de liquidez dos ativos são considerados o volume financeiro médio e a frequência das negociações nos pregões mais recentes. No caso específico das debêntures, a disponibilidade de preço de referência Anbima é o fator determinante para classificação como Nível 1.

As estimativas de Valor Justo de Instrumentos Financeiros seguem uma governança estabelecida por normativos internos aderentes à Resolução CMN nº 4.277/2013, e atualizações posteriores, e resultam da aplicação de métodos de cálculo aprovados em Comitês específicos e documentados em formato de manual com processo contínuo de revisão.

As técnicas de avaliação específicas adotadas para valorizar os instrumentos financeiros utilizam preços de mercado ou cotações de instituições financeiras/corretoras para instrumentos similares, quando disponíveis. O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3 é mensurado por meio de modelos amplamente conhecidos, como Black-Scholes-Merton, e por modelos desenvolvidos e/ou adaptados internamente, como fluxo de caixa descontado (*Valuation/DCF*), múltiplos e Método de Monte Carlo.

Os principais dados não observáveis utilizados na mensuração de valor justo dos instrumentos financeiros classificados como nível 3 são:

- Ações avaliadas por múltiplos: demonstrações financeiras e seleção de indicadores relevantes e empresas pares do setor/subsetor/segmento;
- Ações avaliadas por fluxo de caixa descontado (*Valuation/DCF*): informações financeiras e operacionais das empresas avaliadas, projeções elaboradas internamente e pelas empresas avaliadas, curvas de spread de risco de crédito, volatilidades históricas para série de retornos de ações e estimativas elaboradas sobre fluxo de receitas de empresa;
- Debêntures: curvas de spread de risco de crédito;
- Venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis: curva atrelada ao indexador da operação (taxa prefixada, cupom de taxa de juros, cupom cambial, etc.) e curva de *spread* de risco de crédito de mesmo *rating* do instrumento financeiro avaliado.

Para fins de cálculo da sensibilidade apresentada na Nota explicativa nº 4.3.3., são adotadas as seguintes técnicas, quando aplicável:

- Debêntures simples: recálculo dos preços dos ativos aplicando choque na curva de spread de risco de crédito;
- Derivativos avaliados pelos modelos *Black-Scholes-Merton* e Método de Monte Carlo: estimativa do impacto da variação na volatilidade calculado por meio da grega vega (que mede a sensibilidade de uma opção à variável volatilidade); e
- Ações e Fundos sem liquidez: choque linear nos preços dos ativos.

Para as opções/derivativos cujo ativo-objeto não é negociado em bolsa de valores, não será atribuída nenhuma precificação a título de valor justo, podendo ser considerado o custo líquido ou valor nulo. São também mantidos a custo ou valor nulo os derivativos cujos ativos-objeto, para opções de compra, ou cuja contraparte, para opções de venda, sejam participações residuais em empresas extintas, baixadas, em situação problemática, com pedidos de falência e/ou recuperação judicial ou que já foram objeto de *impairment* total.

O valor justo de cada operação de *swap* é definido como a diferença entre os valores presentes estimados de suas pontas ativa e passiva. A estimativa de cada ponta consiste no cálculo de seus respectivos fluxos de caixa futuros - com base na taxa contratada da operação, no caso de ponta em taxa fixa, ou em projeções extraídas das curvas de mercado, no caso de ponta em taxa flutuante - trazidos a valor presente pelas curvas de mercado aplicáveis a cada operação.

As cotas de fundos de investimento são administradas por instituições financeiras privadas e são avaliadas pelos valores das cotas divulgadas pelo respectivo administrador na data-base das demonstrações financeiras.

O valor justo de empréstimos e demais instrumentos financeiros sujeitos a risco de crédito e que não possuem preço cotado em mercado ativo é apurado com base em modelo matemático de desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros extraídas das curvas de juros observadas no mercado para instrumentos similares, sendo usualmente uma composição de curvas de juros: uma curva atrelada ao indexador da operação (taxa prefixada, cupom de taxa de juros, cupom cambial etc.) composta com uma curva de *spread* de risco de crédito de mesmo *rating* do instrumento financeiro avaliado. Em casos em que não foi possível expandir os fluxos de caixa de um determinado contrato, o saldo líquido de provisão foi utilizado como *proxy* do valor justo.

O valor justo de debêntures e títulos de renda fixa no exterior, que não possuem preço cotado em mercado ativo, é apurado com base em modelo matemático de desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de juros extraídas das curvas de juros observadas no mercado para instrumentos similares, sendo usualmente uma composição de curvas de juros: uma curva de mercado atrelada ao indexador da operação (taxa prefixada, cupom de taxa de juros, cupom cambial, etc.) composta com uma curva de *spread* de risco de crédito de mesmo *rating* do instrumento financeiro avaliado quando aplicável.

Com relação às principais captações do BNDES, com o Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT, com a Secretaria do Tesouro Nacional, com fundos financeiros e de desenvolvimento e com instituições de desenvolvimento internacionais, cabe destacar que tais captações reúnem características próprias que permitem ao BNDES atender aos seus objetivos principais e preveem taxas, condições e prazos específicos, determinados pelos normativos aplicados a cada captação. Nesse sentido, os saldos contábeis das captações se aproximam dos seus valores justos, tanto no seu reconhecimento inicial, quanto em datas subsequentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 ocorreram as seguintes revisões metodológicas na mensuração de valor justo de instrumentos financeiros:

- revisão nos critérios de aplicação de múltiplos na avaliação de ações por metodologia de múltiplos, sem impacto significativo na mensuração para o BNDES; e
- nova metodologia de apuração de curvas de *spread* de risco de crédito, que passou a utilizar como insumo base de perdas do Sistema BNDES para alguns casos. Esta alteração metodológica não implicou em impacto significativo na mensuração de posições do BNDES.

31.2. Investimento em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre as quais é exercida influência significativa, entendida como o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas. A influência significativa é presumida quando se possui 20% ou mais do capital votante da investida.

A Administração entende que certas participações acionárias detidas, que representam mais de 20% do capital votante, não conferem influência significativa sobre tais entidades, em função, principalmente, da não participação na elaboração das políticas operacionais e financeiras da investida. Por outro lado, a Administração julgou exercer influência significativa em entidades nas quais detém menos de 20% do capital votante por influenciar as políticas operacionais e financeiras.

Os investimentos em empresas coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo. O valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação nas variações patrimoniais das investidas, ocorridas após sua aquisição. A participação nos lucros ou prejuízos de empresas coligadas é reconhecida no resultado, e a participação nos outros resultados abrangentes é reconhecida de forma reflexa diretamente no patrimônio líquido.

Os ganhos e as perdas por diluição ou por aumento do percentual de participação nas coligadas são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorrerem.

O investimento em coligadas inclui o ágio na aquisição, apurado pela diferença entre o valor pago (ou compromissos a pagar) e sua participação sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos. O ganho na compra vantajosa apurado na aquisição de coligada é reconhecido no resultado do período em que ocorrem.

Não há nenhuma restrição significativa que poderia limitar a capacidade das coligadas em transferir fundos para o BNDES na forma de dividendos ou efetuar pagamentos de créditos e/ou adiantamentos.

Quando a participação da subsidiária BNDESPAR nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo, que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a BNDESPAR não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a BNDESPAR não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

Para a aplicação do método de equivalência patrimonial o BNDES utiliza as informações das coligadas com defasagem de 60 (sessenta) dias, conforme permitido pela legislação societária e pronunciamentos contábeis, em razão da impraticabilidade do uso de informações de mesma data-base. Tal fato decorre das coligadas serem independentes do BNDES, possuindo contabilidade não integrada, e, consequentemente, cronogramas diversos de elaboração dos demonstrativos contábeis, o que impossibilita o fornecimento de informações tempestivas. Excepcionalmente uma defasagem maior ou menor pode ser utilizada.

31.3. Ativos Mantidos para Venda

O BNDES classifica como "Ativos Mantidos para Venda", o ativo não circulante cujo valor será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. A classificação nessa categoria é realizada apenas nos casos em que o ativo cumpre os seguintes requisitos, conforme contido no IFRS 5 - Ativo não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada:

- (i) está pronto para venda em suas condições atuais; e
- (ii) a venda é altamente provável e deve ocorrer em até um ano.

31.4. Informação por segmentos

O relatório de segmentos operacionais foi elaborado considerando os valores apurados conforme as práticas contábeis adotadas no BR GAAP, uma vez que a Administração utiliza estas informações para a análise dos negócios. A reconciliação entre as práticas contábeis em BR GAAP e as em IFRS e seus efeitos sobre os principais valores apresentados no relatório por segmentos está apresentada na Nota Explicativa nº 27.

O BNDES é um banco de desenvolvimento e o principal instrumento do Governo Federal para os financiamentos de longo prazo. Sua atuação se dá tanto de forma direta como por meio de suas subsidiárias integrais BNDESPAR e Finame. A BNDESPAR investe principalmente em instrumentos de renda variável, notadamente em participações societárias, enquanto a Finame atua no segmento de financiamentos, notadamente de máquinas e equipamentos via agentes financeiros intermediários, e de apoio direto à exportação de máquinas, equipamentos e serviços.

A estrutura administrativa do Sistema BNDES, que inclui o BNDES e suas subsidiárias integrais, é única e compartilhada, assim como sua estrutura de controles internos e de gestão de risco. As decisões estratégicas e de financiamento são temas geridos pelo Controlador, que utiliza a BNDESPAR e a Finame como instrumento de execução de sua missão, a depender do produto e da forma de apoio financeiro.

O BNDES define seus segmentos operacionais com base nos relatórios disponibilizados à Alta Administração para análise de desempenho e tomada de decisões estratégicas, considerando ainda a natureza das formas de apoio. Estas decisões competem, em última instância, à Diretoria que, atuando de forma colegiada, é responsável pela gestão dos segmentos de negócio.

Em 2025, visando aprimorar a informação do desempenho por unidade de negócios, foi revisada a metodologia de elaboração do resultado por segmento, sobretudo os critérios de alocação das despesas de captação, pessoal, administrativas e outras.

A nova abordagem passou a considerar o destaque dos “Custos Corporativos Não Alocados”, representado pelas despesas não diretamente atribuíveis aos segmentos de negócios e da “Remuneração do Acionista”, representado pelo custo de oportunidade do Patrimônio Líquido.

Os segmentos de negócio do BNDES são classificados em: (i) “Crédito e Serviços”; (ii) “Renda Variável”; (iii) “Tesouraria e ALM (gestão de recursos financeiros)”. Adicionalmente, passam a ser demonstrados, como citado anteriormente, os “Custos Corporativos Não Alocados” e a “Remuneração do Acionista”.

O apoio financeiro através de instrumentos de Crédito e Serviços compreende basicamente as operações com características de crédito, representadas, majoritariamente, por operações de crédito, repasses e debêntures, e inclui também a prestação de Serviços, relacionada à atuação em estruturação de projetos e ofertas públicas de Títulos e Valores Mobiliários – TVM. O resultado alocado a esse segmento compreende, principalmente, as receitas de juros e atualização monetária oriundas dos contratos de operações de crédito e repasses; da equalização dos créditos perante o Tesouro Nacional; da renda com administração de fundos e programas; das comissões e encargos; e das debêntures detidas pelo BNDES e pela BNDESPAR.

O apoio financeiro através de operações de Renda Variável engloba o resultado com participações societárias, incluindo resultado com alienações, receita com dividendos/JCP de não coligadas, equivalência patrimonial de coligadas, resultado com fundos de renda variável, resultado com derivativos de renda variável e despesa com provisão para perdas em investimentos – *impairment*). O segmento abrange tanto investimentos em sociedades coligadas (sobre as quais existe influência significativa) quanto empresas não coligadas, mensuradas ao valor justo (sobre as quais não há influência significativa) e fundos de investimentos. Este segmento é substancialmente operado pela BNDESPAR, embora o BNDES também possua uma carteira de participações em não coligadas. É importante mencionar que as receitas geradas pela carteira de Renda Variável não são incluídas no grupo do “Resultado Bruto de Intermediação Financeira”, mas sim na rubrica “Resultado com Participações Societárias”.

O segmento de Tesouraria e ALM representa (i) o gerenciamento das disponibilidades financeiras, compostas majoritariamente por títulos públicos federais e aplicações em DI; e (ii) a gestão integrada de ativos e passivos financeiros (ALM – *Asset Liability Management*), que inclui as atividades de captação de recursos e alocação de *funding* entre os segmentos de negócio, assim como os efeitos de descasamentos e derivativos. O efeito da variação cambial em cada rubrica de receita e despesa de intermediação financeira, inclusive na provisão para risco de crédito, é isolado e alocado ao segmento de “ALM”, responsável, entre outras atribuições, pela gestão das exposições cambiais do Sistema BNDES.

Os Custos Corporativos Não Alocados representam as despesas com pessoal, administrativas e outras despesas não alocadas diretamente a nenhum segmento de negócios.

A Remuneração do Acionista é calculada gerencialmente através da aplicação da Taxa Selic sobre o Patrimônio Líquido médio e o custo de oportunidade correspondente é alocado aos segmentos de Renda Variável e Tesouraria e ALM.

O desempenho dos segmentos é avaliado com base na diferença entre as receitas e despesas a eles atribuídas, incluindo os respectivos efeitos tributários.

As despesas de captação alocadas aos segmentos operacionais observam as seguintes premissas:

- Segmento “Crédito e Serviços”: custo financeiro considerando os valores efetivamente cobrados ao cliente em cada operação. O resultado da intermediação financeira deste segmento corresponde ao *spread* total (básico e de risco) gerado pelas respectivas carteiras, além das receitas com tarifas, comissões e serviços.
- Segmento “Renda Variável”: custo financeiro alocado gerencialmente corresponde à taxa Selic aplicada sobre o saldo médio mensal da carteira, com contrapartida em receita de Remuneração do Acionista.

• Segmento "Tesouraria e ALM": custo financeiro alocado gerencialmente corresponde à taxa Selic aplicada sobre o saldo médio mensal do Patrimônio Líquido não alocado ao segmento de Renda Variável, com contrapartida em receita de Remuneração do Acionista. Cabe ainda ao ALM a responsabilidade pela gestão dos descasamentos entre fontes e usos de recursos, ou seja, pela diferença entre o custo cobrado ao cliente e o custo efetivo das fontes de captação do BNDES.

As despesas atribuíveis diretamente aos segmentos são alocadas de acordo com as premissas definidas em modelo de custos e os Custos Corporativos Não Alocados incluem essencialmente despesas das áreas de *back* e *middle* office que não sejam atribuíveis diretamente aos negócios.

A apuração dos tributos do segmento de Renda Variável é feita com base no resultado tributável e nas alíquotas de imposto de renda e contribuição social aplicáveis e, para os demais segmentos, aplica-se ao lucro antes do imposto de renda (LAIR) de cada um a alíquota efetiva remanescente.

As políticas contábeis adotadas na apuração das informações por segmentos operacionais são consistentes com as políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras.

31.5. Conversão de moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira realizadas pelo BNDES são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. As variações cambiais que surgem da liquidação de tais transações e da conversão dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira por taxas cambiais de fechamento são reconhecidas como ganho ou perda no resultado do exercício.

31.6. Reconhecimento de Receita

31.6.1. Receitas e despesas de juros

As receitas e as despesas de juros sobre todos os instrumentos financeiros com incidência de juros são reconhecidas dentro de "receitas de intermediação financeira" e "despesas de intermediação financeira" na demonstração do resultado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

31.6.2. Receitas de honorários e comissões

As receitas de honorários e comissões são reconhecidas conforme o regime contábil de competência no exercício em que os serviços são prestados.

Entretanto, as receitas de comissões caracterizadas como receitas de origem são acrescidas ao valor justo inicial dos instrumentos financeiros relacionados, e apropriadas ao resultado pelo método da taxa efetiva de juros, sendo reconhecidas nas respectivas contas de receitas e despesas de juros, conforme aplicável.

31.6.3. Receita de dividendos

A receita de dividendos, advinda das participações societárias classificadas na categoria valor justo por meio de outros resultados abrangentes, é reconhecida na demonstração do resultado quando o direito de recebimento é estabelecido.

31.7. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens.

Os detalhes sobre o reconhecimento de ativos de direito de uso estão descritos na Nota Explicativa nº 31.9.

31.8. Ativo intangível

O ativo intangível está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos.

31.9. Operações de arrendamento mercantil

O BNDES reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável e ajustado, quando aplicável, e também por remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos das obrigações contratuais, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Para tanto, o BNDES adotou a taxa Pré-DI na data de cada contratação ou remensuração.

31.10. Redução ao valor recuperável de outros ativos

31.10.1. Investimentos em coligadas

Após a aplicação do método de equivalência patrimonial, o BNDES avalia a necessidade de reconhecimento de perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido de cada coligada, incluindo eventual parcela de ágio, pela comparação de seu valor contábil com seu valor recuperável (valor de venda líquido dos custos para vender ou valor em uso, dos dois o maior). O teste é realizado anualmente ou a qualquer momento, quando houver indicação de perda de valor do investimento.

Para o cálculo do valor recuperável, o montante do valor líquido de venda é determinado: i) pelo preço de cotação da B3, deduzido de eventuais custos de venda, para os investimentos em companhias com ações listadas em bolsa ou ii) por modelos de precificação baseados em múltiplos ou em fluxo de caixa descontado, para investimentos em empresas cujas ações não são listadas em bolsa. O montante do valor em uso é determinado com base no cálculo do valor presente dos proventos esperados (dividendos e juros sobre capital próprio), acrescido do valor residual esperado de venda futura da coligada apurado com base em modelos de precificação.

31.10.2. Ativos associados a processos contenciosos ou administrativos

A existência de processos contenciosos judiciais ou administrativos sobre Outros Créditos nos quais a chance de perder é igual ou maior que a de ganhar acarreta o reconhecimento integral da estimativa de perda financeira (riscos possível e provável, respectivamente).

31.11. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, para fins de demonstração dos fluxos de caixa, incluem disponibilidades, operações compromissadas de curto prazo e quaisquer outras aplicações de curto prazo de alta liquidez, que sejam prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estejam sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Caixa e equivalentes de caixa (operações de curto prazo) são aquelas com vencimento igual ou inferior a três meses, a contar da data da aquisição.

31.12. Provisões e contingências ativas e passivas

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

31.13. Benefícios a empregados

O BNDES e suas subsidiárias oferecem aos seus empregados o benefício de aposentadoria complementar e atualmente patrocinam dois planos de previdência complementar, sendo um estruturado na modalidade Benefício Definido (BD) e outro, na modalidade Contribuição Definida (CD). Ambos são administrados pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, entidade fechada com a finalidade de gerir os planos de previdência e complementar os benefícios previdenciários de seus participantes, bem como fazer a gestão dos planos de benefício de assistência à saúde.

31.13.1. Plano Básico de Benefícios – PBB

O Plano Básico de Benefícios (PBB), estruturado na modalidade Benefício Definido (BD), é financiado de forma paritária com seus participantes, por pagamentos determinados por cálculos atuariais periódicos. Em dezembro de 2018, o PBB foi fechado para novas adesões.

O PBB é administrado pela FAPES, e patrocinado pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR, Finame) e a própria FAPES. Até a alteração regulamentar aprovada pela PREVIC em dezembro de 2018, o PBB concedeu complementação dos benefícios previdenciários pagos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A partir dessa alteração, com a desvinculação do INSS, o PBB passou a conceder complementação de um “INSS teórico” atrelado à Unidade de Referência (UR), fixada em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na data de 30/09/2017 (a ser reajustada anualmente), representando R\$ 7.636,83 (sete mil, seiscentos e trinta e seis reais e oitenta e três centavos) em 31/12/2025.

Dentre os riscos relevantes associados ao PBB, tem-se a incerteza quanto à manutenção do nível do benefício básico da previdência social, cujo teto em 31/12/2025 era de R\$ 8.157,41 (oito mil, cento e cinquenta e sete reais e quarenta e um centavos) por mês. Eventuais reduções no valor do benefício básico podem elevar os compromissos do plano (com relação aos benefícios concedidos antes de 18/12/2018).

A possibilidade de concessão de ganhos reais por ocasião do reajuste do salário-real-de-benefício dos assistidos, sem a contrapartida no custeio do PBB, não mais afeta o plano. A partir da última alteração do Regulamento do PBB, publicada em 20/01/2023, este risco foi tratado e mitigado com o reajuste do benefício dos assistidos desvinculado do reajuste concedido pelo patrocinador a seus empregados e atrelado ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Além disso, têm-se os riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o PBB, compreendendo possíveis descolamentos das hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas no longo prazo. Para mitigar os riscos atuariais do modelo, é realizado acompanhamento regular da adequação das hipóteses adotadas na mensuração dos compromissos, mediante realização de testes regulares de aderência das hipóteses.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do PBB ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os Patrocinadores a um risco concentrado.

a) Características do PBB

O Plano Básico de Benefícios - PBB prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- a) complementação de aposentadoria;
- b) complementação de pensão;
- c) complementação de auxílio-reclusão;
- d) complementação de abono anual (13º salário);
- e) complementação de auxílio-doença; e
- f) pecúlio por morte.

b) Estrutura Regulatória

O PBB é regido pelo seu Regulamento Básico, cuja última atualização foi aprovada pela Portaria PREVIC n.º 054, de 18/01/2023, e publicada no DOU em 20/01/2023, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC e por outras emanadas do poder público, em especial às disposições da:

- **Emenda Constitucional n.º 20/1998**, que estabeleceu a regra de transição para a paridade contributiva entre participantes e patrocinador em planos patrocinados por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista;
- **Lei Complementar n.º 108/2001**, que estabelece, entre outros requisitos, que as contribuições normais destinadas pelas empresas públicas (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas) aos planos de benefícios previdenciais por elas patrocinados não podem exceder às contribuições normais dos participantes;
- **Lei Complementar n.º 109/2001**, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar no Brasil;
- **Resolução CNPC n.º 30/2018**, que substituiu as Resoluções CGPC n.º 18/2006 e n.º 26/2008, com efeito a partir de 01/01/2019, e dispõe sobre as condições e os procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário que administram, e dá outras providências. Tanto a destinação e utilização do superávit, quanto o equacionamento de déficit técnico de planos sujeitos à LC 108/2001, dar-se-ão de forma paritária entre participantes e patrocinador; e
- **Resoluções CGPAR n.º 37/2022 e n.º 38/2022**, que revogaram as Resoluções n.º 25/2018 e n.º 9/2016, respectivamente, e afetam particularmente as estatais federais patrocinadoras de planos de previdência complementar no que tange às diretrizes quanto ao patrocínio do benefício de previdência complementar e às atividades de supervisão e fiscalização sistemáticas sobre a gestão do benefício.

c) Avaliação atuarial e contabilização

O compromisso atuarial foi avaliado por atuário independente, pelo Método de Crédito Unitário Projetado (PUC). Para a atualização dos valores para as datas específicas foram usados juros atuariais equivalentes à taxa indicativa da Estrutura a Termo da Taxa de Juros dos títulos públicos indexados ao IPCA (ETTJ IPCA) do dia 22/12/2025, divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima), correspondente ao vértice de 4.032 dias úteis (16 anos), no patamar de 7,21% ao ano. O mesmo vértice encerrou na data-base dessas demonstrações financeiras em 31/12/2025 a 7,12% ao ano, representando redução de 0,09 pontos percentuais em relação à taxa de desconto utilizada.

A Resolução CNPC n.º 43 de 06/08/2021, alterada pela Resolução CNPC n.º 61 de 11/12/2024, dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e traz, em seus anexos, a planificação contábil padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações financeiras. As principais categorias de ativos do plano foram apresentadas em conformidade com essa Resolução.

Os ativos atuariais, determinados pelos atuários independentes, não são reconhecidos como ativo do Patrocinador em função da impossibilidade de compensação de tais valores com contribuições futuras, conforme determinado no regulamento do plano de pensão.

A obrigação de Benefício Definido (BD) é calculada trimestralmente pelos atuários independentes, usando o PUC. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto dos benefícios futuros estimados, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão, aplicando-se o rateio de 50% equivalente ao custeio patronal paritário de futuras insuficiências de recursos no plano.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, bem como do efeito da mudança de estimativa pelo compartilhamento de risco, são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes conforme ocorram. Os custos dos serviços correntes, o custo financeiro e o retorno esperado do ativo do plano são reconhecidos no resultado do período.

31.13.2. Plano Básico de Contribuição Definida – PBCD

O Plano Básico de Contribuição Definida (PBCD), estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD), foi aprovado em 08/12/2022 pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), e iniciou suas operações em 19/12/2022, quando aberto o período para adesão de empregados não participantes do PBB.

O PBCD é patrocinado exclusivamente pelas empresas do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR, Finame) e, assim como os demais planos de benefícios do Sistema BNDES, administrado pela FAPES.

Não há riscos atuariais inerentes ao modelo em que está estruturado o PBCD, nem foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor os Patrocinadores a um risco concentrado.

a) Características do PBCD

O Plano Básico de Contribuição Definida - PBCD prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- a) de aposentadoria normal;
- b) por invalidez; e
- c) de pensão por morte.

O participante tem opção de definir: (i) nível de contribuição básica ao plano, sendo a contrapartida paritária do patrocinador limitada a uma alíquota de 8,5% do salário; (ii) contribuições e riscos adicionais (por invalidez ou morte); (iii) seu perfil de investimento; e (iv) futuramente, a forma de cálculo dos benefícios.

b) Estrutura Regulatória

O PBCD é regido por seu Regulamento Básico, aprovado pela Portaria DILIC/PREVIC/MTP n.º 1.248/2022, publicada no DOU em 08/12/2022, por Resoluções dos Órgãos Estatutários da FAPES e pelas normas emitidas pela PREVIC, pelo CNPC e por outras emanadas do poder público, igualmente ao PBB.

c) Avaliação atuarial e contabilização

O PBCD é um plano de contribuição definida, em todas as suas fases, tanto na de acumulação, quanto na de percepção de benefícios, inclusive para os de riscos adicionais, e a obrigação legal ou construtiva do Patrocinador limita-se à paridade com as contribuições básicas de, no mínimo, 2% até 8,5% de alíquota sobre o salário de contribuição dos participantes. Assim, o valor do benefício pós-emprego recebido pelo empregado será determinado pelo saldo de conta individual, resultante do montante de contribuições pagas pelo participante e pelo Patrocinador para o plano, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes das contribuições. Portanto, não há risco atuarial (de benefícios inferiores ao esperado) nem de investimento (de aplicações insuficientes para cobrir os benefícios esperados), que recaia para o Patrocinador, e não gera obrigação pós-emprego.

31.13.3. Plano de Assistência e Saúde – PAS

O Plano de Assistência e Saúde (PAS) é operado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES e possui como beneficiários, os empregados ativos admitidos até 18/03/2018 e assistidos do BNDES e de suas subsidiárias, assim como seus respectivos dependentes. O PAS é regido pelo Regulamento do Plano de Assistência à Saúde – RAS aprovado pela diretoria do BNDES, em conformidade com as normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

O BNDES oferece benefício pós-emprego de assistência à saúde, condicionado ao cumprimento dos requisitos do RAS. Os custos esperados deste benefício são acumulados durante o período laboral, dispondo da mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido.

Não foram identificados riscos incomuns específicos do plano ou quaisquer centralizações de risco significativas que possam expor o patrocinador a um risco concentrado.

Em 31 de dezembro de 2025, a partir da avaliação atuarial trimestral efetuada por atuário externo, com base nos dados de novembro de 2025 e atualizados até dezembro de 2025, foi contabilizado o valor da obrigação atuarial relativo ao benefício pós-emprego dos participantes assistidos, bem como dos participantes ativos pelo prazo médio de tempo laborativo futuro.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente da obrigação na data do balanço. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes conforme a sua ocorrência. Seus custos de serviços correntes e financeiro são reconhecidos no resultado do período.

O PAS é custeado pelas empresas integrantes do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR e Finame) em caráter supletivo ao sistema público de saúde e as despesas referentes à manutenção do PAS são cobertas pelo Fundo de Assistência Médico Social – FAMS, fundo rotativo dotado com recursos oriundos dos patrocinadores. O FAMS não está coberto por ativos garantidores e a antecipação do pagamento dos benefícios é efetuada pelo BNDES com base nos orçamentos apresentados pela Fundação, que presta contas dos custos incorridos mensalmente, através de Demonstrativo de Prestação de Contas, conforme Convênio de Adesão registrado na ANS.

31.13.4. Novo Plano de Assistência e Saúde – Novo PAS

O Novo Plano de Assistência e Saúde (Novo PAS) é operado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES e destinado aos empregados que ingressaram no BNDES a partir de 19/03/2018, e seus dependentes, com custeio compartilhado por meio de cobrança de mensalidade e coparticipação. Ao fim do vínculo, o beneficiário arca com 100% da mensalidade. Entretanto, enquanto não houver ex-empregado para avaliação da suficiência de cobertura dos custos incorridos por essa classe de beneficiários, o BNDES não incorre em obrigação pós-emprego decorrente do Novo PAS.

O Novo PAS iniciou operação em abril de 2025. Sua criação foi aprovada pela Diretoria do BNDES em 2022, tendo sido seu Regulamento alterado pela Resolução DIR nº 4.306/2024-BNDES, de 28/11/2024, e registrado junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS em 28/01/2025, também em conformidade com as normas emitidas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União – CGPAR.

31.13.5. Benefícios de rescisão

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem os benefícios de rescisão quando estão comprometidos, contratualmente, com a rescisão dos empregados, de acordo com um plano detalhado, que não pode ser suspenso ou cancelado, ou no caso de fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

31.13.6. Participação nos lucros

O BNDES e suas subsidiárias reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados (apresentado no item “Participação dos Empregados no Lucro” na demonstração do resultado). O BNDES registra uma provisão quando está contratualmente obrigado.

31.14. Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro

A provisão para imposto de renda foi constituída com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10%, sobre bases tributáveis que excedam R\$ 20 no mês (R\$ 240 no exercício) de acordo com a legislação em vigor. A contribuição social, para o BNDES e Finame, foi constituída à alíquota de 20% e à alíquota de 9% para a BNDESPAR.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, bem como os valores dos créditos tributários não registrados estão descritos na Nota Explicativa n.º 15.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, e são calculados utilizando as alíquotas determinadas com base na legislação tributária em vigor, ou substancialmente em vigor, na data de encerramento do período.

Os tributos diferidos sobre o lucro são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, na data do balanço, entre o resultado contábil e o fiscal, e sobre prejuízos fiscais e base negativa de CSLL. As principais diferenças temporárias do BNDES referem-se a provisões não dedutíveis e ao ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis são registrados desde que possuam expectativa de realização em até 10 anos e limitado ao montante dos lucros tributáveis futuros contra as quais as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Esses critérios estão fundamentados em estudo técnico, elaborado semestralmente, o qual se baseia em premissas quanto à expectativa de geração de lucros futuros no período de 10 anos, considerando estimativas e avaliações quanto a tendências futuras, de acordo com os critérios para constituição, manutenção e baixa, determinados pela Resolução CMN n.º 4.842/2020.

Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Em 16 novembro de 2022, foi publicada a Lei n.º 14.467 a qual trata sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025. Os créditos tributários diferidos registrados já levam em consideração a referida norma, não tendo sido identificado qualquer impacto relevante em decorrência da aplicação dessa norma.

31.15. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação dessas Demonstrações Financeiras requer o uso de estimativas e suposições sobre condições futuras que possam afetar os saldos dos ativos, passivos e contingências necessárias para divulgação devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido. Dessa forma, os resultados reais no futuro podem diferir dos relatados.

A Administração do BNDES entende que foram feitos todos os ajustes considerados necessários para uma boa apresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado e dos fluxos de caixa do Sistema BNDES para o período apresentado e por fim das informações prestadas nas Notas Explicativas.

Os ativos e passivos sujeitos a estas estimativas incluem notadamente:

- Cálculo de valores justos de instrumentos financeiros, incluindo derivativos;
- Definição de metodologia e uso de dados prospectivos para o cálculo das perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos financeiros VJORA;
- Levantamento dos critérios para determinação das baixas de ativos financeiros;
- Cálculo de redução ao valor recuperável de investimentos em coligadas;
- Cálculo atuarial dos planos de benefícios definidos;
- Mensuração do imposto de renda e da contribuição social diferidos; e
- Provisões e contingências ativas e passivas.

Mudança nas estimativas contábeis – Parâmetros do cálculo da provisão para perdas de crédito

Para a implementação da regulação contábil estabelecida pela Resolução CMN nº 4.966/2021, vigente a partir de 1 de janeiro de 2025 nas Demonstrações Financeiras elaboradas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – Cosif, o BNDES efetuou a revisão da metodologia de cálculo da provisão para perdas esperadas de crédito em instrumentos financeiros sujeitos à esta provisão, de forma a incluir dispositivos exigidos pela referida norma local, garantindo maior precisão e transparência na avaliação do risco de crédito. No julgamento da Administração, estes dispositivos refletem uma melhor estimativa para o cálculo das perdas esperadas de crédito e estão em harmonia com os preceitos da norma internacional IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Desta forma, os seguintes critérios foram aplicados a partir das Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS de 2025:

(i) *Rating* de assinatura dos contratos: Acompanhamento do aumento significativo do risco de crédito de todos os instrumentos financeiros renegociados desde o início do contrato original da operação que deu origem à renegociação, mesmo nas renegociações que não configurem reestruturações de crédito. Ou seja, o critério passa a considerar como reconhecimento inicial o rating na data da assinatura do contrato original que ensejou a renegociação e não o rating do contrato renegociado na data da renegociação;

(ii) Arrasto dos contratos em estágio 3: O critério passa a alocar no terceiro estágio todos os contratos de uma contraparte que tenha pelo menos um contrato classificado neste estágio; ou seja, caso haja um contrato de uma dada contraparte (CNPJ) em estágio 3, todos os outros contratos dessa mesma contraparte automaticamente deverão ser marcados para o estágio 3; e

(iii) Reestruturação de contratos baixados da carteira de crédito: os contratos baixados e que retornem à carteira ativa por renegociação passam a ser alocados no terceiro estágio e ter uma provisão de 100% do seu valor de exposição – ou seja, suas PDs e LGDs devem ser definidas em 100%, podendo haver a constituição de provisão inferior quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes, devidamente comprovados, indicarem a melhora significativa na capacidade de a contraparte honrar a obrigação, nas condições pactuadas.

O BNDES efetuou a revisão desta estimativa, decorrente de novas informações disponíveis e da experiência adquirida ao longo dos anos na aplicação da norma e do processo de avaliação da perda esperada de crédito, da revisão periódica realizada pela instituição, da avaliação das melhores práticas do mercado, e da evolução contínua dos processos da instituição. Dessa forma, esta mudança não se relaciona com períodos anteriores.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Guilherme Santos Mello – Presidente

Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz

Carlos Afonso Nobre

Clarice Costa Calixto

Clemente Ganz Lúcio

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Jean Keiji Uema

Maria Laura da Rocha

Nelson Edgar Leite

Robinson Sakiyama Barreirinhas

Uallace Moreira Lima

CONSELHO FISCAL

Suzana Teixeira Braga - Presidente

Flávio José Roman

Pedro Henrique Giocondo Guerra

Denis do Prado Netto - Suplente

COMITÊ DE AUDITORIA

Nelson Edgar Leite – Coordenador

Adezio de Almeida Lima

Carlos Ahmar

Marcos Tadeu de Siqueira

Waldemir Bargieri

DIRETORIA

Aloizio Mercadante Oliva – Presidente

Alexandre Correa Abreu

Helena Tenório Veiga de Almeida

José Luis Pinho Leite Gordon

Luciana Aparecida da Costa

Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho

Maria Fernanda Ramos Coelho

Nelson Henrique Barbosa Filho

Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello

Walter Baère de Araújo Filho

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA

Marco Aurelio Santos Cardoso

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Thatiane Heloisa Werneck Soares
CRC RJ 091.410/O-8



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar -
Centro 20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ -
Brasil Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores do

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao BNDES e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 – Perdas esperadas de operações de créditos e repasses interfinanceiros

Conforme Notas Explicativas nº 6.4 e 31.1.5 das demonstrações financeiras consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O BNDES revisa de maneira contínua sua carteira de operações de crédito e repasses interfinanceiros, avaliando a estimativa de perdas esperadas dessas operações (“<i>impairment</i>”). O BNDES possui políticas internas e modelos de apuração de perdas esperadas de operações sujeitas ao risco de crédito que exigem, por sua natureza, a utilização de julgamentos e premissas por parte do BNDES, que incluem análises tanto dos fatores externos, tais como condições econômicas gerais e projeções, quanto dos fatores internos, tais como histórico de pagamentos e renegociações, avaliações de risco das contrapartes, informações do cliente, garantias prestadas, histórico financeiro entre outros.</p> <p>Devido à relevância das operações de crédito e dos repasses interfinanceiros, às incertezas e ao grau de julgamento, inerentes à determinação da estimativa das perdas esperadas dessas operações, bem como à complexidade dos métodos e premissas utilizados, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> – teste do desenho e da efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos relevantes relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações sujeitas ao risco de crédito, incluindo as políticas e manuais que documentam as modelagens desenvolvidas; – avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em risco de crédito, dos modelos, premissas e dados utilizados pelo BNDES para mensurar as perdas esperadas das operações de crédito e dos repasses interfinanceiros, bem como a aplicação de cálculos estatísticos para avaliação da performance e estabilidade desses modelos e metodologias desenvolvidos pelo BNDES; e – avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perdas esperadas para as operações de crédito e os repasses interfinanceiros, bem como as respectivas divulgações do BNDES, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p>

2 – Valor justo de instrumentos financeiros

Conforme Notas Explicativas nº 7 e 31.1.6 das demonstrações financeiras consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O BNDES possui saldos relevantes de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários classificados nos níveis 2 e 3 que estão mensurados a valor justo por meio do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes. Esses instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários, mensurados a valor justo, são relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas do BNDES.</p> <p>Para os instrumentos financeiros cuja mensuração de valor justo não utiliza diretamente preços cotados (níveis 2 e 3 na hierarquia de valor justo), a determinação do valor justo está sujeita a um nível maior de subjetividade, na medida que o BNDES efetua julgamentos significativos para estimar esses valores. Desta forma consideramos a mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários como um dos principais assuntos de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> – avaliação do desenho dos controles internos chave implementados pelo BNDES sobre a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros; – para uma amostra de instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários mensurados a valor justo, cujos parâmetros para mensuração do valor de mercado não são observáveis, avaliamos, com o auxílio de nossos especialistas em instrumentos financeiros, os modelos desenvolvidos pelo BNDES para a determinação dos valores de mercado e a razoabilidade dos dados, os parâmetros e informações incluídos nos modelos de precificação utilizados; – recálculo por amostragem, do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários, bem como análise da política e dos critérios referentes a indicadores de evidência de perda esperada desses instrumentos financeiros; e – avaliação das divulgações efetuadas pelo BNDES nas demonstrações financeiras consolidadas descritas nas notas explicativas. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração e registro do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p>

3 – Obrigações de benefícios a empregados

Conforme Notas Explicativas nº 19 e 31.13 das demonstrações financeiras consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O BNDES patrocina planos de pensão e planos de saúde de benefício definido que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus empregados.</p> <p>A determinação das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e saúde depende, em parte, da seleção de certas premissas atuariais. O BNDES contrata atuários externos para auxiliar no processo de avaliação das premissas atuariais, e no cálculo das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde.</p> <p>Consideramos a determinação da mensuração das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão com benefício definido e de saúde como um dos principais assuntos de auditoria devido ao grau de julgamento inerente ao processo de determinação das premissas atuariais, bem como pelo impacto que uma variação dessas premissas poderia ter nas obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> – entendimento dos processos internos associados à mensuração das obrigações de benefícios a empregados, incluindo as etapas envolvidas na determinação, revisão e aprovação das premissas envolvidas na mensuração das obrigações de benefícios a empregados; – avaliação do trabalho, da competência e da objetividade do atuário externo contratado para auxiliar na mensuração das obrigações de benefícios a empregados dos planos de pensão e de saúde, incluindo a natureza e o escopo do trabalho efetuado, suas qualificações profissionais e experiências; – avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em cálculos atuariais, de determinadas premissas envolvidas na mensuração das obrigações de benefícios a empregados, sobretudo aquelas relacionadas à mortalidade, taxa de desconto, salários, benefícios, custos médicos, incluindo comparação com dados obtidos de fontes externas; e – Recálculo do passivo atuarial dos planos de benefício definido. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração das obrigações de benefícios a empregados é aceitável no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.</p>

Responsabilidades da diretoria executiva e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A diretoria executiva é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a diretoria executiva é responsável pela avaliação da capacidade de o BNDES continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a diretoria executiva pretenda liquidar o BNDES e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do BNDES e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do BNDES e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria executiva.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria executiva, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do BNDES e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o BNDES e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior
Contador CRC RJ-083314/O-7

